

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Mateus Pessetti

**A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ/RS
(2006 – 2020): MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Santa Maria, RS
2021

Mateus Pessetti

**A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ/RS (2006 – 2020):
MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Cesar De David

Santa Maria, RS
2021

Pessetti, Mateus

A reorganização do espaço agrário de Guaporé/RS (2006 - 2020): mudanças, permanências e perspectivas / Mateus Pessetti.- 2021.

188 p.; 30 cm

Orientador: Cesar De David

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2021

1. Organização espacial 2. Espaço agrário 3. Modernização da agricultura 4. Guaporé/RS I. De David, Cesar II. Título.

Mateus Pessetti

**A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ/RS (2006 – 2020):
MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Aprovado em 19 de fevereiro de 2021

Cesar De David, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Luciane Rodrigues de Bitencourt, Dra. (UPF)



Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

*Em tempos de negacionismo, dedico esta pesquisa a todos que acreditam na
educação e no conhecimento científico!*

AGRADECIMENTOS

A busca pelo aprimoramento intelectual e profissional não se faz de maneira autossuficiente. Ao finalizar uma importante etapa das minhas “andanças geográficas”, devo dedicar algumas linhas desta pesquisa para agradecer a todos que estiveram envolvidos de diferentes maneiras neste caminho. Assim, agradeço:

- Ao meu Deus, pela força e coragem para enfrentar novos desafios;
- À Universidade Federal de Santa Maria que me recebeu e proporcionou um ensino público, gratuito e de qualidade;
- Ao Programa de Pós-graduação em Geografia pelas possibilidades e por todo o conhecimento construído ao longo desses últimos anos;
- Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Cesar de David, pela autonomia, por acreditar na minha pesquisa e possibilitar o desenvolvimento dela em uma instituição como a UFSM;
- Aos professores (as): Dr. Cássio Arthur Wollmann, Dr. Benhúr Pinos Costa, Dr. Cesar de David, Dr^a. Janete Webler Cancelier, Dr. Eduardo Schiavone Cardoso, Dr^a Amélia Regina Batista Nogueira (UFAM), com os quais tive o prazer de ter sido aluno durante as disciplinas cursadas;
- À secretária do Programa de Pós-graduação em Geografia, Fátima Liliane Fernandes Bonilla, pelo trabalho prestado;
- Aos professores que compuseram a banca de qualificação e de defesa final: Dr. Eduardo Schiavone Cardoso, Dr^a. Janete Webler Cancelier e Dr^a Luciane Rodrigues de Bitencourt, pela dedicação na leitura e valiosas contribuições, fundamentais para o melhoramento da investigação;
- Às lideranças municipais de Guaporé que com seus conhecimentos direcionaram o trabalho de campo: Secretário Municipal de Agricultura, Hélio Bresolin; Extensionista da EMATER e Engenheiro Agrônomo, Antonio Cesar Perin; e, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fernando Marcolin.
- Aos agricultores e produtores rurais que me receberam em suas propriedades para uns minutos de conversa;
- Aos meus amigos e colegas do Grupo de Pesquisa em Educação e Território e de outros laboratórios de pesquisa, de modo especial: Vagner Guimarães Ramos, Denise Lenise Machado, Ana Clarisse Hanauer, Helena Beling, Bruno Traesel Schreiner, Rodrigo Childe, Lucas Willecker e Márlon Roxo, por compartilharem

angústias, me ouvirem em momentos de preocupação e pela receptividade quando cheguei na instituição;

- Aos amigos que a caminhada geográfica proporcionou, especialmente: João Vitor Contarin, Andrei Carlesso e Bruno Ribeiro, pela nossa amizade e companheirismo;

- Aos que se disponibilizaram e me conduziram no trabalho de campo: meu pai, “*Marola*”, meus primos, *Taty e Zequi Grande* e meu amigo, *Joãozinho*;

- Ao curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo, por me dar condições acadêmicas para seguir na caminhada. Agradeço especialmente a Profa. Luciane Rodrigues de Bitencourt por me conduzir no caminho da pesquisa e pela nossa amizade;

- À equipe gestora e coordenação pedagógica do Colégio Marista Nossa Senhora da Conceição por compreender minhas ausências para que eu pudesse desenvolver a pesquisa;

- Aos meus colegas de trabalho, pelas conversas e por compartilharem saberes e angústias;

- Aos meus alunos, por todo carinho;

- À minha mãe pela educação, força, coragem e inspiração;

- Ao meu irmão e minha cunhada, pela caminhada e por proporcionar a alegria da minha vida;

- À criança que trouxe luz em minha vida, minha afilhada Emanuelle, pela doçura, inocência e por cada sorriso;

- Ao sobrinho que se encontra a caminho, Andres Fernando. O tio já te ama!

- Por fim, àquele que esteve comigo em todos os momentos, me apoiando, sendo força e superando dificuldades: Ligian Cristiano Gomes.

A todos, o meu muito obrigado!

*Minha Terra querida
Berço da minha vida
Meu pedaço de chão
Viverás para sempre no meu coração
Minha linda cidade
Canto à liberdade
Dessa gente de fé
Que constrói com trabalho, nosso Guaporé!*

Gilberto Dal Mas, 2013 – “Guaporé: Minha terra querida”.

RESUMO

A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ/RS (2006 – 2020): MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS

AUTOR: Mateus Pessetti
ORIENTADOR: Cesar De David

As transformações ocorridas no espaço agrário entre os anos de 2006 a 2020, é o tema desta investigação, que teve como unidade espacial de análise o município de Guaporé, localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, particularmente no contexto da serra gaúcha. Embora as atividades do setor agrário não sejam as principais, em função de seu direcionamento para a indústria e os serviços, o município apresenta grande potencial para possuir no setor primário um de seus vetores responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Sua matriz produtiva se estrutura a partir de cadeias produtivas que desempenham diferentes funcionalidades e níveis de importância. Nos últimos anos, especialmente entre 2006 a 2020, ocorreu a expansão de cadeias produtivas empresariais, como a soja, provocando mudanças na composição e estruturação das atividades agropecuárias. Assim, a questão central desta pesquisa é: Como se dá a reorganização do espaço agrário de Guaporé frente a reestruturação e expansão de novas cadeias produtivas sobre áreas tradicionalmente ocupadas com a cultura do milho? A partir desta questão tem-se como objetivo geral compreender os processos responsáveis pela reorganização do espaço agrário de Guaporé/RS, marcado pela substituição do tradicional cultivo do milho pela monocultura da soja. Nas suas especificidades a pesquisa busca: a) analisar o processo de modernização da agricultura no município; b) descrever as transformações na estrutura agrária e no uso da terra nos estabelecimentos agropecuários; c) caracterizar a dinâmica da produção agropecuária e das principais cadeias produtivas e o seu papel na organização espacial; e d) identificar as perspectivas para o desenvolvimento do espaço agrário. Para isto, estabeleceu-se um percurso metodológico centrado na revisão teórica dos conceitos, o levantamento de dados secundários, bem como, o trabalho de campo junto as lideranças e aos agricultores. Com o desenvolvimento desta investigação almejou-se contribuir para o entendimento das questões que se referem a modernização da agricultura, a reorganização espacial e as transformações recentes nos espaços produtivos agropecuários. Ressalta-se que as informações obtidas por meio do desenvolvimento deste trabalho, possibilitaram a produção do conhecimento científico, uma vez que a unidade investigada carece de trabalhos na temática geográfica e com aprofundamento teórico-metodológico, servindo de subsídio para órgãos gestores no desenvolvimento de políticas voltadas a este segmento. Ao findar da investigação, considera-se que o papel estabelecido pela expansão das novas cadeias produtivas assume a complementaridade, evidenciado a vocação que Guaporé possui para diversificação agrícola, mantendo-se estruturado a partir de lavouras de caráter empresarial, bem como, com apelo cultural.

Palavras-Chave: Organização espacial. Espaço agrário. Modernização da agricultura. Guaporé/RS

ABSTRACT

THE REORGANIZATION OF THE AGRARIAN SPACE IN GUAPORÉ/RS (2006 – 2020): CHANGES, STAYS AND PERSPECTIVES

AUTHOR: Mateus Pessetti

ADVISOR: Cesar de David

The transformations that took place in the agrarian space between the years 2006 to 2020, is the theme of this investigation, whose spatial unit of analysis was the municipality of Guaporé, located in the northeast region of Rio Grande do Sul, particularly in the context of the Serra Gaúcha. Although the activities of the agrarian sector are not the main ones, due to its orientation towards industry and services, the municipality has great potential to have in the primary sector one of its vectors responsible for economic development. Its production matrix is structured based on production chains that perform different functions and levels of importance. In recent years, especially between 2006 and 2020, there had an expansion of corporate production chains, such as soybeans, causing changes in the composition and structuring of agricultural activities. Thus, the central question of this research is: How is the reorganization of the agrarian space in Guaporé given the restructuring and expansion of new productive chains over areas traditionally occupied with corn? Based on this question, the general goal to understand the processes responsible for the reorganization of the agricultural space in Guaporé/RS, marked by the replacement of traditional corn cultivation by soy monoculture. In its specificities, the research seeks: a) to analyze the process of modernization of agriculture in the municipality; b) describe the changes in the agrarian structure and land use in agricultural establishments; c) to characterize the dynamics of agricultural production and the main productive chains and their role in spatial organization; and d) identify the prospects for the development of the agrarian space. For this, a methodological path was established centered on the theoretical review of the concepts, the collection of secondary data, as well as, the field work with the leaders and the farmers. With the development of this investigation, the aim was to contribute to the understanding of issues related to the modernization of agriculture, spatial reorganization and the recent transformations in agricultural production spaces. It is noteworthy that the information obtained through the development of this work, enabled the production of scientific knowledge, since the investigated unit lacks works on the geographical theme and with theoretical-methodological deepening, serving as a subsidy for managing bodies in the development of policies focused on this segment. At the end of this investigation, it is considered that the role established by the expansion of the new production chains assumes complementarity, evidencing the vocation that Guaporé has for agricultural diversification, remaining structured from crops of a business character, and also with cultural appeal.

Keywords: Spatial organization. Agrarian space. Modernization of agriculture. Guaporé/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Localização do município de Guaporé/RS.....	22
Figura 1 –	Quadro da organização da pesquisa bibliográfica e documental.....	30
Mapa 2 –	Localização dos estabelecimentos rurais visitados para levantamento de dados/informações no município de Guaporé/RS.....	33
Figura 2 –	Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa.....	35
Mapa 3 –	Altimetria e hidrografia de Guaporé/RS.....	47
Mapa 4 –	Solos de Guaporé/RS.....	48
Mapa 5 –	Rede hidrográfica de Guaporé/RS	49
Mapa 6 –	Território administrativo de Guaporé em 1926	52
Figura 3 –	Pontos turísticos de Guaporé/RS	56
Mapa 7 –	Localização dos distritos de Guaporé/RS.....	57
Figura 4 –	Tratores nos estabelecimentos agropecuários de Guaporé/RS	80
Figura 5 –	Equipamentos e maquinários agrícolas em Guaporé/RS....	81
Mapa 8 –	Utilização das terras de Guaporé/RS em 2006	107
Mapa 9 –	Utilização das terras de Guaporé/RS em 2017	108
Figura 6 –	Lavouras de soja em Guaporé/RS	117
Figura 7 –	Lavouras de milho em Guaporé/RS	118
Figura 8 –	Etapas da construção dos silos para secagem e armazenamento nos estabelecimentos	123
Figura 9 –	Lavouras de inverno em Guaporé/RS	125
Figura 10 –	Lavouras de uva em Guaporé/RS	131
Figura 11 –	Lavouras de erva-mate em Guaporé/RS	139
Figura 12 –	Lavouras de laranjas em Guaporé/RS	143
Figura 13 –	Rebanho da bovinocultura em Guaporé/RS.....	146
Figura 14 –	Equipamentos tecnológicos da bovinocultura leiteira	148
Figura 15 –	Criação de aves em Guaporé/RS.....	152
Figura 16 –	Criatórios de suínos em sistema de creche e terminação em Guaporé/RS	156
Mapa 10 –	Organização do espaço agrário de Guaporé/RS pelo viés das atividades produtivas	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Área colhida (hectares) da soja e do milho em Guaporé entre 2006 e 2019.....	23
Gráfico 2 –	Participação dos setores da economia no PIB municipal em 2016.....	55
Gráfico 3 –	Número de maquinários existentes nos estabelecimentos agropecuários no município de Guaporé/RS, 2006 e 2017 .	79
Gráfico 4 –	Número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos no município de Guaporé/RS, 2006 e 2017	83
Gráfico 5 –	Condição do produtor nos estabelecimentos agropecuários no município de Guaporé/RS, 2006 e 2017.....	98
Gráfico 6 –	Número de estabelecimentos agropecuários, por estratos de área (hectares), no município de Guaporé/RS em 2006 e 2017.....	102
Gráfico 7 –	Área dos estabelecimentos agropecuários, por estratos de área (hectares), no município de Guaporé/RS em 2006 e 2017.....	104
Gráfico 8 –	Utilização das terras (hectares) nos estabelecimentos agropecuários no município de Guaporé/RS em 2006 e 2017.....	106
Gráfico 9 –	Área colhida (ha) de soja no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	115
Gráfico 10 –	Quantidade produzida (ton) de soja no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	116
Gráfico 11 –	Área colhida (ha) de milho no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	121
Gráfico 12 –	Quantidade produzida (ton) de milho no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	122
Gráfico 13 –	Área colhida (ha) de trigo no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	126
Gráfico 14 –	Quantidade produzida (ton) de trigo no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	127
Gráfico 15 –	Área colhida (ha) de cevada no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	128
Gráfico 16 –	Quantidade produzida (ton) de cevada no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	129
Gráfico 17 –	Área colhida (ha) de uva no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	133
Gráfico 18 –	Quantidade produzida (ton) de uva no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	134
Gráfico 19 –	Área colhida (ha) de erva-mate no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	137
Gráfico 20 –	Quantidade produzida (ton) de erva-mate no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	138
Gráfico 21 –	Área colhida (ha) de laranja no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	142
Gráfico 22 –	Quantidade produzida (ton) de laranja no município de Guaporé/RS, 2006 e 2019.....	143

Gráfico 23 –	Evolução do efetivo de cabeças de vacas ordenhadas no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019	147
Gráfico 24 –	Evolução do efetivo de cabeças de galináceos no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019.....	151
Gráfico 25 –	Evolução do efetivo de cabeças de suínos no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População total, urbana e rural em Guaporé.....	55
Tabela 2 –	Municípios que se desmembraram de Guaporé.....	57
Tabela 3 –	Estrutura agrária de Guaporé, considerando o módulo fiscal	99
Tabela 4 –	Estrutura agrária de Guaporé, considerando o módulo fiscal	105
Tabela 5 –	Utilização das terras pelas lavouras temporárias e permanentes em Guaporé, 2006 e 2017.....	105
Tabela 6 –	Área colhida (ha) e quantidade produzida de soja em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019	114
Tabela 7 –	Área colhida (ha) e quantidade produzida de milho em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019	119
Tabela 8 –	Área colhida (ha) e quantidade produzida de uva em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019	132
Tabela 9 –	Área colhida (ha) e quantidade produzida de erva-mate em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019	137
Tabela 10 –	Área colhida (ha) e quantidade produzida de laranja em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019	141
Tabela 11 –	Número de vacas ordenhadas em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019.....	145
Tabela 12 –	Número de cabeças de galináceos em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019.....	150
Tabela 13 –	Número de cabeças de suínos em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019.....	154
Tabela 14 –	Municípios articulados com Guaporé e sua função.....	162

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A –	Instrumento de pesquisa aplicado as lideranças e órgãos gestores: Secretaria de Agricultura Municipal, Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	184
Apêndice B –	Instrumento de pesquisa aplicado aos agricultores do município de Guaporé/RS	186

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RS	Rio Grande do Sul
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAIs	Complexos Agroindustriais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIDRA	Sistema de Recuperação Automática
SEPLAG	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
HA	Hectare
TON	Toneladas
VAB	Valor Adicional Bruto
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	19
2.	A PESQUISA NO CONTEXTO METODOLÓGICO	26
2.1	A PESQUISA QUALITATIVA	26
2.2	O MÉTODO DIALÉTICO	27
2.3	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	29
2.4	O TRABALHO DE CAMPO	31
2.5	AS ETAPAS METODOLÓGICAS	34
3.	O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL	36
3.1	A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO RIO-GRANDENSE	36
3.2	O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	46
4.	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ	59
4.1	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: CONCEITUAÇÕES	59
4.2	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO	62
4.3	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GUAPORÉ/RS: MAQUINÁRIO, INSUMOS E ASSISTÊNCIA	78
5.	A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ	88
5.1	REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: REFLEXÕES TEÓRICAS	88
5.2	OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	97
6.	A DINÂMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	110
6.1	AS CADEIAS PRODUTIVAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	110
6.2	AS LAVOURAS TEMPORÁRIAS	112
6.2.1	A cadeia produtiva da soja	112
6.2.2	A cadeia produtiva do milho	118
6.2.3	As cadeias produtivas das culturas de inverno: aveia, cevada e trigo	125
6.3	LAVOURAS PERMANENTES	130
6.3.1	A cadeia produtiva da uva	130
6.3.2	A cadeia produtiva da erva-mate	136
6.3.3	A cadeias produtivas da laranja	140
6.4	OS REBANHOS E CRIATÓRIOS	144
6.4.1	A cadeia produtiva da pecuária leiteira	144
6.4.2	A cadeia produtiva dos galináceos	149
6.4.3	A cadeias produtivas dos suínos	153
6.5	AS PERSPECTIVAS PARA O ESPAÇO AGRÁRIO	157
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICES	183
	APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AS LIDERANÇAS E ÓRGÃOS GESTORES: SECRETARIA DE AGRICULTURA MUNICIPAL, EMATER E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	184
	APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS	186

1 INTRODUÇÃO

É na relação homem-meio que se desenvolvem os processos de transformação responsáveis por uma determinada “geografia”. Essa geografia, contudo, não resulta somente das relações sociedade-natureza, porquanto depende sobretudo do tipo de organização social na qual se insere, quer dizer, das relações que os homens mantêm entre si ao longo da história. (MOREIRA e DA COSTA, 1982, p. 82).

A Geografia tem por objetivo estudar as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Tais relações manifestam-se na dinâmica e na reorganização do espaço geográfico, sendo este dotado de técnica, informação e cultura. As transformações espaciais são constantes, uma vez que o homem está em contínuo aprimoramento das técnicas.

As diferentes formas de apropriação do espaço configuram-se em organizações espaciais distintas. Neste aspecto, destacam-se as atividades agropecuárias, as quais se apresentam de maneira heterogênea na organização do espaço agrário brasileiro. Este processo que se expressa em escalas locais e regionais, pode ser concebido como o reflexo do global, e por isso, entendido dialeticamente frente as novas geograficidades do mundo contemporâneo, refletidas através do trabalho do homem.

Conforme destaca Corrêa (2000, p. 33), “a organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo”. O espaço se caracteriza pela sucessão de diversas organizações espaciais, cada qual com suas especificidades e maneiras que o homem efetivou seu trabalho. Enfatiza-se que, no processo de organização do espaço, a sociedade trabalha de maneira seletiva, com base em seus interesses e de acordo com tendências impostas pelo processo de globalização. (CORRÊA, 2000).

Nesse sentido, mediante as renovações técnicas, metodológicas e científicas, as ciências devem buscar responder as adversidades que se materializam nas novas realidades impostas pelo desenvolvimento da sociedade. Sociedade e natureza intensificam sua relação, mediada, especialmente, pelo trabalho humano. Acerca do espaço, deve-se considerar o mesmo como um todo, contendo elementos indissociáveis. (SANTOS, 2014).

Parafraseando Pessoa (2015), é possível ressaltar que as mudanças que ocorreram na estrutura teórica e metodológica das ciências, aconteceram

simultaneamente com as novas dinâmicas da sociedade. Investigar as múltiplas organizações espaciais, acima de buscar novos resultados, levantam questionamentos acerca de questões teóricas sobre o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, oportunizando reflexões e propondo novas roupagens para o conceito em debate.

Com relação ao espaço agrário, também entendido como manifestação da sociedade, as atividades agropecuárias passaram por mudanças na sua base técnica, caracterizando a modernização da agricultura. Esta, por sua vez, não deve ser compreendida considerando apenas as transformações nas bases de produção, mas também, nas novas relações sociais que emergiram diante da capitalização do campo. (SUZUKI, 2007). Ao passo que o capital se desenvolve, efetiva-se uma relação cada vez mais estreita entre agricultura e indústria, objetivando o lucro e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, além de uma produção alicerçada na monocultura.

Com relação as novas dinâmicas espaciais impostas pela modernização da agricultura, Matos e Pessoa (2011, p. 4) salientam que estas “[...] afetam não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho”. O papel das atividades agropecuárias após o desenvolvimento das relações capitalistas no espaço, consiste em atender o mercado exportador, desconsiderando a necessidade do autoconsumo do homem no campo, impondo a este a modernização e atendimento as exigências do capital.

Nesse sentido, as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, necessitam ainda de constantes estudos, de modo que estas estão refletidas na atual organização das atividades agropecuárias e na estrutura fundiária. Embora a modernização da agricultura tenha tido seu auge neste período, devido à aproximação com a indústria de insumos e maquinários juntamente com a expansão da monocultura da soja, ainda se encontra em expansão em determinados recortes espaciais.

Diante deste processo, Marafon (2015, p. 26) salienta que

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo da técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que corresponde ao espaço agrícola moderno derivado da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura.

Deste modo, o presente trabalho tem como tema central o processo de reorganização espacial, decorrente da inserção de novas cadeias produtivas, como é o caso da soja, que se encontra em expansão, promovendo a reestruturação produtiva de muitos municípios brasileiros inseridos em diferentes contextos.

Mediante as considerações feitas, esta investigação tem como unidade espacial de análise o município de Guaporé, localizado na metade norte do estado do Rio Grande do Sul, criado em 1903. Sua configuração territorial resultou do desmembramento das unidades municipais de Lajeado e Passo Fundo, tendo sua formação ligada a colonização italiana, que por sua vez, desenvolveu o seu setor agrícola e industrial. (MAPA 1).

O município tem como limites ao norte, Serafina Corrêa, a nordeste, Nova Bassano, a leste, Vista Alegre do Prata, a sudeste, Fagundes Varela e Cotiporã, ao sul, Dois Lajeados, a sudoeste, Anta Gorda, a oeste, Arvorezinha e a noroeste, União da Serra. Regionalmente, Guaporé está inserido, juntamente com mais 13 municípios, na Região Geográfica Imediata¹ de Nova Prata – Guaporé que, acrescida das Regiões Imediatas de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Vacaria, integram a Região Geográfica Intermediária² de Caxias do Sul. (MAPA 1). (IBGE, 2017).

O município possui um setor agropecuário expressivo, com destaque para as produções de soja, milho, uva, erva-mate, entre outras. O espaço agrário, embora a agricultura não seja a principal atividade econômica, ainda assim, apresenta grande potencial para o incremento do desenvolvimento local.

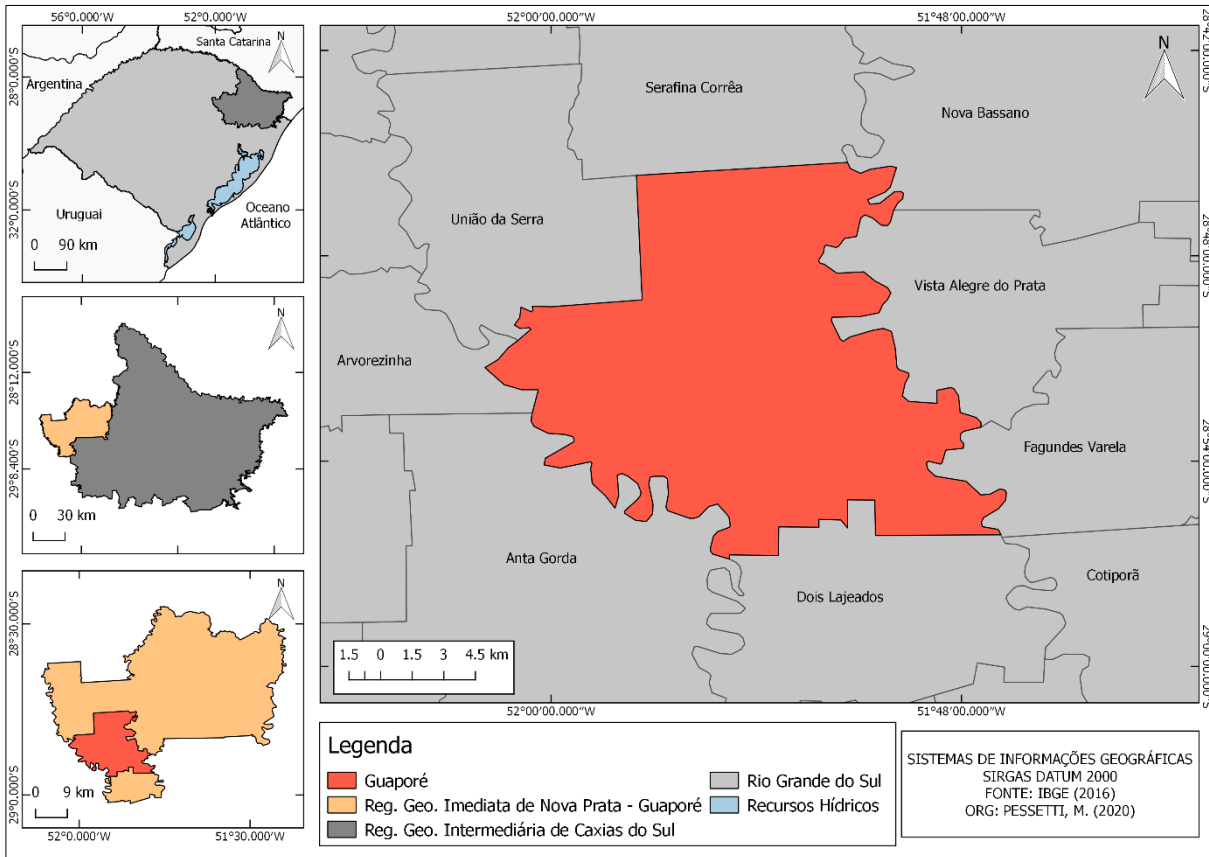
Segundo dados do Sistema de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o município de Guaporé estabeleceu-se como um dos maiores produtores das culturas agrícolas supramencionadas na região. Cabe destacar que, nos últimos 14 anos, a sojicultura

¹ As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. (IBGE, 2017).

² As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008). Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias. (IBGE, 2017).

expandiu-se, materializando uma nova organização do espaço guaporense, evidenciando a necessidade da compreensão dessas novas dinâmicas produtivas.

Mapa 1 – Localização do município de Guaporé/RS

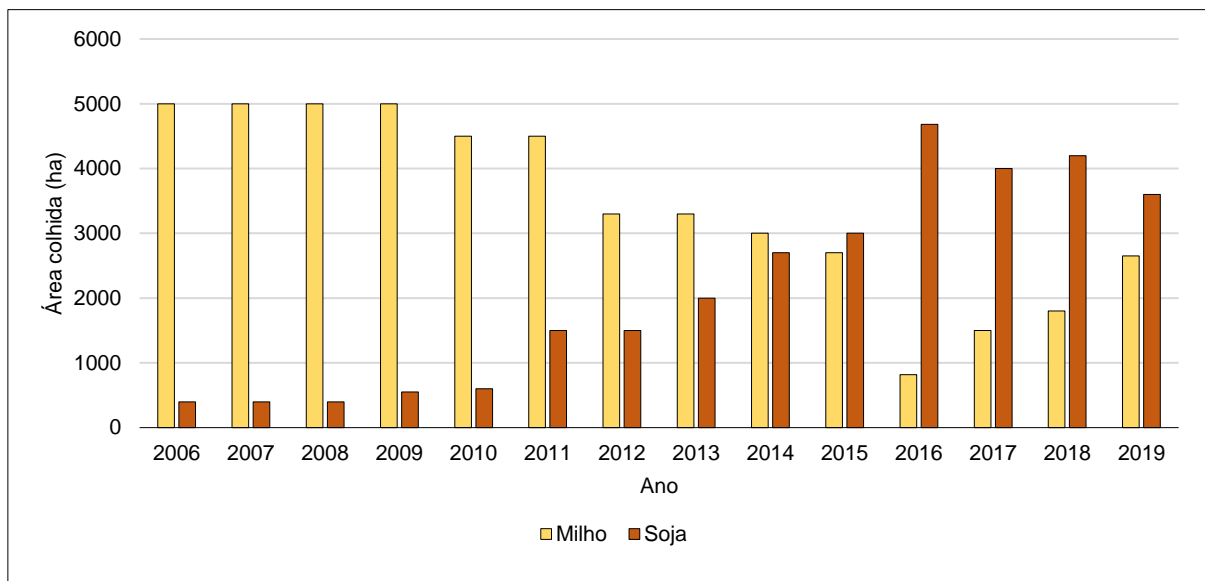


Fonte: IBGE (2017).
Org: PESSETTI, M (2021).

O problema da pesquisa centra-se nas transformações ocorridas no espaço agrário frente a reestruturação imposta pela expansão de novas cadeias produtivas. Para tanto, deve-se considerar que o município teve sua formação atrelada à cultura agrícola do milho. Os primeiros colonos que ocuparam o território, imediatamente, desenvolveram essa atividade, consolidando-se como a principal cadeia produtiva até então. Entretanto, nos últimos anos, a produção de soja, que por sua vez tem por característica a homogeneização do espaço agrícola, vem ganhando espaço nas propriedades de Guaporé, dividindo espaços com a produção de milho, estabelecendo assim, novas dinâmicas. Desta maneira, para desenvolver a problemática estabelecida, buscou-se responder a seguinte questão: *Como se dá a reorganização do espaço agrário de Guaporé frente a reestruturação e expansão de novas cadeias produtivas sobre áreas tradicionalmente ocupadas com a cultura do milho?*

A escala temporal de análise compreende o período de 2006 a 2020, considerando que neste intervalo a soja demonstrou aumento significativo na participação da matriz produtiva. Até 2009, os números da oleaginosa apresentavam-se de forma estável, com pouca relevância se comparada com as demais. Todavia, a partir de 2010 inicia um crescimento, simultaneamente, ao decréscimo da área colhida do milho. (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Área colhida (ha) da soja e do milho em Guaporé/RS entre 2006 e 2019



Fonte: Sistema de Recuperação do IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (2019).
Org: PESSETTI, M. (2021).

Destaca-se que, embora a soja tenha demonstrado significativo crescimento apenas a partir de 2010, optou-se em abarcar os anos de 2006 a 2020, para que assim pudessemos averiguar as informações do Censo Agropecuário de 2006, para fins comparativos. Partiu-se do pressuposto de que a soja, além de, notoriamente ter impactado na matriz produtiva de Guaporé, reorganizou os estabelecimentos agropecuários quanto a estrutura agrária, uso da terra e condição dos produtores.

Deste modo, buscando responder à questão problematizadora, os objetivos da investigação foram determinados. Tem-se como objetivo geral, compreender os processos responsáveis pela reorganização do espaço agrário de Guaporé/RS, marcado pela substituição do tradicional cultivo do milho pela monocultura da soja.

A fim de atender as demandas do objetivo geral e delimitar as variáveis a serem estudadas, estabeleceu-se os objetivos específicos, sendo eles: a) analisar o processo de modernização da agricultura no município; b) descrever as

transformações na estrutura agrária e no uso da terra nos estabelecimentos agropecuários; c) caracterizar a dinâmica da produção agropecuária e das principais cadeias produtivas e o seu papel na organização espacial; e d) identificar as perspectivas para o desenvolvimento do espaço agrário.

Com o desenvolvimento desta investigação, almejou-se contribuir para os estudos relacionados à geografia agrária, em especial, nas questões que permeiam a modernização da agricultura, reorganização espacial e as transformações na matriz produtiva.

Ressalta-se que as informações obtidas por meio deste trabalho contribuem para a produção do conhecimento científico, uma vez que, a unidade espacial em análise carece de trabalhos na temática geográfica com aprofundamento teórico-metodológico, servindo assim, como subsídio para órgãos gestores municipais no desenvolvimento de políticas voltadas a este segmento.

A dissertação está estruturada em sete capítulos, além das referências e apêndices. O primeiro capítulo é a introdução, em que são apresentadas as informações gerais do trabalho, estabelecendo-se objetivos, justificativa e problemática, além de uma breve contextualização do tema e da unidade espacial de estudo.

No segundo capítulo são evidenciados os procedimentos metodológicos, elencando as técnicas e métodos utilizados para o desenvolvimento da investigação. Também, são delimitadas as etapas que compuseram a elaboração da pesquisa.

No terceiro capítulo é realizado um resgate histórico-geográfico da formação do território do Rio Grande do Sul, especialmente na metade norte do Estado, contexto regional onde Guaporé se encontra. Posteriormente, é realizada a caracterização geográfica do município, destacando seus aspectos ambientais, socioespaciais e econômicos.

O quarto capítulo configura-se a discussão teórica a respeito do processo de modernização da agricultura e seus desdobramentos na organização do espaço agrário. Na sequência, é destacado a modernização da agricultura no município de Guaporé, por meio da análise da disponibilidade tecnológica dos estabelecimentos agropecuários visitados.

No quinto capítulo faz-se a discussão teórica com relação a categoria espaço, estruturante para esta pesquisa, a qual é seguida de uma apresentação da

organização do espaço agrário Guaporé por meio de sua estrutura agrária, utilização das terras e condição dos produtores.

No sexto capítulo é enfatizado a organização espacial de Guaporé por meio da dinâmica das principais atividades agropecuárias (lavouras permanentes, temporárias e rebanhos), em área colhida, quantidade produzida e número de cabeças. Ao final, são apresentadas as perspectivas identificadas no trabalho de campo.

No sétimo capítulo são realizadas as considerações finais, evidenciando os processos responsáveis pela reorganização do espaço agrário de Guaporé. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas e apêndices.

CONTEXTO METODOLÓGICO

Este capítulo tem por objetivo elucidar os pressupostos metodológicos, bem como as etapas que permitiram a construção e o desenvolvimento desta pesquisa. Teve-se como preocupação, discutir a relevância da pesquisa qualitativa nos estudos geográficos, especialmente naqueles preocupados com o espaço agrário. Posteriormente, realizou-se a discussão e justificativa a respeito da escolha pelo método dialético. Em seguida, discorreu-se sobre a organização da pesquisa bibliográfica e documental, fundamental para a investigação. Por fim, foram apresentadas as técnicas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho de campo, bem como, um fluxograma que sintetiza as etapas metodológicas.

2.1 A PESQUISA QUALITATIVA

A utilização da pesquisa qualitativa na ciência, iniciou-se com o desenvolvimento da sociologia e da antropologia na primeira metade do século XIX. Posteriormente, com o movimento de renovação de inúmeros campos científicos, outras áreas também passaram a utilizar as técnicas qualitativas para desenvolvimento de seus estudos. Dentre elas destacamos a geografia, psicologia, administração, entre outras. (MATOS; PESSÔA, 2009).

Com relação ao uso da pesquisa qualitativa na Geografia, Cancelier (2018, p. 30) afirma que neste campo do conhecimento, esta “[...] é utilizada como escolha metodológica, com o intuito de desvendar as singularidades e a essência do fenômeno”. Trabalho de campo, entrevistas, coleta de dados, observação, estudos de caso, entre outras técnicas, devem ser trabalhadas de maneira híbrida, para que todos os elementos possam ser contemplados nas análises. (CANCELIER, 2018).

Outra característica das análises qualitativas refere-se ao fato de que pesquisas dessa natureza não se utilizam de modelos e/ou procedimentos definidos (GIL, 2008). Assim, parte-se do pressuposto de que os fenômenos se materializam de diferentes maneiras, cada qual, considerando o seu tempo e o seu espaço de concretização. Neste aspecto, por exemplo, podemos evidenciar a agricultura familiar que, embora tenha características específicas, mostra-se de maneira heterogênea no espaço.

Cabe ressaltar que a pesquisa aqui desenvolvida fundamenta-se em dados quantitativos e qualitativos. Buscou-se compreender o espaço agrário, utilizando-se do trabalho de campo, entrevistas e dados secundários. Nesse sentido, uma das primeiras características da investigação qualitativa refere-se a inserção do pesquisador no objeto de estudo. Ressalta-se que, as técnicas utilizadas para sua imersão se definem de acordo com as necessidades do pesquisador. (CANCELIER, 2018).

Conforme evidenciado por Matos e Pessôa (2009, p. 282)

A pesquisa qualitativa, por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe a traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises.

Ressalta-se que a análise qualitativa tem sido vista pelos estudiosos das ciências exatas e da natureza, como meio não científico de se obter informações, ou seja, que carece de rigor metodológico, pois não se desenvolve baseada em modelos prontos. Entretanto, tem como uma de suas preocupações a construção da criticidade, reiterando a confiabilidade das informações, de tal modo que não se sustenta, apenas, em dados quantitativos. (RICHARDSON, 2012).

Deste modo, o caráter qualitativo desta investigação, deu-se através da observação, conversas, entrevistas e registros fotográficos, elementos fundamentais para o entendimento da organização do espaço agrário. Considerou-se que os procedimentos adotados possibilitaram alcançar os objetivos propostos.

2.2 O MÉTODO DIALÉTICO

Para o desenvolvimento da investigação proposta, a mesma se fundamenta nos princípios do método dialético, compreendido como o estabelecimento do diálogo entre os elementos analisados durante o recorte temporal e espacial delimitado. A dialética tem por característica o confronto de opiniões e a ideia de movimento, que se enraizou a partir do momento em que Marx introduziu o materialismo histórico. (SPOSITO, 2004).

Ademais, ressaltar-se que, por método, segundo Olesko (2017, p. 38) é possível entender que “[...] é o modo de se articular a razão, é a construção e ferramenta para

se ter uma ciência cujo objetivo final seja alcançado de modo coeso.”. Especialmente nos estudos agrários, os primeiros métodos utilizados foram o positivismo e historicismo. (OLESKO, 2017).

Com o passar dos anos e do movimento de renovação da Geografia, a dialética passou a ganhar espaço nas pesquisas, especialmente naquelas relacionadas ao espaço urbano e rural. Cabe destacar que, embora o método dialético tenha ganhado expressividade com a consolidação da Geografia Crítica, este já era alvo de discussões nas obras de Réclus e Kropotkin, os quais analisavam o meio natural associado as características humanas. (OLESKO, 2017).

Portanto, estabelecendo a dialética como base metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa, a partir da obra de Marx e Engels, Konder (1981) afirma que a dialética pode ser compreendida com base em três leis gerais: 1 – Lei da passagem da quantidade a qualidade; 2 – Lei da interpretação dos contrários; e, 3 – Lei da negação da negação.

No que se refere a lei da transformação da quantidade em qualidade, todos os elementos apresentam características que se definem quantitativamente, todavia, mostrando-se qualitativamente ao passo que se analisam os conjuntos dos fenômenos. Com relação a primeira lei, Konder (1981, p. 56) infere que “o processo de transformação por meio do qual elas existem, passa por períodos lentos e de aceleração”. Neste caso, salienta-se a importância da coleta de dados primários e secundários, tal como a aplicação de questionários aqui realizada, uma vez que tais dados se tornaram a base para a compreensão das transformações do espaço agrário do município Guaporé.

Referente a lei da interpretação dos contrários, a transformação das coisas é resultante de forças contrárias. Bezzi e Marafon (2007, p. 74) destacam que “Toda a realidade é movimento, e o mesmo sendo universal, assume as formas quantitativas e qualitativas, necessariamente ligadas entre si e que se transformam uma na outra.” Assim, no caso das transformações agrárias de Guaporé, a inserção de forças contrárias (culturas agropecuárias e o mercado externo) transfigurou a realidade que se apresentava na unidade municipal, resultando então, na nova organização do espaço agrário.

Por fim, no que se relaciona a lei da negação da negação, Bezzi e Marafon (2007, p. 73) destacam que “Toda a dinâmica dos fenômenos ocorre por meio das contribuições ou mediante as negações de uma coisa, essa negação diz respeito ao

desenvolvimento das coisas, gerando a sua transformação.” Salienta-se que, a negação da negação se mostra mediante a existência das “marcas” da velha organização, ou seja, com a permanência de culturas agrícolas tradicionais e que denotam a formação socioespacial de Guaporé, a exemplo a produção de milho.

Na dialética, conforme destacado por Sposito (2004, p. 46) “o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa. Neste caso teremos as antíteses e as teses em constante contradição e movimento”, ou seja, sendo etapas nas quais refuta-se, problematiza-se e formula-se novas concepções acerca de determinados objetos.

2.3 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Para estruturar as matrizes teóricas da dissertação, bem como, coletar dados secundários, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Esta etapa foi de fundamental importância, pois possibilitou o contato direto com materiais que tiveram como foco a temática aqui investigada, bem como, disponibilizaram dados referentes as variáveis analisadas.

Nas palavras de Gil (2008, p. 50) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos”. Cabe destacar que, em todos os estudos desenvolvidos, estes exigem que em algum momento a pesquisa se volte a revisão bibliográfica. Uma das vantagens desta parte da pesquisa reside no fato de que, através desta, se tem o contato com um amplo acervo de estudos de assuntos diversos. (GIL, 2008).

No que se refere ao estudo aqui desenvolvido, a pesquisa bibliográfica fez-se presente quando se estabeleceram os conceitos e assuntos que estruturam a investigação. Portanto, buscou-se em livros, artigos, teses e dissertação, discussões relacionadas ao processo de formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, a modernização da agricultura e seus desdobramentos na organização do espaço, bem como, a respeito do conceito de espaço e de organização espacial. (FIGURA 1).

Figura 1 – Quadro da organização da pesquisa bibliográfica e documental

Conceitos e temas consultados	Autores e documentos consultados
Modernização da agricultura e seus desdobramentos no espaço	Graziano da Silva (1980; 1998), Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), Andrade (1979), Brum (1988), Kozenieski (2017), Navarro (2015), Teixeira (2015), Oliveira (2013; 2016), Matos e Pêsoa (2011), Santos e Silveira (2006), Moraes (2009), Cargnin e Fontoura (2016), Mantelli (2000), Delgado (2001), Erthal (2006), Marafon (1998; 2011), De David e Corrêa (2002), Santos (2014), Elias (2007; 2016), Sampaio (2011), Altafin (2007), Wanderley (2000), Abramovay (2002), Dallanôra (2018), Fernandes (2018).
Espaço Agrário do Rio Grande do Sul	Tambara (1983), Moraes (2009), Brum (1988), Moreira e Da Costa (1982), Chelotti (2009), Bezzi (1985; 2006), Rodrigues (2016), Souza (2017), Pasavento (1983), Cargnin (2009), Brum Neto (2007; 2012; 2017), Dallanôra (2018), Santos (2014), Goular (1985), Bernardes (1997), Moreira (2002), Gabbi (2014), Valverde (1985), Curtis (1963), Trombini, Larote e da Rosa (2017), Falcate (2007), De David (2005), De David (1992)
Reorganização do espaço	Audigier (1992), Santos (1978; 1994; 2014; 2015), Harvey (1973; 2015), Kozenieski (2016), Gottamam (1950), Corrêa (2000; 2011), Moro (1990), Cristofolleti (1983), Moreira (2009), Lima (2007).

Org: PESSETTI, M. (2021).

A análise de documentos, que compreendeu a pesquisa documental, se aproxima da bibliográfica. Entretanto, se diferencia, pois trata-se de uma investigação acerca de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou mesmo que, serão revistos, oportunizando novas análises e resultados, de acordo com o objetivo de cada pesquisador. Dentre as diversas fontes, destacam-se contratos, relatórios, dados estatísticos, fotografias, entre outros. (GIL, 2008)

Neste aspecto, a coleta de dados secundários teve papel fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Tais informações referem-se as lavouras cultivadas, aos rebanhos, características dos estabelecimentos e dos produtores, disponibilidade tecnológica, entre outras. Estes dados foram coletados por meio da consulta no Sistema de Recuperação Automática do IBGE, o qual disponibiliza os resultados dos Censos Agropecuários, da Pesquisa Pecuária e Agrícola Municipal, entre outros estudos que são desenvolvidos pelo órgão. Assim, com base nas considerações feitas, pôde-se organizar a pesquisa bibliográfica e documental na Figura 1.

2.4 O TRABALHO DE CAMPO

A utilização do trabalho de campo como técnica de pesquisa para interpretação dos fenômenos sociais e ambientais, vem se difundindo desde cedo. No caso dos estudos geográficos, ao longo das transformações epistemológicas da ciência, ganhou relevância especialmente com o movimento crítico, durante a década de 1970. Cabe destacar que, uma das questões que levaram a refutação dos princípios da geografia teórica, se referia ao fato desta se deter demasiadamente em modelos prontos, desconsiderando as pesquisas de campo, as quais eram centrais nas escolas tradicionais do conhecimento geográfico.

Parafraseando Neves (2010), o surgimento do trabalho de campo na ciência geográfica esteve relacionado as grandes viagens organizadas por Alexandre Von Humboldt (1769 – 1859). Nestas grandes expedições, profissionais de diferentes áreas do conhecimento reuniam-se buscando a compreensão de diversos elementos, como clima, população, vegetação, hidrografia, entre outros, objetivando de modo geral, apreender acerca das diferenças existentes na superfície terrestre.

Na contemporaneidade, uma das funções do trabalho de campo, consiste em aplicar conceitos e transformar palavras em experiências, ou seja, dar significado concreto a teoria. Ao passo que as entrevistas são realizadas e os questionários aplicados, os investigadores vão dando sentido aos seus objetivos e apreendendo, de maneira precisa, sobre a complexidade do objeto em análise. (MARAFON, 2011).

De acordo com Neves (2010), a realização do trabalho de campo deve considerar três etapas fundamentais. A primeira consiste no planejamento e na organização, com a delimitação dos elementos a serem estudados, organização dos materiais e a construção dos questionários e de outras ferramentas utilizadas para a obtenção de informações. A segunda, refere-se à realização, a qual compete as observações, registros, entrevistas, inquéritos, entre outros, ferramentas fundamentais para a apreensão do objeto de estudo. A terceira e última etapa trata do relato do campo, resultando em trabalhos, dissertações e teses, no caso do ensino superior. (NEVES, 2010).

Considerando as colocações dos autores supramencionados, a investigação aqui desenvolvida tem o trabalho de campo como uma das principais fontes de informações da pesquisa. Neste caso, este se desdobra em momentos. O primeiro, relaciona-se com a elaboração de dois questionários aplicados por meio de

entrevistas, com objetivo de obtenção de informações a respeito do objeto de estudo. Conforme Richardson (2012, p. 189), “a informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo”, no caso desta pesquisa, das lideranças e dos agricultores do município de Guaporé. (APÊNDICES A e B).

Cabe destacar que os questionários foram constituídos por questões abertas e fechadas, objetivando obter uma maior precisão das informações e do entendimento do espaço agrário. Salienta-se que a aplicação dos mesmos aconteceu por meio de entrevistas e visitas realizadas junto aos estabelecimentos agropecuários, possibilitando o contato direto com o objeto de estudo. (APÊNDICES A e B).

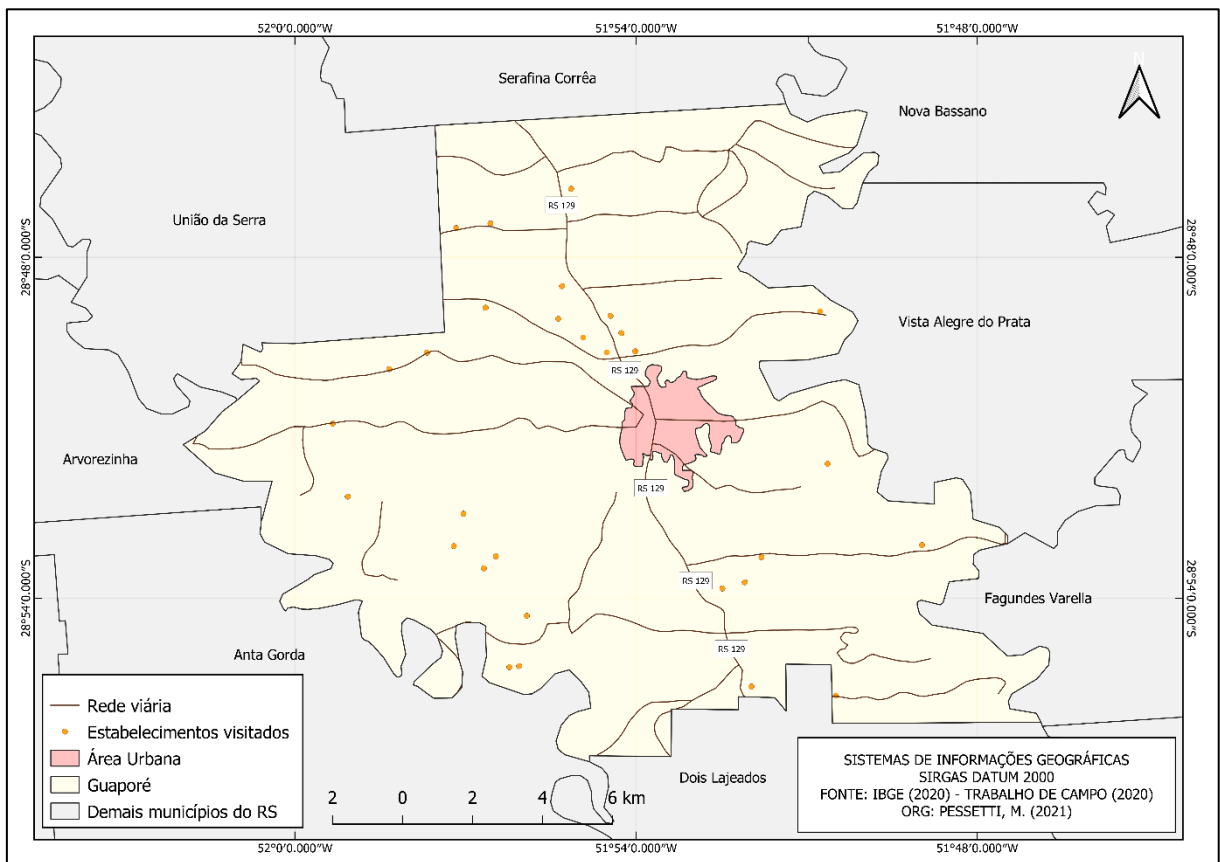
O primeiro questionário foi destinado aos informantes qualificados, em órgãos públicos, como a Secretária de Agricultura, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER – Guaporé e o Sindicato do Trabalhadores Rurais, fundamentais para o delineamento do segundo momento do desenvolvimento da pesquisa de campo.

O segundo questionário foi voltado aos agricultores. A escolha dos entrevistados aconteceu com base nas informações obtidas nos informantes qualificados, permitindo assim, uma amostragem intencional³. Ao todo foram entrevistados 30 agricultores e produtores rurais de diferentes localidades, conforme evidenciado no mapa 2.

Particularmente, com relação aos questionários, deve-se ressaltar a organização dos mesmos. O primeiro (Apêndice A) é composto por 12 questões, as quais buscam entender as percepções das lideranças envolvidas na gestão das atividades agropecuárias do município, assim como apreender a respeito das transformações ocorridas no espaço agrário.

³ Constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (GIL, 2008, p. 94).

Mapa 2 – Localização dos estabelecimentos rurais visitados para levantamento de dados/informações no município de Guaporé/RS.



Fonte: Trabalho de Campo. (2020).
Org: PESSETTI, M. (2021).

O segundo questionário (Apêndice B) é composto por 36 questões voltadas aos agricultores, estando organizado em 6 blocos. O primeiro bloco refere-se as questões 1.1 a 1.8, as quais tratam da estrutura agrária, de localização e de caracterização geral das atividades desenvolvidas na propriedade. As questões 2.1 a 2.4 fazem parte do segundo bloco e tratam das atividades agrícolas, destacando as principais lavouras e as transformações ocorridas nestas. O terceiro bloco, composto pelas perguntas 3.1 a 3.6 refere-se à caracterização das atividades da pecuária. O quarto bloco, formado pelas questões 4.1 a 4.4, relaciona-se ao entendimento da disponibilidade tecnológica da propriedade no desenvolvimento das atividades produtivas. O penúltimo bloco é constituído pelas perguntas 5.1 a 5.9, buscando o aprendizado sobre a assistência técnica e de financiamento. O último bloco, é formado pelas questões 6.1 a 6.5, as quais tangenciam as perspectivas para os estabelecimentos.

2.5 AS ETAPAS METODOLÓGICAS

Considerando as escolhas metodológicas e as técnicas para serem utilizadas no desenvolvimento da investigação, foram estabelecidas as seguintes etapas. (FIGURA 2).

Etapa 1 – Consistiu na revisão teórica acerca dos temas centrais, os quais permitiram construir o referencial teórico da pesquisa. A preocupação inicial foi discutir, teoricamente, a formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, com ênfase para a metade norte, contexto regional em que o município se encontra. Posteriormente, discutiu-se a respeito do processo de modernização da agricultura e as transformações ocorridas decorrentes deste, entendendo que a atual organização do espaço agrário tem suas raízes atreladas a estas mudanças, ressaltando a expansão da agricultura capitalista, o emergir dos movimentos sociais, o reconhecimento da agricultura familiar, os complexos agroindustriais e a atual constituição da agropecuária globalizada. Por fim, teve-se como preocupação conceituar espaço e o seu processo de reorganização, entendendo esta categoria como central para a compreensão das transformações ocorridas no campo.

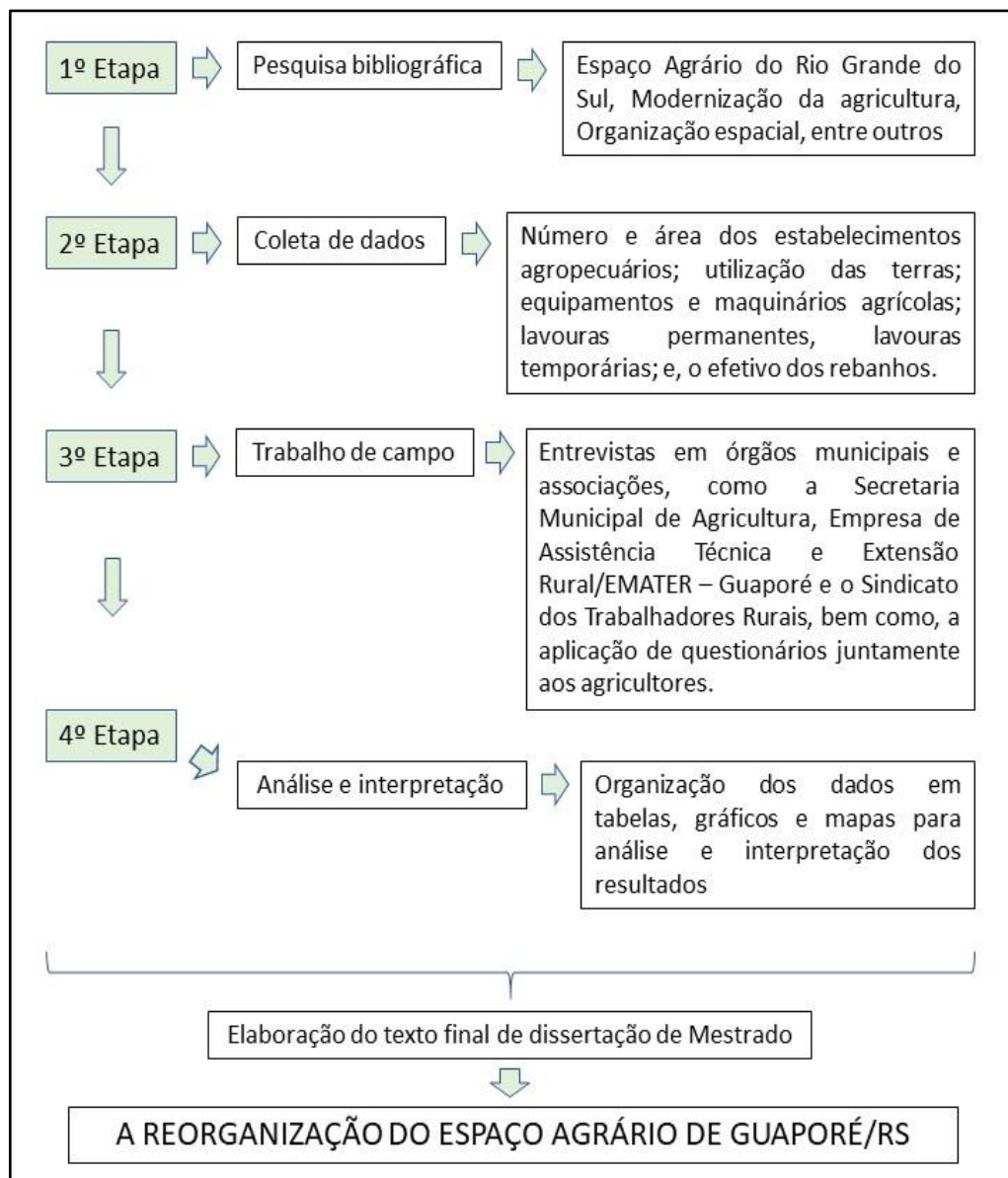
Etapa 2 – Representou a coleta de dados secundários, os quais permitiram iniciar o reconhecimento do espaço agrário de Guaporé. Assim, considerando os objetivos da pesquisa, foram coletados dados das seguintes variáveis: número dos estabelecimentos agropecuários por estratos de área; utilização das terras; condição dos produtores; equipamentos e maquinários agrícolas; lavouras permanentes, lavouras temporárias e o efetivo dos rebanhos. Salienta-se que, os referidos dados foram coletados por meio do Sistema de Recuperação Automática do IBGE, onde encontram-se disponibilizados os dados dos Censos Agropecuários e as Séries Históricas das pesquisas agrícolas e de pecuária.

Etapa 3 – Estabeleceu-se no levantamento de dados primários, por meio do trabalho de campo. Foram realizadas entrevistas em órgãos municipais e associações, como a Secretaria Municipal de Agricultura, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER – Guaporé e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Posteriormente, foram feitas visitas aos estabelecimentos rurais, oportunizando a aplicação dos questionários e a coleta de material fotográfico. Destaca-se que os agricultores entrevistados foram escolhidos considerando as informações obtidas por meio das entrevistas com os órgãos municipais. Também,

como um dos objetivos da pesquisa consiste na identificação das principais cadeias produtivas de Guaporé, não foram entrevistados apenas produtores de soja, mas sim, agricultores que possam retratar a organização de todas as atividades agropecuárias.

Etapa 4 – A última etapa da pesquisa, se configurou na organização, análise e interpretação dos dados. Com o intuito de viabilizar esta importante etapa, os dados quantitativos e qualitativos foram organizados em tabelas, gráficos e mapas temáticos, permitindo uma melhor visualização e interpretação dos resultados. A partir do cumprimento das referidas etapas, foi possível compreender a reorganização do espaço agrário de Guaporé.

Figura 2 – Fluxograma das etapas metodológicas da dissertação de mestrado



3 O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Considerando que a atual organização do espaço agrário do município de Guaporé é resultado de processos e influências externas que se materializam ao longo da sua formação, buscou-se compreender a constituição do espaço agrário do Rio Grande do Sul, enfatizando a metade norte do Estado, especialmente no que tangencia o desenvolvimento das atividades agropecuárias, para posterior caracterização geográfica do município.

3.1 FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO RIO-GRANDENSE

Embora o objetivo desta pesquisa consista em compreender as transformações agrárias de Guaporé, torna-se necessário refletir sobre as bases da formação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, considerando que este é o contexto federativo em que o município se encontra, uma vez que os processos de ocupação e colonização tiveram influência direta nas atividades agropecuárias. Neste sentido, pretende-se compreender a reorganização do espaço agrário do Rio Grande do Sul, com ênfase para a metade norte do Estado, contexto em que a municipalidade de se encontra inserida.

O processo de formação do Rio Grande do Sul tem como pressuposto os diversos “tempos” que marcaram o espaço geográfico. As distintas temporalidades foram constituídas por processos simultâneos, os quais estiveram alicerçados na estrutura agrária baseada na grande propriedade e, com a chegada dos imigrantes europeus, nas áreas de matas, localizadas na metade norte do Estado foram ocupadas, nas pequenas e médias propriedades. (DALLANÔRA, 2018).

É importante considerar que este dualismo regional na formação espacial gaúcha persiste até os dias de hoje. Há uma significativa presença de pequenas e médias propriedades na metade norte, as quais são constituídas, na maior parte, por descendentes de imigrantes europeus e, na metade sul, grandes propriedades pecuaristas, formada pelos municípios de maior extensão territorial do Estado.

Desde o princípio da sua formação territorial, a ocupação do Rio Grande do Sul esteve ligada às atividades agropecuárias. O Estado foi considerado por muito tempo, a base do sistema produtivo agrícola do Brasil, o que veio a delinear a formação

econômica e social gaúcha presente atualmente. Inicialmente, na metade sul, foi desenvolvida a criação de gado, por meio da pecuária predatória, a qual deu início ao seu desenvolvimento social e econômico, representando sua consolidação diante das demais unidades federativas do País. (TAMBARA, 1983).

Até o fim do século XVII, o território gaúcho era ocupado por nativos. Com uma estreita relação com a natureza, estes indivíduos desenvolviam atividades agropecuárias voltadas para a sua subsistência, as quais, posteriormente, viriam a configurar o cenário produtivo do Rio Grande do Sul. Dentre os grupos formadores, destacaram-se os Gê, Guaranis e Pampianos. (MORAES, 2009).

Os três grupos de nativos eram distribuídos e organizados em tribos. Os Guaranis habitavam a faixa litorânea do Estado, bem como as margens dos rios navegáveis e das lagoas; os Gê se estavam fixados nas áreas de matas tropicais, especialmente na metade norte do Rio Grande do Sul; e os Pampeanos ocupavam as áreas de campo, na metade sul, especialmente ao sul do rio Ibicuí. (BRUM, 1988). O território onde hoje está localizado o município de Guaporé, foi ocupado por um longo período pelo grupo Gê.

O início da produção do espaço agrário rio-grandense esteve atrelado às interferências exógenas e endógenas. Ou seja, este processo “[...] vincula-se às instáveis situações conjunturais que enfrentavam as beneficiadoras de matérias-primas animais no mercado interno brasileiro”, assim como, “[...] as dificuldades de consolidação e ampliação do processo de produção gaúcha”. (TAMBARA, p. 25, 1983).

Embora não seja o foco desta discussão, deve-se destacar que a organização espacial baseada na pecuária extensiva determinou as bases econômicas do Rio Grande do Sul. Esta atividade tinha por característica o numeroso rebanho de bovinos em extensas propriedades, porém, não dispondo de técnicas para o trato animal, o que influenciou diretamente no controle da qualidade dos produtos comercializados. (CARGNIN, 2009).

A grande propriedade pecuarista determinou as relações de trabalho e as classes sociais no espaço agrário das áreas de campo. A divisão social era baseada nos estancieiros (proprietários) e nos peões (dependentes), além dos escravos. Portugueses, açorianos, espanhóis e luso-brasileiros foram os responsáveis pela organização do espaço agrário das áreas de campos. Sendo assim, a partir destas atividades que foi possível a dinamização do território gaúcho. (BRUM, 1988).

Com relação as atividades agrícolas e a consolidação da pequena propriedade, Dallanôra (2018) destaca que a agricultura se desenvolveu em caráter secundário, tendo assim, pouca relevância até os primórdios do século XIX. Foi então, a partir da imigração europeia que ocorreu a concretização de uma produção agrícola diversificada e, conseqüentemente, uma estrutura fundiária calcada na pequena propriedade familiar. (DALLANÔRA, 2018).

Durante a transição entre uma sociedade escravista para assalariada, no século XIX, a economia gaúcha cada vez mais impulsionava o crescimento das elites locais. Tais transformações promoveram uma reorganização do espaço, tendo o processo de imigração europeia, como agente territorial. Diante de tensões sociais, juntamente com a preocupação em defender o território e desenvolver a metade norte do Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, chegados entre os séculos XIX e XX, tiveram papel fundamental nas transformações espaciais, estando estes, presentes até os dias atuais. (MOREIRA; DA COSTA, 1982).

Segundo Santos (2014, p. 15) “[...] a segunda metade do século XIX marca o começo das migrações maciças dos países “velhos” para as nações “novas” onde se instalaram centenas de milhares de europeus”. Cabe destacar, conforme já elucidado em parágrafos anteriores que, conforme Moreira e Da Costa (1982, p. 64)

As áreas de campo foram as primeiras a serem povoadas. Sua ocupação foi feita por luso-brasileiros, com base na atividade pastoril. Tratou-se de um povoamento rarefeito assentado em grandes propriedades e que até hoje é retratado na geografia, seja pela dimensão dos municípios, seja pelas baixas densidades demográficas.

Em detrimento das áreas de campo, o processo de povoamento e colonização das áreas de mata teve como fundamento a pequena propriedade, configurando as colônias. Estas foram sendo estabelecidas entre “vazios” até então existentes nas florestas. Desde então, o Rio Grande do Sul materializou o dualismo regional, calcado, num primeiro momento, pelas áreas de campo, pastoril e baixas densidades demográficas, e posteriormente, nas áreas de mata, agrícolas e de alta densidade demográfica. (MOREIRA; DA COSTA, 1982).

A este respeito, Brum Neto (2012) destaca que foi necessário estabelecer medidas, viabilizando e efetivando o processo de imigração. Essas medidas se concretizaram através de legislações relacionadas a sua instalação em lotes e seu desenvolvimento nestes. Foi necessário, também, a abertura das fronteiras, tendo

como objetivo central, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, especialmente nos cafezais em São Paulo e a colonização das áreas de mata, como o caso da metade norte do Rio Grande do Sul. (BRUM NETO, 2012).

Tambara (1983), inferiu que o sistema que caracterizou a formação do espaço agrário nas áreas de colonização pode ser entendido com base em três aspectos: a) utilização da força de trabalho familiar; b) pequena propriedade e, c) policultura. Salienta-se que o principal fator de produção era o trabalho doméstico, de base familiar. Assim, todos os integrantes da família, desde cedo eram incentivados a integrarem-se nesse sistema. (TAMBARA, 1983).

Considerando o exposto pelos autores até o presente momento, é possível verificar que a ocupação do Rio Grande do Sul, a qual veio a desenvolver as atividades agropecuárias, esteve sempre vinculada aos interesses do Governo. Ao longo do processo de formação territorial, a imigração alemã e italiana teve destaque pelo papel fundamental no desenvolvimento da pequena propriedade de base familiar. Foi a partir do interesse em desenvolver as áreas de mata, que a formação do município de Guaporé foi alicerçada.

Nesse aspecto, Bezzi (2006, p. 78) destaca que,

A colonização veio, portanto, atender os interesses do Governo Central e Local, assim como, da iniciativa particular, que através de subsídios, introduziram imigrantes estrangeiros no Brasil, concedendo-lhes pequenos lotes de terra, distribuídos em determinadas áreas, geralmente despovoados.

Inicialmente, as áreas da metade norte do Rio Grande do Sul, foram ocupadas pelos germânicos. Assim, após primeira tentativa de colonização maciça com os açorianos, os teutos (como também podem ser chamados os germânicos) chegaram em 1824. Em quase 50 anos de colonização germânica, foram trazidos entre 20 e 28 mil imigrantes, grande parte deles destinados as atividades agrícolas. Cabe evidenciar que para os imigrantes que chegaram ao Brasil, foram disponibilizados transportes, doação de terras, instrumentos de trabalho, sementes, assistência médica e religiosa. (SOUZA, 2017).

Os imigrantes teuto-brasileiros, fixaram-se em áreas mais baixas, próximas do rebordo do planalto gaúcho, com grande potencial para o transporte hidroviário. Com relação a este aspecto, Goulart (1985, p. 23) destacou que “A magnífica bacia do Rio Jacuí e a Lagoa dos Patos facilitaram a drenagem dos produtos coloniais para os

centros importadores do resto do Brasil”. O autor supramencionado, destaca também, a viabilidade de acesso a Porto Alegre, capital do Estado.

Tais características geográficas permitiram, num primeiro momento, o desenvolvimento de uma agricultura de autoconsumo, com um pequeno comércio local do excedente. Posteriormente, com base em seus costumes, desenvolveram pequenas indústrias de chapéus, calçados, bebidas e ferramentas, as quais marcaram o início do desenvolvimento urbano e industrial da região. Assim, foram os responsáveis pela criação de municípios como São Leopoldo, Lajedo, Venâncio Aires, Estrela, entre outros. (MOREIRA, 2002; GABBI, 2014).

A expansão dos colonos oportunizou o desenvolvimento produtivo do espaço agrário. Nesse sentido, como cultivos de subsistência, destacavam-se as produções de milho, batata-inglesa, cana-de-açúcar, fumo, trigo, centeio, cevada, entre outros. A produção de fumo, em especial, ganhou expressividade nas colônias alemães, as quais tiveram seu desenvolvimento atrelado a esta cadeia produtiva, especialmente a colônia de Santa Cruz do Sul. Atualmente, polo da produção fumageira do Rio Grande do Sul, dinamizando assim, o espaço agrário da região. (BEZZI, 2006).

A produção agrícola foi a atividade exclusivamente desenvolvida por imigrantes germânicos até 1875, quando os italianos chegaram no Rio Grande do Sul (BEZZI, 2006). Os produtos oriundos das pequenas propriedades podiam ser divididos em dois grupos. Assim, de acordo com Bezzi (2006, p. 90), “[...] o primeiro grupo compreende a cana-de-açúcar e o fumo (como culturas industriais), e a batata-inglesa, o feijão preto, o milho e a mandioca o segundo grupo (como culturas de subsistência)”.

Prosseguindo, embora uma efetiva colonização germânica já se materializasse no território gaúcho, ela estava concentrada no rebordo do planalto. Era preciso, ainda, explorar as serras, áreas caracterizadas pelas matas fechadas. Através deste segundo momento de colonização, o governo objetivou a rápida expansão da pequena propriedade de trabalho livre, bem como a consolidação da produção agrícola. (BERNARDES, 1997). Assim, tinha-se como objetivo “[...] assegurar a posse efetiva do sul do país, para garantir aí a sua soberania e, na eventualidade de uma guerra, dispor de soldados e abastecimento de tropas”. (VALVERDE, 1985, p. 74).

Desta maneira, ocorreu então, o início da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Este grupo teve fundamental importância para a organização do espaço agrário gaúcho, especialmente na região serrana, contexto em que o município de Guaporé está inserido. Em decorrência disso, houve um intenso processo da expansão das

pequenas propriedades na metade norte do Estado. Com relação a inserção dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, Bernardes (1997, p. 75-76) salienta que

Procurando acelerar a expansão da pequena propriedade de trabalho livre, o governo imperial criou, dentro de um grande plano, uma série de colônias no sul do país, destinadas a serem povoadas por italianos. No Rio Grande do Sul, as colônias deste plano foram Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel (1874-75), que deveriam constituir uma continuação da área já ocupada por alemães ao norte de Porto Alegre.

Da mesma forma que os alemães, os colonos italianos vieram com a esperança de uma vida melhor, fugindo da estagnação econômica que a Itália passava na época, onde a pobreza reinava. Aqui, os mesmos, encontrariam solo fértil e lotes de terra, que com o tempo, seriam de própria posse. Em detrimento da imigração alemã, os italianos desfrutaram de um processo de colonização mais acelerado. (BERNARDES, 1997).

A imigração italiana teve papel fundamental no desbravamento nas áreas de mata, iniciando sua ocupação no rebordo do planalto e posteriormente nos campos de cima da serra. Nessa perspectiva, sobre a imigração italiana, Curtis (1963, p. 32) salientou que

Na década de 1870, fixam-se serra acima, nas selvas dos afluentes do curso superior do Taquarí, entre os 600 e 800 metros, as colônias de Caxias (a pérola das colônias italianas) Garibaldi e Bento Gonçalves, já chamadas, com acerto, o cerne das colônias ítalo rio-grandenses. Avolumou-se, rapidamente, a imigração italiana, propiciando a formação de novos núcleos nesta zona pioneira: Alfredo Chaves (Veranópolis), 1884; Antônio Prado, 1886; Guaporé, 1892, constituindo-se no planalto oriental, à semelhança do que ocorrerá na encosta da serra com os alemães, uma zona característica de colonização italiana.

A partir da ocupação da metade norte do Rio Grande do Sul, em especial na região serrana, uma nova configuração espacial foi dada ao território gaúcho. Até a segunda metade do século XIX, a referida área era marcada pela presença da mata fechada, contrastando com a grande propriedade e as charqueadas ao sul do Estado. A grande maioria dos municípios que surgiram em decorrência da colonização italiana, possuíam (e possuem até hoje), um território menor se comparados aos demais já constituídos. Naquele período, particularmente no final do século XIX e início do XX, a grande quantidade de distritos e comunidades pertencentes ao seus municípios-mãe foram, aos poucos, sendo desmembrados e com isso, outras unidades municipais foram criadas.

Em vista disso, é possível inferir que os imigrantes italianos foram os grandes responsáveis pela reconfiguração territorial do Rio Grande do Sul. A diversidade de costumes trazidos por eles deu origem a uma grande heterogeneidade de formas, em relação à organização espacial do Estado, como por exemplo, a arquitetura, que materializou as preferências na organização de suas moradas, bem como, a produção agrícola. (BRUM NETO, 2012).

Com a vinda dos imigrantes italianos no final do século XIX, diferentes atividades foram desenvolvidas, destacando-se a produção agrícola, que teve função primordial para as famílias. Devido a seus conhecimentos empíricos, tornaram a agricultura uma de suas marcas espaciais. (BRUM NETO, 2012). Os estabelecimentos tinham sua matriz produtiva diversificada, baseada no cultivo do milho, mandioca e feijão. (BEZZI, 2006).

De David (2005, p. 54), constatou que “Os italianos eram procedentes sobretudo da região do Vêneto, mas incluíam-se também lombardos, friulinos e trentinos, que se estabeleceram na região nordeste do Rio Grande do Sul, entre o rio das Antas e as colônias alemãs dos rios Caí e Taquari”.

Com relação aos cultivares produzidos nas pequenas propriedades italianas, teve-se como destaque a produção de milho. De acordo com Trombini, Larote e Da Rosa (2017, p. 12) “A grande maioria dos imigrantes italianos eram oriundos de regiões montanhosas da Itália e trouxeram consigo técnicas e práticas agrícolas. Na Itália praticavam a agricultura para o consumo alimentar”. Desta forma, ao instalarem-se nas propriedades com características geográficas semelhantes aos de seus locais de origem, o milho passou a ser cultivado, sendo utilizado para diversas finalidades, dentre elas a produção de farinha, aproveitada para o preparo da polenta e de bolos, bem como, servindo como alimentação de animais, especialmente os suínos. (TROMBINI, LAROTE e DA ROSA, 2017).

Outra cultura agrícola que marcou a presença da imigração italiana no espaço agrário do Rio Grande do Sul é o trigo. Valverde (1985, p. 81) ao estudar as paisagens agrárias configuradas pelos italianos, inferiu que “o milho e o trigo são as duas principais culturas alimentares [...] Ambas são praticadas segundo um sistema extensivo, em uma área de enorme capoeira, deixando estágios de crescimento”.

Na lida com a terra, os colonos italianos, primeiramente derrubavam a capoeira e a deixavam secar. Durante o mês de setembro, eram realizadas as queimadas das áreas; em outubro o milho era plantado, sendo colhido no mês de maio. Cabe destacar

que, em função dos imigrantes não disponibilizarem de técnicas com o manejo do solo, este por sua vez, acabava por se tornar pobre e cansado. (VALVERDE, 1985).

A este respeito, com base em Valverde (1985, p. 81 – 82) cabe evidenciar que

Nos primeiros tempos de colonização italiana, o milho era cultivado consecutivamente no mesmo terreno durante seis a dez anos. Quando o solo dava mostras de esgotamento, deixava-se a terra em descanso durante dois ou três anos. Findo este prazo, derrubava-se a capoeira para dar lugar novamente ao campo de milho.

Neste contexto, salienta-se que novas relações de trabalho emergiram no espaço agrário. Os ítalo-brasileiros continuavam proprietários de seus lotes de terra, mas, eventualmente, quando necessário, trabalhavam em outras propriedades, auxiliando no desbravamento e nas queimadas das matas. (PASAVENTO, 1983).

Embora as produções de milho e trigo tenham sido desenvolvidas com expressividade durante a colonização italiana, o marco principal da produção do espaço agrário mediado pelos ítalo-brasileiros, era a vitivinicultura, por meio do cultivo de uvas e a produção de sucos e vinhos. Desta forma, a produção vitivinicultora tornou-se a grande marca da presença de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, especialmente na Serra Gaúcha, em municípios como Caxias do Sul e Bento Gonçalves. (BRUM NETO, 2017). Uma vez que grande parte da população que formou Guaporé era oriunda da colônia de Bento Gonçalves, o cultivo da uva foi apenas uma consequência.

Salienta-se que a primeira videira não foi inserida no Brasil pelos italianos, e sim pelos portugueses, em 1535, na Capitania de São Vicente, porém, sua produção só ganhou destaque com a chegada das famílias italianas. (FALCADE, 2007). Portanto, a uva já era cultivada por jesuítas e alemães quando a imigração italiana ocupou o espaço do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar, segundo Brum Neto (2017, p. 17) que

A tradição do cultivo de uva pelos italianos e seus descendentes encontra alguns argumentos que procuram explicá-la nos seus territórios de origem. Como esses imigrantes eram provenientes de Vêneto, Friuli, Lombardia e Trento, em sua maioria, já tinham conhecimentos em relação à produção de uva e à vitivinicultura, pois essas regiões eram reconhecidas como tradicionais áreas de produção vinícola da Itália.

Deste modo, além da tradição da produção de vinhos, os italianos trouxeram conhecimentos técnicos que vieram a contribuir para o aperfeiçoamento do cultivo. A

vitivinicultura ganhou destaque, tornando-se fonte de renda e de desenvolvimento de famílias, bem como, de municípios e dos contextos regionais em que estavam inseridos.

A cultura da produção de uva ficou concentrada no eixo Caxias do Sul – Bento Gonçalves, o que não significa que não se expandiu em outras regiões. A colônia de Guaporé também teve uma expressiva produção, porém, com um papel mais secundário. Nestas áreas, a vocação dos imigrantes se deu para o cultivo de trigo e milho, este último, perdurando até a atualidade. (VALVERDE, 1985).

Diante da reorganização do espaço agrário do Rio Grande do Sul, impulsionada pela imigração europeia, constata-se o princípio da agricultura familiar no Estado. Assim, conforme destacado por Dallanôra (2018, p. 55).

A economia destas colônias organizou-se em torno do desenvolvimento da agricultura, do comércio e das atividades industriais. Entre as atividades agrícolas, destacavam-se os cultivos de milho, fumo, batata, mandioca, trigo, centeio e a vinicultura. No setor industrial, Caxias do Sul apresentava-se com um polo industrial importante para o Estado Gaúcho.

O positivo retorno das primeiras colônias de imigrantes europeus, desencadeou a necessidade do desbravamento de novas áreas no Rio Grande do Sul, especialmente no extremo norte, na divisa com Santa Catarina. Portanto, novos movimentos colonizadores foram criados, compostos, especialmente por sucessores dos primeiros imigrantes. Cabe destacar que, com relação a chegada de imigrantes que sucederam os alemães e italianos, o Governo manteve como objetivo o desenvolvimento das atividades rurais. Por isso, buscou populações com origem na atividade agrícola. (BEZZI, 2006).

Embora não contempladas neste texto, em função dos objetivos da pesquisa e do contexto de formação da unidade municipal da dissertação, salienta-se que o Rio Grande do Sul recebeu outros grupos étnicos, os quais se espalharam por todo o seu território. Dentre eles, poloneses, russos, judeus, japoneses, franceses, espanhóis, entre outros.

Portanto, estabelecidas as bases da formação do espaço agrário do estado gaúcho, fundamentado no dualismo regional, grande propriedade pastoril (metade sul) e pequena e média propriedade policultora (metade norte), a partir das primeiras décadas do século XX, a atividade agropecuária passou a sofrer significativas mudanças decorrentes das transformações na economia mundial, bem como, dos

grandes conflitos que marcaram a primeira metade deste século. Bezzi (2006, p. 101) afirma que,

A agricultura, desenvolvida inicialmente nas zonas coloniais, adquire, a partir de 1920, caráter comercial-industrial, com a lavoura de arroz, sendo que num momento, houve a ascensão do trigo e, após, a soja. No período compreendido de 1920-1940, o arroz representou o principal produto agrícola do Rio Grande do Sul, seguido pelo milho consorciado ao suíno, sendo este, uma característica da zona colonial

Conforme destacado por De David (2005), foi por meio da triticultura que as técnicas modernizadoras se expandiram no Rio Grande do Sul. Diferentes foram os condicionantes para a expansão da lavoura do trigo, dentre eles, o interesse de grandes empresas, condições naturais favoráveis para o desenvolvimento, bem como o papel do Estado para expansão da produção nacional e substituição das importações. (DE DAVID, 2005).

Para melhor compreender o processo de reorganização do espaço agrário no Rio Grande do Sul, devemos entender este frente aos processos políticos e econômicos nacionais. Deste modo, houve duas grandes fases nas transformações espaciais, a primeira calcada em políticas territoriais, que visava a proteção, posse e ocupação. Neste período, destacou-se a pecuária extensiva e, posteriormente, com o advento das políticas imigratórias, a agropecuária colonial. A segunda fase, marcou o desenvolvimento da agricultura capitalista, marcada pela expansão do arroz e, posteriormente com o binômio trigo-soja. (DE DAVID, 2005).

A segunda fase foi impulsionada pelo contexto econômico nacional e mundial, o que culminou na modernização da agricultura, intensificada nas décadas de 1950 e 1970. Neste contexto, a produção agropecuária passou por um intenso processo de modificações em suas bases produtivas e técnicas, por meio do incremento da tecnologia e do uso intensivo de fertilizantes, entre outros recursos. (DE DAVID, 2005).

Com a entrada no século XX, a agropecuária colonial enfrentou crises econômicas decorrentes das transformações que aconteciam no Centro do País. Neste período, especialmente entre a segunda e terceira década do século XX, houve a retração do complexo cafeeiro, onde lavouras de gêneros alimentícios foram implementadas, impossibilitando assim, a concorrência com a produção colonial dos agricultores familiares. Outra justificativa da crise, estava atrelada ao esgotamento do

solo em função das práticas intensivas bem como a fragmentação das propriedades. (DE DAVID, 1992).

Por fim, é possível inferir que, a atual conjuntura da produção agrícola do Rio Grande do Sul é resultado de uma intensa dinâmica no processo de ocupação e povoamento do Estado. Diante da consolidação da agricultura familiar colonial, por meio da imigração europeia, a economia do RS sofreu mudanças significativas no setor agrário, especialmente relacionadas ao processo de modernização da agricultura, o qual serão feitas reflexões no capítulo IV.

3.2 O MUNICÍPIO DE GUAPORÉ: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Guaporé está localizado na metade norte do Estado do Rio Grande do Sul, cerca de 191km da capital Porto Alegre, mais precisamente entre os paralelos 28°45'42.35" e 28°56'48.37" de latitude sul e entre os meridianos 51°47'37.60" e 52°51'18.27" de longitude oeste. Salienta-se que, sua área territorial é de aproximadamente 297,545 km², apresentando pontos que chegam a 694 metros de altitude em relação ao nível mar (IBGE, 2017). A origem do seu nome está associada aos primeiros habitantes da área, os indígenas. Assim, "Guaporé" faz referência ao seu relevo acidentado, significando "vale deserto" e/ou "rio encachoeirado". (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ, 2019).

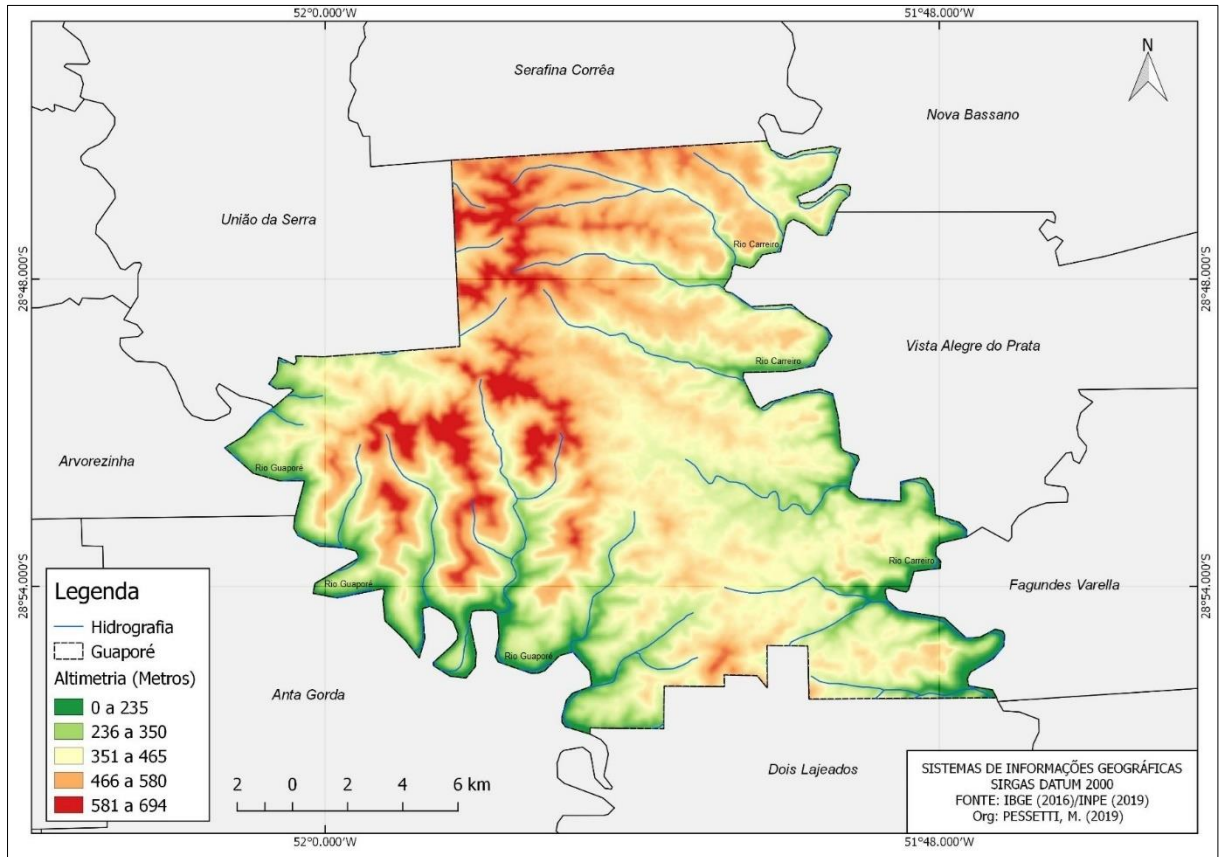
Nesse sentido, por estar localizado na porção norte do Rio Grande do Sul, o município de Guaporé se insere na unidade geomorfológica do Planalto Meridional. Esta, por sua vez, de acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019), tem por característica a sua formação geológica atrelada as rochas basálticas, oriundas dos derrames vulcânicos que aconteceram na era Mesozóica⁴.

Assim, Guaporé apresenta uma paisagem marcada pela presença de morros, especialmente na porção norte e oeste, onde são registradas as maiores altitudes. Nas direções sul e leste, o relevo mostra-se mais aplainado e com a presença da área urbana. Cabe destacar que, o relevo acidentado pode ser visualizado através da

⁴ A era Mesozóica é de grande interesse no estudo da geologia do sul-rio-grandense. Primeiro pelas alterações climáticas nela verificada, com o surgimento do deserto de Botucatu, e, segundo, pelo tectonismo que deu origem a possantes e prolongados derrames vulcânicos. Esses derrames originaram as mais importantes camadas de rochas mantenedoras do relevo do Planalto Meridional. No Rio Grande do Sul, esse planalto cobre cerca da metade do território (MOREIRA e DA COSTA, 1982, p. 18).

altimetria do município, a qual apresenta variações expressivas, com valores inferiores aos 235 metros, chegando até 694 metros. (MAPA 3).

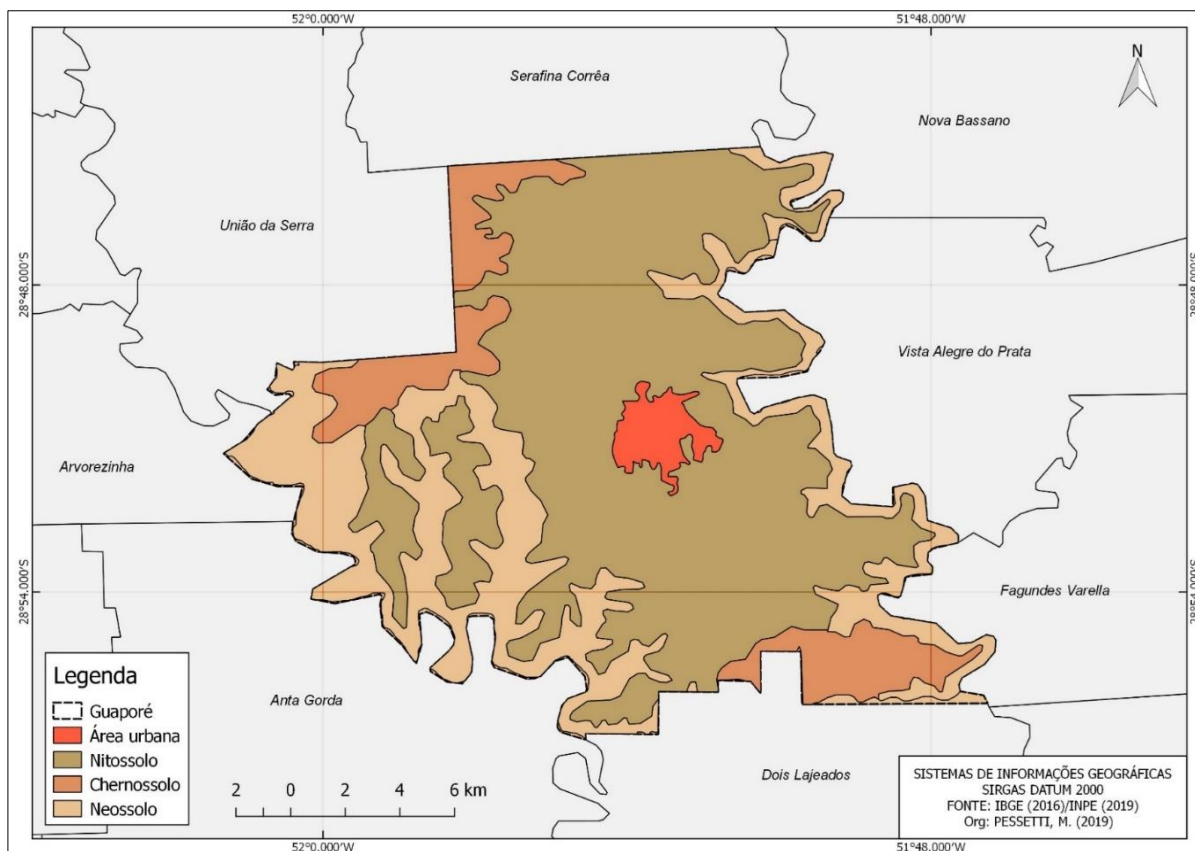
Mapa 3 – Altimetria do município de Guaporé/RS



Fonte: IBGE (2016) - INPE (2019).
Org: PESSETTI, M (2021).

Considerando os processos pedológicos, sua formação é constituída por três unidades: Nitossolos, Chernossolos e Neossolos. (MAPA 4). A porção que apresenta os nitossolos tem por característica grandes profundezas, boa drenagem e estrutura de relevo, favorecendo o desenvolvimento das atividades agrícolas. Os chernossolos são escuros, apresentando grande quantidade de matéria orgânica. Já os neossolos são pouco profundos, exigindo práticas de conservação, sendo utilizados para pastagens e reflorestamento (STRECK, 2002).

Mapa 4 – Solos no município de Guaporé/RS



Fonte: IBGE (2016) - INPE (2019).
Org: PESSETTI, M (2021).

No que tange os recursos hídricos, o município de Guaporé está inserido na Bacia Hidrográfica do Guaíba, mais especificamente na Sub-bacia do Taquari – Antas (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019). Salienta-se que, os limites territoriais a leste e a oeste são definidos pelos dois rios que contornam a unidade municipal. Neste caso, a leste temos, o Rio Carreiro, o qual tem papel fundamental para Guaporé, uma vez que é utilizado para o abastecimento da população, e, a oeste o Rio Guaporé. (MAPA 5).

Deve-se considerar que, durante os primeiros anos do desenvolvimento econômico de Guaporé, o fato deste ser rodeado pelos rios, tornou-se um grande empecilho para o escoamento da produção. Além destas características físicas, que de certa maneira ilhavam em períodos de intensas chuvas, as estradas de ligação com outras colônias e municípios da região eram de péssimo estado. (KARAM, 1992).

atualmente se encontra o município de Muçum, antes distrito de Guaporé. Cabe destacar que, no início do processo de colonização alemã, alguns destes também se fixaram em áreas antes pertencentes ao território guaporense. Entretanto, o povoamento da municipalidade se efetivou mesmo, por meio da chegada dos imigrantes italianos, os quais foram destinados e fixados na colônia de Guaporé, onde desenvolveram a agricultura e posteriormente a indústria. (IBGE, 2019).

Diante do estabelecimento da colônia, em 1892 e, posteriormente a emancipação da mesma (1903), elevando assim Guaporé a categoria de município, os primeiros 20 anos do século XX foram marcados por um significativo desenvolvimento econômico, especialmente no que se refere a transição de uma economia baseada na produção agrícola familiar, para o incremento da produção agroindustrial. A partir deste momento os processos produtivos passaram a estar ligados não somente ao autoconsumo, mas sim, ao comércio local/regional, tornando a municipalidade referência no âmbito econômico. (BALBINOT, 2014).

Economicamente, o desenvolvimento da Colônia de Guaporé foi o mais acelerado de todos os assentamentos de imigrantes italianos. A divisão territorial em linhas e comunidades favoreceu a ajuda entre vizinhos durante a derrubada da mata fechada e conseqüentemente a rápida exploração agropecuária. (GIRELLI, 2003).

De modo especial, com relação a estrutura da produção agropecuária durante os primeiros anos da emancipação, conforme ressaltado por Karam (1992), produzia-se de tudo: trigo, milho, feijão, pastagens, vinho, cana-de-açúcar, erva-mate, laranjas, arroz, derivados de suínos, aves e bebidas. O município tinha fundamental participação na produção estadual de grãos, balizada especialmente pelo binômio trigo-milho. (KARAM, 1992).

Para Girelli (2003), as principais culturas agrícolas de Guaporé eram o trigo e o milho. O ápice da produtividade guaporense aconteceu entre os anos de 1909 e 1911, quando a produção de trigo era responsável por 23% da produção total do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, quando $\frac{1}{4}$ da triticultura estadual provinha dos estabelecimentos agropecuários de Guaporé. Os números expressivos oportunizaram o surgimento de mais de 40 moinhos, que se espalharam pela região, com o objetivo da fabricação da farinha. (GIRELLI, 2003).

A triticultura juntamente com a videira, altamente produzidas em regiões de colonização italiana, como no caso de Guaporé, além de estarem vinculadas aos hábitos alimentares dos imigrantes italianos, possuíam valor simbólico religioso. Para

o colono italiano, o trigo que era utilizado para a produção dos pães, representava o corpo de Cristo. Já as uvas eram utilizadas para a fabricação do vinho, que por sua vez representava o sangue de Cristo. (BALBINOT e TEDESCO, 2020).

Com o passar das primeiras décadas, a produção de trigo acabou sendo prejudicada em função dos problemas de logística. Os problemas das vias de circulação que ligavam a colônia de Guaporé à centros de recebimento da produção, além do alto custo para os fretes, limitaram o desenvolvimento em larga escala da produção de trigo. (BALBINOT e TEDESCO, 2020).

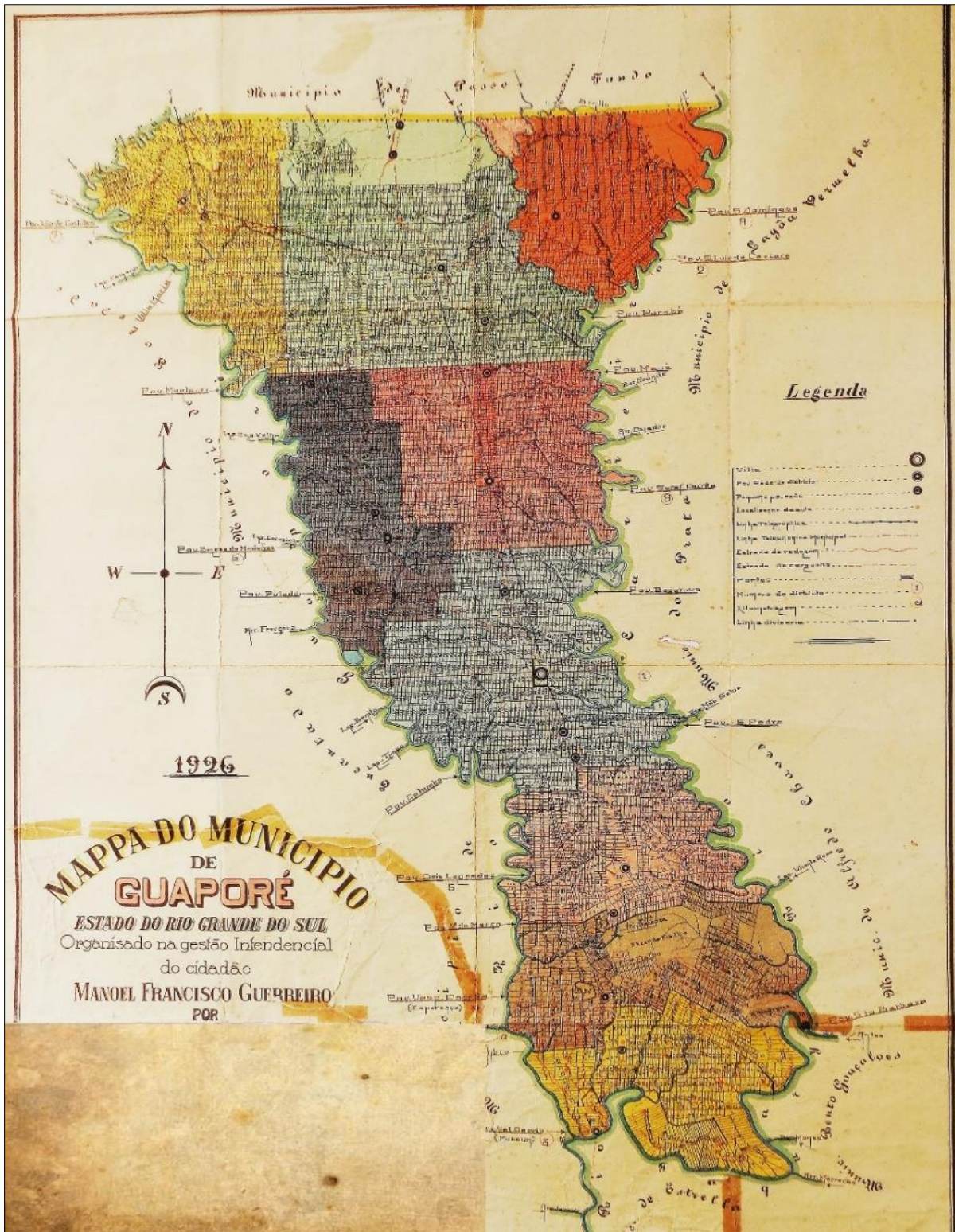
Outro aspecto importante refere-se as configurações das paisagens produzidas pelas lavouras de trigo. Durante o inverno, as paisagens agrícolas aproximavam os imigrantes das suas regiões de procedência na Itália. (BALBINOT e TEDESCO, 2020).

Na segunda década do século XX, a produção de milho passou, também, a representar a primeira colocação no Rio Grande do Sul, pois era expressivo e de fácil cultivo, sendo destinado para produção de polenta, bem com, para a alimentação dos suínos. O interesse pela lavoura do milho cresceu tanto com o passar das décadas, fazendo assim, com que, em 1962, fosse realizada a Festa do Milho, evento que colocou o município de Guaporé em destaque regional e no estado. (GIRELLI, 2003).

Assim, conforme o exposto por Girelli (2003), deve-se considerar que territorialmente a Colônia de Guaporé apresentava a maior extensão do Rio Grande do Sul, o que de certa forma, justificava a expressiva produção agropecuária. Também, possuía 44.539 hectares de terras cultivadas, o que influenciou na instalação do primeiro Posto Agrônômico do interior do estado do Rio Grande do Sul, voltado para o melhoramento dos processos relacionados às atividades agrícolas. (GIRELLI, 2003). (MAPA 6).

Durante as primeiras décadas do século XX, o município deteve o posto de maior produtor de grãos do Rio Grande do Sul. Entretanto, ao longo dos anos seguintes, especialmente durante o processo de mecanização das lavouras da região norte do Estado, o que deixou a municipalidade sem condições de competir, uma vez que, através das transformações das bases técnicas oportunizou-se um substancial aumento da produção de grãos no Rio Grande do Sul e no Brasil. Neste período, Guaporé e os municípios limítrofes passavam por significativas mudanças em seus territórios, em função das emancipações, além de que as famílias recém chegadas não dispunham de condições socioeconômicas para o investimento em lavouras empresariais, como a soja. (KARAM, 1992).

Mapa 6 – Território administrativo de Guaporé em 1926



Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul. (2020).
 Org: GUERREIRO, Manoel Francisco (1926).

Outro ponto que merece ser destacado com relação a produção agropecuária diversificada, foi que esta oportunizou o surgimento das primeiras agroindústrias, as

quais antecederam o desenvolvimento urbano. Em sua maior parte, o processamento realizado nestes estabelecimentos estava balizado na carne de suínos, da banha, entre outros derivados. Salienta-se que o desenvolvimento agroindustrial antecedeu a consolidação do espaço urbano, contribuindo para um intenso processo de fragmentação territorial de Guaporé, resultando em várias emancipações e criação de novos municípios. (BALBINOT, 2014).

Conforme destacado por Balbinot (2014), a dinâmica da policultura familiar proporcionou certa estabilidade econômica para o pequeno agricultor guaporense. Em função da disponibilidade de inúmeros produtos, a comercialização destes se deu com base na valorização do mercado o que oportunizou a geração constante de rendimentos para as famílias. (BALBINOT, 2014).

Um dos grandes problemas que impedia o acesso à Guaporé e o escoamento da produção estava relacionado as vias de acesso. Assim, necessitava-se de maneiras que pudessem viabilizar o acesso a circulação de pessoas e da produção. Portanto, em 1973, foram concluídas as obras da Ferrovia do Trigo, a qual foi motivo de orgulho pela comunidade municipal e regional devido a sua grandiosidade e moderna engenharia, além de ter oportunizado o desenvolvimento de atividades turísticas. Atualmente, depois de algumas décadas abandonada, a Ferrovia do Trigo retornou suas atividades em agosto de 2019, as quais hoje, destinam-se para fins turísticos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ, 2019).

Desde 1903, quando ocorreu a emancipação administrativa de Guaporé, ao longo do século XX, a fragmentação territorial em decorrência de sucessivas emancipações de seus antigos distritos, acarretou a perda de significativas porções de terras voltadas a atividade agrícola (BALBINOT, 2014). Ao comparar os mapas 6 e 7, é possível perceber que a perda de área susceptível à agricultura foi muito significativa, cerca de 70% do território guaporense foi desmembrado, conforme evidenciado por Girelli (2003). (MAPA 6 e 7).

Deste modo, no decorrer do século XX, a cidade passou por transformações sociais e econômicas significativas que acabaram por delinear o seu crescimento. Simultaneamente ao apogeu da produção agrícola, diante dos conhecimentos técnicos trazidos por algumas famílias da Itália, nas primeiras décadas do século ocorreu o início da indústria, que mais tarde consolidou e redirecionou a economia municipal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ, 2019).

Considerando o exposto até o presente momento, deve-se ressaltar o papel do imigrante italiano no desenvolvimento econômico da unidade municipal. Foi a partir da colonização da área que as primeiras atividades econômicas começaram a ser desenvolvidas, o que veio delinear a atual organização do espaço de Guaporé, especialmente nas questões que envolvem a produção agropecuária.

Prosseguindo, a partir da década de 1980, a indústria passou a ser o principal setor na participação do crescimento econômico. O aumento no número fábricas e indústrias promoveu o desenvolvimento urbano e atraiu a população rural por meio da oferta de empregos. Desde então, com o intenso êxodo rural, a população passou a diminuir expressivamente, o que não fez do espaço agrário menos importante para Guaporé, uma vez que, os números relativos à produção continuaram a ter grande participação no âmbito regional e estadual. Atualmente, a municipalidade é estabelecida como 2º polo nacional na produção de joias, ficando atrás apenas de Limeira, em São Paulo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ, 2019).

Através da Tabela 1, é possível visualizar a evolução da população de Guaporé. Os dados demonstram a constante diminuição da população rural. O fenômeno pode ser justificado pelo aumento da oferta de empregos na indústria e no comércio, intensificando o êxodo rural e atraindo, também, pessoas de municípios vizinhos. A diminuição no tamanho das famílias, a mecanização do campo, além da procura por melhores condições vida na cidade, favoreceram a saída do campo. (TABELA 1).

Outra questão importante de ser destacada com relação a dinâmica populacional de Guaporé, refere-se ao fato de a municipalidade ter perdido território por meio das emancipações administrativas de seus distritos e, conseqüentemente, a população pertencente a este, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990.

Embora os Censos Demográficos tenham demonstrado que a população rural de Guaporé reduziu significativamente, foi destacado pelas lideranças municipais envolvidas com as questões agropecuárias que, diante do intenso êxodo rural, foram elaboradas algumas políticas públicas que viabilizaram a permanência da população do campo e, conseqüentemente, sua reprodução social. A perspectiva é que nos próximos resultados populacionais do IBGE, a população rural apresente uma estabilização em seus números. (TABELA 1).

Tabela 1 – População total, urbana e rural de Guaporé/RS

Ano	Total	Urbana	Rural
1970	25.227	8.367	16.860
1980	24.630	11.399	13.231
1991	19.825	14.028	5.797
2000	20.064	17.678	2.386
2010	22.814	20.820	1.994
2019	25.727*	-	-

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 1970, 1980, 1991, 2000, 2010/Estimativas 2019.

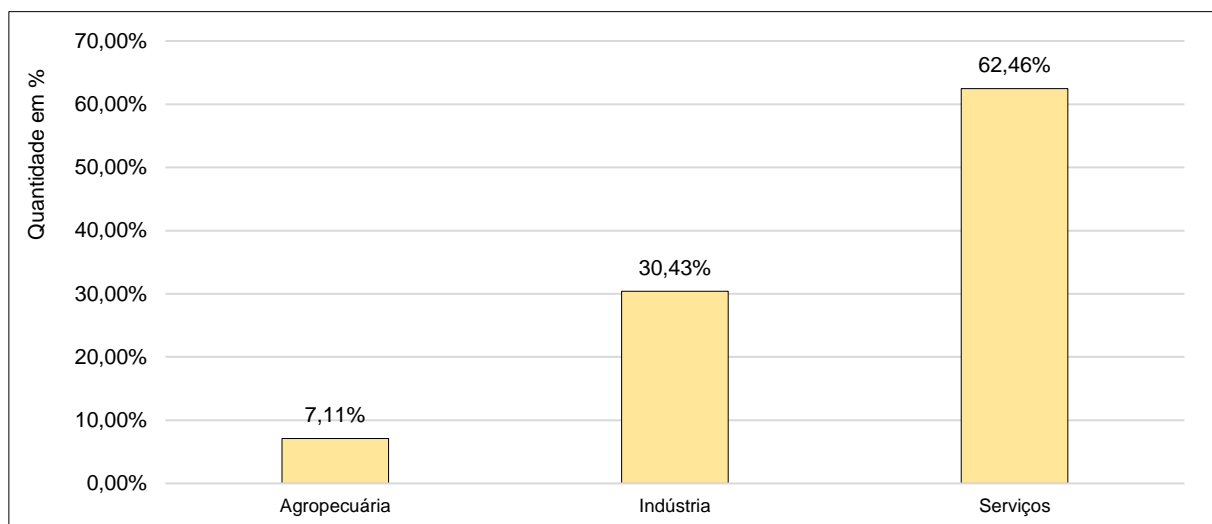
Org: PESSETTI, M (2019).

*Estimativa populacional IBGE.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), o município possui uma densidade demográfica de 76,64 hab/km², apresentando uma população de 22.814 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010, e uma estimativa de 25.727 em 2019. Atualmente, 91,25% da população reside na área urbana.

Quanto aos indicadores sociais e econômicos, Guaporé apresenta uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 3,76%, com uma expectativa de vida de 75 anos. O Produto Interno Bruto – PIB (2016) municipal foi de R\$ 774.920,85, com uma participação mais efetiva do terceiro setor da economia (IBGE, 2019). (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Participação dos setores da economia no PIB municipal em 2016



Fonte: IBGE – 2019.

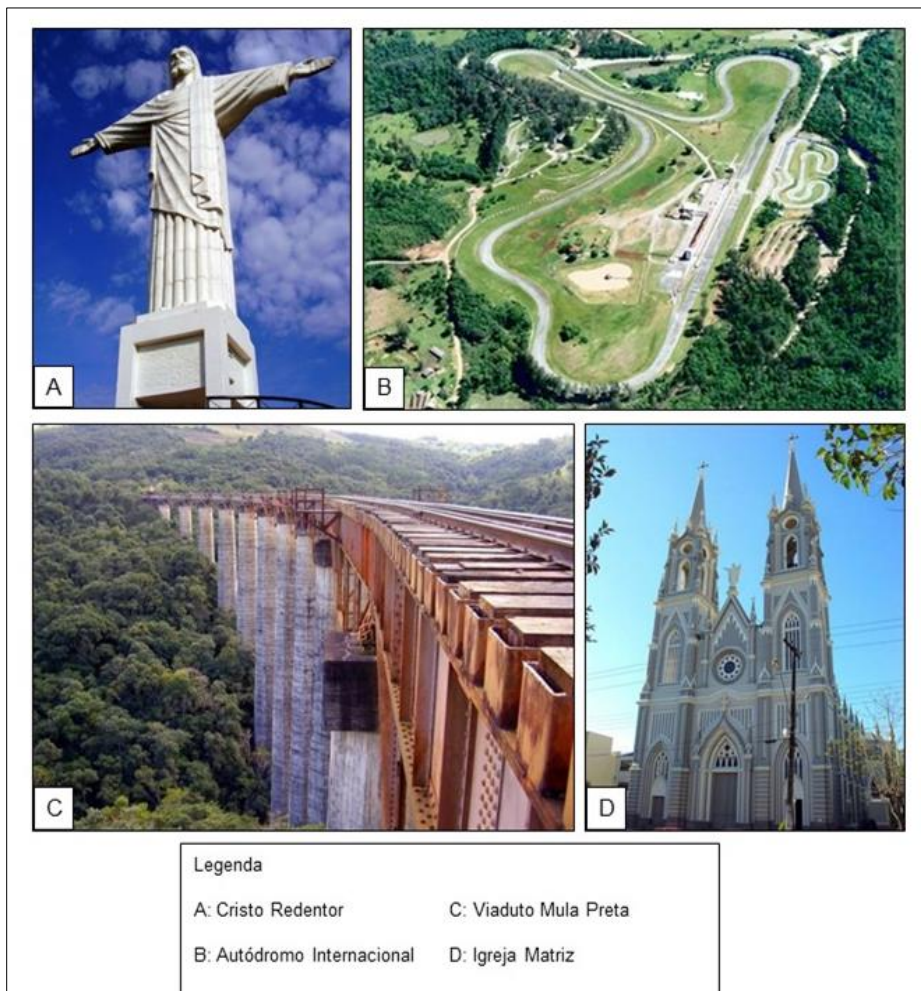
ORG:PESSETTI, M. (2019).

Cabe destacar que ao longo dos últimos anos, com a consolidação da indústria, o município se tornou polo regional no comércio, especialmente através das feiras

promovidas pelo poder público. Uma delas é a Mostra Guaporé, que acontece entre os meses de agosto e setembro, e tem por objetivo o comércio da indústria joalheira, de lingerie e da agroindústria familiar. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ, 2019).

Além do setor industrial, o município desenvolveu seu potencial turístico. Ao longo do seu processo de formação, inúmeras foram as construções que oportunizaram o desenvolvimento das atividades turísticas. Dentre todas, destaca-se o Autódromo Internacional, o Cristo Redentor, a Igreja Matriz, além das paisagens naturais que contrastam com as memórias da Ferrovia do Trigo. (FIGURA 3).

Figura 3 - Pontos turísticos do município de Guaporé/RS



Fonte: Caminhos de Guaporé (2019).
Org: PESSETTI, M (2019).

Conforme destacado anteriormente, o município passou por um intenso processo de fragmentação territorial, até chegar na sua configuração atual. Ao longo

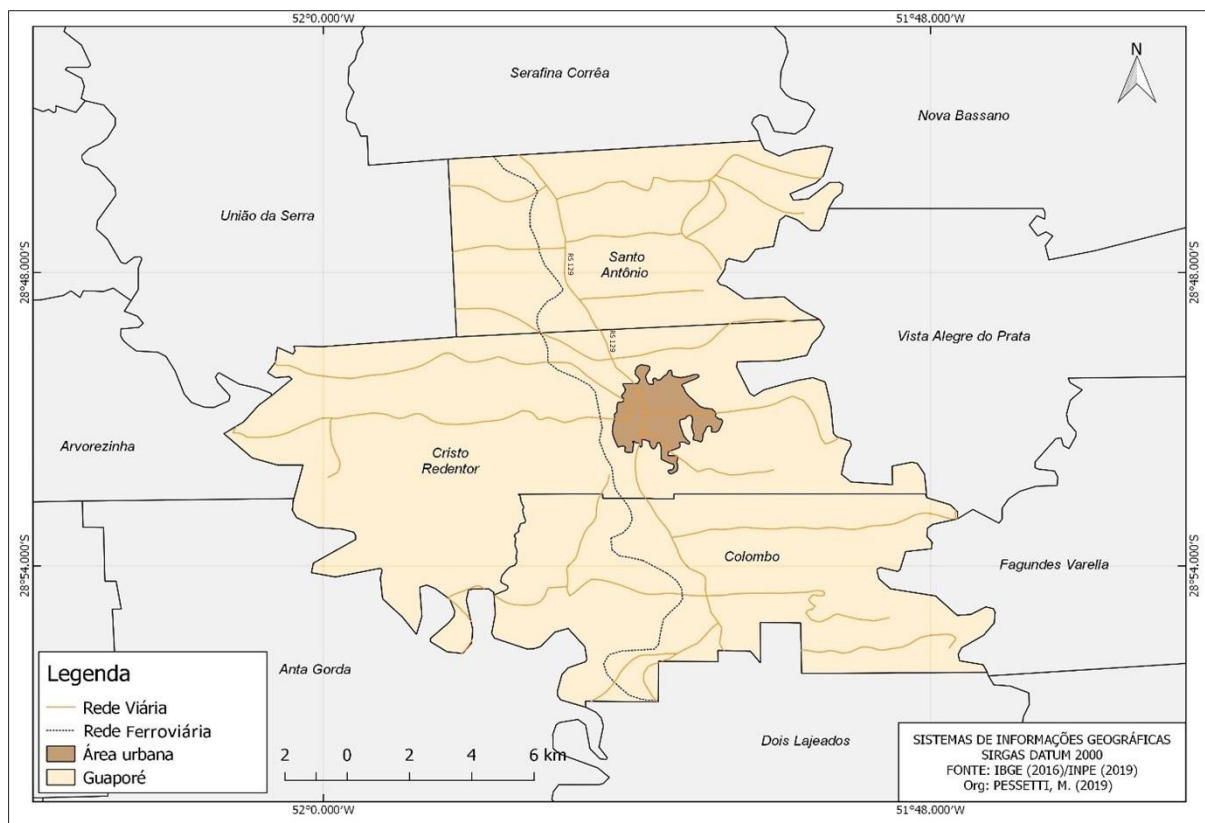
de seu desenvolvimento econômico, foram 7 desmembramentos que aconteceram via decreto. (TABELA 2). (MAPA 7).

Tabela 2 – Municípios que se desmembraram do território de Guaporé/RS

Municípios	Data da emancipação
Casca	15 de dezembro de 1954
Marau	18 de dezembro de 1954
Muçum	18 de fevereiro de 1959
Serafina Corrêa	22 de julho de 1960
Dois Lajeados	2 de dezembro de 1987
Montauri	9 de maio de 1988
União da Serra	20 de março de 1992

Fonte: SEPLAG (2016)
Org: PESSETTI, M. (2020)

Mapa 7 – Localização dos distritos do município de Guaporé/RS



Fonte: IBGE (2016) - INPE (2019).
Org: PESSETTI, M (2021).

As últimas mudanças em seu território político-administrativo, aconteceram em 1992, por meio da Lei Estadual nº 9.598, de 20-03-1992, a qual determinou o desmembramento do distrito Pulador, elevando-o a categoria de município, hoje denominado de União da Serra. Através da nova divisão territorial, foram

estabelecidos quatro distritos: Guaporé (Sede), Colombo, Cristo Redentor e Santo Antônio. Conforme o Plano Diretor Municipal (2018), os referidos distritos são compostos por 36 comunidades. (MAPA 7).

Por fim, deve-se inferir que, simultaneamente à consolidação do setor industrial e do comércio, o espaço agrário de Guaporé passou por transformações significativas, especialmente entre a virada do século XX e XXI. Visualizou-se o expressivo aumento da lavoura da soja, do número de cabeças dos galináceos, além da intensa diminuição da população rural, entre outras mudanças.

4 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ

Entender as implicações da modernização da agricultura na organização do espaço, é uma das preocupações deste trabalho. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico é fruto da transformação da sociedade, é a expressão da apropriação do homem através de seu trabalho e da técnica. Dentre os diferentes processos inerentes à reorganização espacial, destacamos a modernização da agricultura que, por meio de seu pacote tecnológico, provocou/provoca transformações no âmbito produtivo e, de maneira expressiva no social, acirrando as desigualdades entre pequenos e grandes agricultores do Brasil.

A agricultura e a pecuária são importantes seguimentos da economia brasileira, desde os tempos em que o país vivia no regime colonial. Com exceção do ciclo do ouro e da mineração, até meados do século XX os produtos agropecuários dominavam o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao longo dos ciclos econômicos, a cana-de-açúcar, o cacau, café, pecuária, entre outros, tiveram destaque entre as produções, as quais foram se alternando diante das mudanças que ocorriam. (MORAES e FRANCO, 2005).

Deste modo, nesta seção, buscou-se realizar uma reflexão acerca da modernização da agricultura, destacando as diferentes concepções teóricas e seus desdobramentos na organização do espaço. É importante destacar que não temos como objetivo esgotar o tema, mas possibilitar caminhos teóricos que contribuam para o desenvolvimento da investigação desenvolvida.

4.1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: CONCEITUAÇÕES

O conhecimento científico apresenta mudanças, superações e refutações a paradigmas e conceitos. É a partir de transformações na estrutura social que novos questionamentos emergem e revisões são realizadas, atribuindo novos sentidos aos fenômenos que marcam as diferentes temporalidades e espacialidades da sociedade.

No sentido etimológico, a palavra modernização refere-se ao ato de modernizar, adaptar algo aos dias atuais. (EDELBRA, 1995). Nas atividades do setor agropecuário, ela ganha novos sentidos, que se manifestam em diferentes escalas de

ação e resultam no emergir de novas relações socioespaciais e econômicas no espaço geográfico.

A expansão da modernização da agricultura marcou as décadas de 1950 a 1970 no território brasileiro. Portanto, em bibliografias clássicas, é comum se referir a este momento histórico e espacial a partir das transformações nas estruturas técnicas. Entretanto, com o passar dos anos e com o agravamento dos problemas sociais decorrentes, entendeu-se que a modernização da agricultura superou as questões técnicas e os processos produtivos, impactando a população rural e favorecendo o aumento da desigualdade social no campo.

Paiva (1975, p. 123) ao investigar a modernização da agricultura conceitua esta como

[...] difusão de novas técnicas de produção, que, além de mais produtivas (em termos físicos), se caracterizam por serem em geral mais intensivas de capital do que as técnicas chamadas tradicionais, que se apoiam basicamente nos fatores terra e força de trabalho.

Nesta perspectiva, evidenciou-se o caráter produtivista, onde o incremento de técnicas e a intensa utilização de maquinários caracterizam a superioridade do sistema capitalista e sua expansão sobre o campo, o qual se dava por meio de lavouras empresariais, como a soja, que em sua natureza se desenvolveu em grandes extensões de terras.

Na mesma linha de raciocínio, destacamos Graziano da Silva (1981, p. 27) onde afirma que “a chamada modernização da agricultura não é outra coisa senão o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

Reiterando, Brum (1988, p. 60), define como

[...] processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. [...] é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas de preparo e cultivo do solo, de traços culturais e de processos de colheita mais sofisticados.

Sendo o capitalismo o modo de produção que impulsionou a expansão da agricultura moderna, as desigualdades socioespaciais e econômicas são acirradas e emergem na medida em que ocorre a consolidação da capitalização do campo.

Ressalta-se que o processo de acumulação e reprodução do sistema capitalista, acima de tudo, através dos interesses das classes dominantes, promoveu o rompimento de barreiras relacionadas as características físicas e ambientais, as quais foram sendo paulatinamente suprimidas e superadas.

Com o aumento das desigualdades no campo, a luta pelo direito à terra e o surgimento dos movimentos sociais, as concepções teóricas acerca da modernização da agricultura foram incrementadas, especialmente considerando os impactos decorrentes da consolidação da agricultura conservadora, dado que esta tinha a grande propriedade monocultora como principal vetor. Os pequenos agricultores, sem condições de se inserirem nas políticas implementadas pelo governo, foram obrigados a deixar o campo e procurar os grandes centros urbanos, acentuando a urbanização e a periferização do espaço.

Considerando a origem e o propósito da modernização da agricultura, podemos dizer que a utilização de definições que consideram apenas o aspecto técnico e produtivo, talvez possam explicar o projeto pensado pelo Estado, visto que “[...] a modernização das atividades agropecuárias visava tão somente o binômio produção e produtividade, sem levar em conta todas as repercussões sociais e ambientais advindas desse modelo.”. Além da falta de apreciação em velhos problemas que, historicamente, acompanham a dinâmica do espaço agrário brasileiro, como a necessidade da reforma agrária. (MATOS e PESSÔA, 2011, p. 8).

Em estudos mais recentes, os entendimentos acerca da modernização da agricultura ganharam uma conotação social, especialmente ao contemplarem os desdobramentos e os impactos nas relações sociais do campo. Suzuki (2007) destaca a necessidade de apreender esse processo a partir da capitalização do campo e, por consequência, na nova estrutura social manifestada.

Ao estudar as novas dinâmicas espaciais impostas pela modernização do campo, Matos e Pessôa (2011, p. 4) evidenciam que estas “[...] afetam não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho”. Outra concepção referente ao tema é proposta por Kozenieki (2017, p. 80 – 81). Nesta mesma linha de pensamento, o autor considera a reorganização das relações sociais e afirma que

[...] com o crescimento dessas relações no campo verificam-se mudanças nas relações de trabalho, na composição de redes e de atores sociais, nas formas de distribuição e de acúmulo de capital proveniente das atividades agropecuárias, no direcionamento das políticas públicas, na composição da população, entre tantos outros aspectos relacionados aos conteúdos do espaço rural.

As novas relações de trabalho que passaram a caracterizar as dinâmicas do espaço, foram um dos principais aspectos no entendimento dos desdobramentos da modernização. De David e Corrêa (2002, p. 22) destacam que “[...] grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional.”. E complementam salientando que a modernização da agricultura não foi homogênea, pois não contemplou todos as esferas produtivas, sociais e regionais do Brasil. (DE DAVID E CORRÊA, 2002).

As concepções teóricas que sustentam este texto estão vinculadas aos autores que entenderam/entendem a modernização da agricultura acima das mudanças técnicas, o que não significa que desconsideramos o aumento da produtividade e o melhoramento técnico no processo de produção. Entretanto, além de marcar o início de um novo ciclo produtivo no campo brasileiro, estruturado pela técnica e o uso intensivo de insumos e maquinários, evidenciou-se o problema da desigualdade social e da marginalização da agricultura familiar, que por sua vez foi obrigado a deixar o campo em função da falta de políticas públicas voltadas à reprodução social destes indivíduos.

4.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO

A modernização da agricultura deve considerar as transformações socioespaciais impostas destacando as regiões e os novos arranjos produtivos que se constituíram a partir dela. Em seus aspectos temporais, devemos destacar que as políticas desenvolvidas pelo Estado, marcaram um período de transformações na economia global, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Ao discutir a expansão da agricultura no Brasil, Andrade (1979, p. 22) destacou que esta “[...] vem se processando rapidamente, embora em graus variáveis de intensidade, nas várias porções do território nacional”. O autor enfatiza que a

consolidação da agricultura brasileira se deu em áreas que antes eram ocupadas por matas e indígenas, vistos como entraves, citando como exemplo as porções dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. No caso deste último, especialmente na sua metade norte, região onde o município de Guaporé está inserido. Atualmente, o crescimento da agricultura se dá na medida em que ocorrem substituições de culturas agrícolas e o deslocamento das mesmas na organização do espaço.

Nesse sentido, as áreas susceptíveis a expansão agrícola, apresentavam grandes entraves para o desenvolvimento produtivo da agricultura capitalista. Entretanto, mediante a inserção de equipamentos, maquinários e técnicas para o uso e ocupação dessas áreas, gradativamente as dificuldades foram superadas. Assim sendo, em conformidade com Graziano da Silva (1980, p. 9),

As limitações impostas pela natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma natureza adequada à sua sede por maiores lucros, a partir das conquistas tecnológicas da sua propalada indústria.

A expansão das áreas cultiváveis foi crescente em todo o país e refletiu as transformações na produção agrícola mundial. Segundo Chaléard (2008), as áreas agrícolas foram aumentando de forma lenta e gradual, especialmente nas vastas áreas que foram exploradas entre as décadas de 1960 e 1980, a exemplo da Amazônia no Brasil, em partes da Ásia e da África. O autor destacou que o aumento foi de 1,5% a 4% por década, evidenciando um processo desigual em países ricos e em periféricos. Um dos fatores atrelados a desigualdade refere-se ao intenso êxodo rural.

Théry (2011) destacou que o Brasil aumentou substancialmente sua produção mundial, conseguindo um papel importante na exportação de diversos produtos. Dentre as culturas exportadas, inicialmente o café teve seu destaque e, com o processo de modernização da agricultura, a soja e outras monoculturas brasileiras foram ganhando mercado mundial. A sojicultura foi o “carro-chefe” e ajudou a impulsionar o incremento técnico nas bases de produção, onde está consolidada até a atualidade, sendo considerada uma das principais pautas de exportação do país, juntamente com o café.

Neste aspecto, Marafon e Matos (2020, p. 331) evidenciam que

A modernização era vista e projetada como a forma de atingir o desenvolvimento rural e, assim, era apresentada como a imagem do progresso. A ideia de desenvolvimento rural se restringia à produção, e o crescimento da produção agrícola era o principal indicador para mensurar o desenvolvimento econômico do campo de vários países que adotaram o pacote tecnológico da Revolução Verde.

Ao definir a Revolução Verde, Brum (1988, p. 44) inferiu que esta constituiu-se em um

[...] programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiência no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes

Ainda na perspectiva de Brum (1988), este programa foi almejado e comandado por um poderoso grupo econômico dos Estados Unidos, a Fundação Rockefeller, o qual, num primeiro momento, custeou alguns projetos de desenvolvimento de pesquisas ligadas aos produtos agrícolas. Dentre os países que aderiram a esse processo, México, Filipinas e o Brasil foram destaques. Este processo “[...] foi comandado pelas grandes corporações e introduzido de fora para dentro. Inicialmente por elas patrocinado, mas aos poucos essa responsabilidade foi passada ao poder público”. (BRUM, 1988, p. 45).

O auge da Revolução Verde aconteceu a partir de 1965, quando os resultados das pesquisas desenvolvidas nos países citados anteriormente foram bem-sucedidas, especialmente no México e Filipinas. As políticas desta revolução foram lançadas para os demais países, e assim, ocorreu a aderência das nações às novas técnicas de produção, ao uso de fertilizantes, bem como a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas. No caso brasileiro, o desenvolvimento científico aconteceu de maneira mais tardia, através da criação, em 1971, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). (BRUM, 1988).

Este período foi marcado pela expansão das características do modo de produção capitalista no campo, o qual foi acentuado com o desenvolvimento das rodovias e a mecanização do território brasileiro, dando espaço a materialização de uma agricultura voltada para as atividades comerciais, juntamente com a intensificação do uso e da exploração das terras. (ANDRADE, 1979).

A primeira fase da modernização da agricultura no Brasil, se manteve sob o ponto de vista primitivo, onde o incremento da produção se deu em decorrência do aumento da área plantada. O Censo Agropecuário de 1960, ressaltou que existiam apenas 56 mil tratores, todos importados. Não eram desenvolvidos comportamentos sociais que caracterizavam a presença de produtores movidos pelas lógicas capitalistas. Ressalta-se que a organização dos produtores ainda era restrita e por isso, reinava uma certa dificuldade de formalizar a produção agropecuária. (NAVARRO, 2015).

O setor industrial que produzia os insumos e equipamentos agrícolas, passou a pressionar a agricultura para o sentido da modernização, almejando um expressivo comércio dos seus produtos. Contudo, o que realmente alavancou o desenvolvimento da “industrialização da agricultura⁵” foram as ações governamentais em prol da viabilização do acesso ao pacote tecnológico da agricultura conservadora⁶. (TEIXEIRA, 2005).

A industrialização da agricultura, no ponto de vista de Oliveira (2013, p. 76)

[...] vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado. [...] este processo tem revelado que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo industrial de produzir no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura.

Ao falar dos processos contraditórios do sistema capitalista, Oliveira (2013, p. 74) inferiu que estes [...] produzem e se reproduzem em diferentes partes do mundo atual, criando dessa forma e sobretudo empresas de diferentes lugares do globo”. Complementa afirmando que “[...] esses processos contraditórios produziram/geraram

⁵ Por industrialização da agricultura entende-se a incorporação de técnicas, máquinas e insumos nas atividades agrícolas, à semelhança do que ocorre nas atividades industriais, tendo como um dos resultados o aumento da produtividade. Isso não significa dizer que a agricultura perde sua especificidade e transforma-se em indústria, o que se evidencia é o estreitamento dos vínculos agricultura-indústria.

⁶ Por agricultura conservadora, entende-se aquela que busca por meio de estratégias, o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Essa orientação está voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo. (BRUM, 1988).

movimentos de concentração da população, primeiro nas regiões metropolitanas, depois nas capitais regionais e em geral nas cidades” (OLIVEIRA, 2013, p. 74 - 75).

Conforme descrito por Matos e Pessoa (2011), o desenvolvimento da agricultura conservadora ocorreu em meio a modernização do território, mediada pela difusão do meio técnico-científico-informacional. Este momento foi caracterizado, de acordo com Santos (1994, p. 159) pela junção entre a técnica e o conhecimento científico, afirmando que “neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação”.

Matos e Pessoa (2011, p. 3) enfatizaram que

Todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações, assim, a modernização da agricultura faz parte da modernização do território.

A constituição da agricultura conservadora no Brasil teve seu início no Planalto Gaúcho, onde o processo centrou-se, primeiramente, na triticultura, com a implantação de mudanças profundas nas técnicas de cultivo e manejo do solo, além das relações de produção e, posteriormente com o cultivo da soja. (BRUM, 1988).

As mudanças nos cenários produtivos aconteceram por meio da expansão da soja, tendo seu destaque especialmente nos anos 70, quando passou a ocupar o primeiro lugar nas produções, ultrapassando a triticultura. Ressalta-se que, a dinâmica do binômio trigo-soja, ocorrida entre as décadas de 50, 60 e 70 do século XX, deu-se em decorrência das mudanças nas políticas econômicas e nos costumes alimentares dos países norte-americanos e europeus. (BRUM, 1988).

Com relação a produção de soja, Santos e Silveira (2001, p. 128) afirmaram que esta configurou-se como

[...] emblema de uma agricultura modernizada, a soja penetra no Brasil, depois da década de 1964, a partir de uma frente pioneira no Rio Grande do Sul. Com 334.520 hectares, essas plantações foram responsáveis por 93,03% da área cultivada no país e por 90,51% do volume da produção nacional. Ancorado na demanda de farelos proteicos para alimentação animal pelos países europeus e no crédito fiscal, o avanço da fronteira agrícola da soja foi extraordinário, assim como o aumento da quantidade produzida

O incremento da produção de soja promoveu significativas transformações na organização espacial do Rio Grande do Sul. Inicialmente, sua expansão se deu por

meio de grandes estabelecimentos agropecuários e, posteriormente, em regiões com uma estrutura agrária baseada em pequenos e médios estabelecimentos, onde os impactos da monocultura foram maiores.

A soja é cultivada desde a antiguidade e, também, é um alimento importante para o consumo humano e animal. Em um processo gradual, conquistou terras ao longo do século XX, e continuou em expansão ao longo do território, e por vezes, se estabeleceu de maneira conflituosa com agricultores camponeses e territórios tradicionais. A produção dessa lavoura causou o desmatamento em muitas áreas, especialmente no Mato Grosso, onde ganhou exponencial expressividade, com toneladas voltadas para o mercado internacional. (CHALÉARD, 2008).

A mecanização e modernização de lavouras como a da soja, oportunizou uma aproximação cada vez mais acentuada entre a indústria e agropecuária, ressaltando os fluxos e as relações entre o campo e a cidade. Delgado (2001) ao discutir a difusão das relações entre agricultura e indústria, denominou este processo como “integração técnica-agricultura-indústria”. Para o autor, essa integração oportunizou as mudanças nas bases de produção, através do pacote tecnológico que acompanhou a Revolução Verde, bem como, estreitou as relações entre diversos setores da indústria.

O período foi o mais significativo quanto a expansão da agricultura capitalista no Brasil, a qual foi alimentada com o intenso processo de urbanização e com o fortalecimento da economia urbana. É importante considerar que este modelo de agricultura conservadora foi desenvolvido, também, diante da derrota das discussões da questão agrária, durante a década de 50. Portanto, ao passo que o regime militar se instaurou, por meio do Golpe Militar de 1964, os discursos que defendiam a questão agrária foram oprimidos pela política do Estado. O período oportunizou, além do pacto da modernização da agricultura conservadora, a ascensão das oligarquias rurais ligadas a grande propriedade e ao capital financeiro. (DELGADO, 2001).

A aproximação entre o setor industrial e agrícola, favoreceu a consolidação dos Complexos Agroindustriais – CAI's. A utilização do termo “Complexo” justifica-se, pois este, segundo Marafon (1998, p. 5) serve “[...] para a análise do encadeamento, da coordenação, das relações entre os vários elementos e/ou etapas de um determinado processo”. Percebe-se que, as novas relações que se manifestaram no espaço se deram a partir de diferentes lógicas e escalas da ação, visto que desenvolver apenas

a agricultura mecanizada não bastava. Era necessário aumentar os números das exportações e, conseqüentemente, alcançar altos índices de produtividade.

O surgimento dos Complexos Agroindustriais no Brasil esteve atrelado ao cenário que sucedeu a Segunda Grande Guerra. Neste período, o setor industrial ganhou expressividade e atingiu outros setores, como o agrário, que neste mesmo momento buscava alternativas para suportar a baixa lucratividade e a falta de valorização da terra. (ERTHAL, 2006).

Quanto a expansão dos CAIs, Marafon (2011, p. 74) inferiu que esta ocorreu

[...] devido à incorporação de vastas extensões de terra, no caso da soja e das cadeias produtivas de origem histórica como o café, o algodão, a pecuária bovina, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais são formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura).

Na consolidação deste novo processo produtivo, foram incorporados inúmeros produtos oriundos das indústrias que estreitaram relações com a agricultura. Dentre essas produções, o aumento na utilização de tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas tiveram destaque neste período, sendo a produção totalmente orientada para uma demanda urbana e industrial. (MARAFON, 2011).

Conforme destacado por Teixeira (2005, p. 33)

A nova conexão entre a agricultura e a indústria, tira o poder dos grupos rurais atuarem isoladamente, além de exigir uma maior participação do Estado como capitalista financeiro. A relação básica ocorre via capital dos grupos rurais, do Estado e de grandes grupos internacionais, que geralmente incorporam outras atividades, além da agrícola.

Théry (2011, p. 297), ainda complementou que,

Le Brésil est un très grand pays agricole, gros producteur d'une série de denrées, tropicales ou non, exportateur massif de grains, viandes, huiles et tourteaux. Par l'étendue et les caractéristiques de son territoire, l'amasse de sa population, la qualité de ses cadres publics et privés, de ses centres de recherche, la taille et la diversité de son appareil industriel, il dispose d'immenses avantages comparatifs: de l'espace, du soleil, de l'eau, de la main-d'oeuvre d'exécution et d'encadrement, les industries d'amont et d'aval qui enserrant l'agriculture moderne dans un complexe agro-industriel, ce qui fait aujourd'hui toute la différence.

Diante da expansão dos Complexos Agroindustriais, o Brasil passou a ocupar as primeiras colocações nas exportações de grãos, competindo com países considerados desenvolvidos e de primeiro mundo. Dentre seus concorrentes, estavam os Estados Unidos e a China. (THÉRY, 2011).

Os impactos decorrentes da territorialização do capital dos CAI's se manifestaram em diferentes setores da sociedade. Assim, nas palavras de Elias (2007, p. 56 e 57) tem-se

[...] a oligopolização do espaço agrícola [...] e o forte processo de fragmentação deste, denotando uma divisão territorial do trabalho associado ao setor. Essa fragmentação aumenta a diferenciação na lógica da organização do espaço agrícola e reforça a seletividade da distribuição das políticas públicas, dos sistemas de objetos e dos sistemas técnicos agrícolas modernos, fortalecendo as diferenças e especializações, o que culmina na constituição de regiões produtivas com grandes distinções entre si, agravando alguns traços estruturantes da história brasileira e toda sorte de desigualdades socioespaciais

A agricultura capitalista mundializada estruturou-se em três pilares. O primeiro voltado a produção das *commodities*, as quais eram ofertadas em mercados mundiais, retirando a produção de alimentos da pauta da geopolítica mundial. O segundo pilar estava relacionado com as bolsas de mercadorias que regulavam os preços mundiais das *commodities*, destacando-se a bolsa de Chicago. O terceiro e último pilar, era ocupado pelas empresas monopolistas, sendo estas as que, através de suas filiais, difundira preços sem a concorrência no espaço mundial, bem como os padrões de produção agropecuária. Tais características, referem-se a uma organização mundial baseada num capitalismo formado por laços. (OLIVEIRA, 2016).

Os impactos da expansão deste modelo econômico na produção agropecuária nacional foram incentivados por meio das políticas criadas e desenvolvidas pelo Estado. O Sistema de Crédito Rural foi um dos principais meios que viabilizou a implantação e expansão da agricultura conservadora. Nas palavras de Marafon e Matos (2020, p. 333 – 334) “Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, essa política foi promotora de desigualdades devido ao seu caráter seletivo, por se concentrar principalmente nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores.”.

Matos e Pessoa (2011), ao considerarem as políticas do Estado, dividiram o período da modernização da agricultura em dois momentos. O primeiro, entre a

década de 1960 e o início da de 1980, o Estado teve papel fundamental no desenvolvimento de políticas, sendo considerado pelas autoras, a época em que se teve uma efetiva ação em prol do crescimento da agricultura conservadora. Posteriormente, entre os anos 1980 e 1990, teve-se uma queda nas políticas agrícolas, as quais foram revistas e reestruturadas na década de 90.

Embora a década de 1980, seja vista por alguns estudiosos como a década perdida, em função do Brasil ter sido afetado por baixas taxas de crescimento econômico, decorrentes da crise econômica que atingia os países de capitalismo avançado, o setor da agropecuária obteve um ganho significativo através do melhoramento da qualidade dos produtos ofertados, bem como, da consolidação de uma oferta de alimentos e matéria-prima vindos das atividades agrícolas. Tal produção foi aliada a demanda existente, abandonando a escassez temporária de alimentos (NAVARRO, 2015).

Deste modo, conforme Matos e Pessôa (2011, p. 13),

Em aproximadamente 20 anos, isto é, no período que se estende das décadas de 60 a 80, do século XX, o Estado manteve uma política forte de concessão de subsídios (crédito rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos, criação de programas) e implantação de infraestrutura, como a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e a construção de armazéns para grãos, ou seja, o Estado promoveu a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária.

Salienta-se, na interpretação de Oliveira (2013, p. 94) que,

Essas ações estimuladas pelo Estado, somadas à própria lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da agricultura especificamente capitalista e da agricultura camponesa.

O reordenamento territorial, foi marcado pelo emergir de uma intensa circulação produtiva. Neste contexto, Santos (2014) afirma que o espaço geográfico foi formado por fixos e fluxos, os quais permitiram compreender os movimentos espaciais. Assim, de acordo com o autor, os fixos “[...] nos dão o processo imediato do trabalho [...] são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”. Com relação aos fluxos, estes referem-se ao “[...] movimento, a circulação [...] eles nos dão também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo”. (SANTOS, 2014, p. 85-86).

Deste modo, considerando Santos (2014), é possível afirmar que o processo de modernização da agricultura pode ser entendido na perspectiva do movimento, uma vez que, embora este fenômeno tenha por característica a especialização produtiva, através deste, materializou-se no espaço uma intensa rede de fluxos, por meio da comercialização dos insumos e equipamentos agrícolas, bem como no próprio processo de exportação das cadeias produtivas. Neste caso, os fixos estão relacionados a especialização produtiva, visto que as cadeias exportadoras se concentraram em determinadas regiões do Brasil.

Podemos concluir que o desenvolvimento em larga escala da produção agropecuária, viabilizada pelas mudanças nas bases técnicas e no uso de insumos, seria uma característica nula se o espaço não fosse marcado pelos fluxos. Com o investimento em transportes e na comunicação, ou seja, na tecnificação do espaço, estes permitiram o desenvolvimento dos circuitos espaciais de produção e a manifestação das relações entre diversas escalas.

Elias (2007) afirmou que a produção agropecuária globalizada difundiu as redes agroindustriais no território, desde o local até o global. A autora ressalta que “Compreender os fluxos que perpassam os arranjos produtivos agrícolas [...] é um exercício de análise que permite a síntese das estratégias de ação das principais empresas associadas aos grandes conglomerados atuantes no agronegócio” (ELIAS, 2007, p. 58).

A capitalização do campo trouxe consequências da estrutura social. Assim, diante da expansão do sistema capitalista, o campo passou a ser caracterizado pelas diferenças sociais, especialmente calcadas na emergência de duas classes distintas, os agricultores capitalistas e os camponeses. Com relação ao quadro que se instala no espaço agrário brasileiro, Teixeira (2005, p. 28) inferiu que este

É de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para a exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais.

Os reflexos da modernização da agricultura não foram sentidos apenas no melhoramento técnico e produtivo do campo, mas também nas novas relações sociais que se manifestaram no espaço. Portanto, cabe destacar que os impactos da apropriação do capitalismo na agricultura são refletidos, também, nas relações de

trabalho, uma vez que este modelo produtivo exclui o pequeno agricultor através das políticas de incentivo voltadas para os médios e grandes produtores, além de viabilizar o trabalho rural assalariado. Graziano da Silva (1981, p. 30) afirma que

[...] a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da força de trabalho não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade e do emprego dos trabalhadores rurais.

De David e Corrêa (2002, p. 30) ressaltaram que “[...] grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional”. Ainda com os autores citados “[...] em regiões onde predomina a criação de gado, os trabalhadores foram favorecidos, pois há tarefas durante todo o ano. Por outro lado, em regiões monocultoras, o emprego temporário passou, em geral, a ser mais intenso”. (DE DAVID e CORRÊA 2002, p. 30).

Conforme evidenciou Sampaio (2011), ocorreu um rebatimento no trabalho através das novas relações desenvolvidas por meio do processo de modernização da agricultura. A apreensão da agricultura modernizada para o autor supramencionado, vai ao encontro com a perspectiva de outros estudiosos do tema, como Kozenieski e Elias, os quais consideram este período caracterizado por mudanças sociais expressivas. Assim, Sampaio (2011, p. 7) afirma que

O processo modernizador é a expulsão do pequeno produtor que excluído, vai se marginalizar nas cidades e intensificar os problemas urbanos, como habitação, desemprego, violência, entre outros, tornando-se comumente uma oferta de trabalho instável, precário e informal. Muitos por ocupar a periferia e conhecer a lida no campo passam a morar na cidade e trabalhar no campo, são os chamados “boias-frias”.

Os anos que constituíram a década de 1990, foram marcados pelo emergir das discussões relacionadas ao acesso à terra, materializando um processo de politização, alimentado pelos movimentos sociais, os quais haviam sido oprimidos durante o período do regime militar. Estes foram representados, especialmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, que se expandiu e ganhou forças por todo o Brasil. Cabe destacar que, para os grandes produtores integrados aos processos produtivos, esta década foi bastante conturbada, principalmente nos

primeiros anos, em decorrência da baixa rentabilidade da terra, resultando na perda de riqueza patrimonial. (FERNANDES, 2018).

Nos anos 1990, observou-se a volta das discussões que permeavam a reforma agrária, resultando na criação de diversas propostas de assentamentos. Assim, através da retomada destas questões, teve-se o reconhecimento da agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o qual se consolidou, posteriormente em 2006, através da lei 11.326⁷. Deste modo, diante de tal reconhecimento, configurou-se um dualismo no espaço agrário brasileiro, calcado em agricultores familiares e não familiares. (ATAFIN, 2007).

Outro ponto destacado por Altafin (2007) refere-se as nomenclaturas utilizadas como sinônimos para o agricultor familiar no Brasil. De norte a sul do Brasil, é possível encontrar terminologias diversas, sendo algumas delas: caipira, caboclo, colono e roceiro, apontando para a heterogeneidade da categoria. Considerando o contexto regional em que o município de Guaporé está inserido, destaca-se que é comum a utilização do termo “colono” para se referir aos agricultores familiares, especialmente quando estes possuem suas origens atreladas a imigração italiana.

É importante considerar que, ao buscar subsídios conceituais para entender a agricultura familiar, é possível verificar duas vertentes. A primeira vertente, defendida por autores como Wanderley (2000) que entendem esses sujeitos como resultado da transformação da sociedade e, assim, a maneira de reprodução no espaço agrário estaria atrelada as raízes históricas camponesas. A segunda vertente, utilizada por teóricos como Abramovay (2002)⁸ entendem os agricultores familiares como produtos das novas relações capitalistas do campo.

Este trabalho vai ao encontro à primeira perspectiva, uma vez que os agricultores do município de Guaporé, na maioria entendidos como familiares, se reproduzem socialmente com base no modo de vida colonial, atrelado a cultura

⁷A lei 11.326 determina agricultores familiares a partir dos seguintes critérios:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

⁸ Autores que seguem a mesma perspectiva teórica, defendem também que, a agricultura familiar deve-se modernização a partir de uma maior integração com o agronegócio, transformando os pequenos agricultores em empreendedores rurais. Exportar, agregar valor, identificar a origem, aprimorar embalagens, contratar demanda, lastrear preços... Tudo isso, que é o mundo do agronegócio, precisa chegar aos pequenos agricultores (MORAES e FRANCO, 2005, p. 82).

deixada pelos imigrantes italianos. Desta maneira, entende-se que os agricultores familiares como produto das transformações socioespaciais e que, portanto, devem ser compreendidos como o resultado de mudanças exercidas por múltiplos agentes.

Embora se visualize uma maior inserção do agricultor familiar no mercado, especialmente inserido na agricultura capitalista, este não pode ser considerado um produto do capital, uma vez que, por vezes, a sua inserção no capital pode se constituir como uma estratégia que oportuniza a sua permanência no espaço agrário, preservando seu modo vida. Nessa perspectiva, Dallanôra (2018, p. 26) afirmou que

[...] o agricultor familiar, mesmo diante das transformações presentes na organização da sociedade e dos modos de produção, não rompeu definitivamente com seus vínculos anteriores; pelo contrário, mantém suas tradições camponesas, fortalecendo-se diante da capacidade de adaptação das novas exigências da sociedade capitalista.

Deve-se considerar que, em todas as tentativas de conceituar a categoria, esta possui um traço em comum, a base de produção familiar. Neste ponto, Marafon (2006, p. 21) destaca que esta “[...] é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média”.

Tal característica, proporciona, de acordo com Wanderley (2000) um modo de vida particular no espaço agrário. A autora evidencia que “[...] de modo geral, as áreas onde a agricultura familiar é predominante, correspondem às situações de maior intensidade da vida social local” (2000, p. 35). Entretanto, existe a necessidade de o espaço agrário oportunizar a permanência deste modo de vida, mediante uma estrutura social que beneficie a família rural no que tange as perspectivas da produção agrícola, assim como as atividades não agrícolas, materializando a pluriatividade (WANDERLEY, 2000).

Embora a desigualdade fundiária e a luta pela terra ainda sejam umas das características presentes no campo brasileiro, as políticas agrárias⁹ e agrícolas¹⁰ que reconheceram a agricultura familiar foram de suma importância, pois estas confrontam o modelo conservador de agricultura. Necessita-se assim, de acordo com Fernandes (2018) avançar, através de um pensamento híbrido.

Portanto, Fernandes (2018, p. 120) salienta que

Pensar el Brasil agrario es pensar el desarrollo en la perspectiva territorial, en la perspectiva multidimensional y multiescalar. Es pensar en todas las dimensiones y escalas; que la producción de alimentos, fibras y energía no está separada de la educación y las inversiones, de la salud y la tecnología, del trabajo y el conflicto, de la vivienda y la industria, de la preservación y el mercado, del campo y la ciudad. Es necesario unir lo que el capitalismo separó con su modelo sectorial y fragmentario.

Embora o desenvolvimento das relações capitalistas no campo tenha agravado as questões sociais, culminando em inúmeros conflitos e movimentos de resistência, deve-se considerar que houve um aumento significativo na produção de grãos, cerca de 75%. (MORAES e FRANCO, 2005).

Embora nossa pesquisa busque compreender as atividades agropecuárias, é oportuno destacar que, a partir de década de 1990, começou a delimitação de um novo espaço agrário brasileiro, calcado não apenas em atividades agrícolas, mas também em alternativas que possibilitam a reprodução, especialmente dos agricultores familiares. O espaço agrário modificou-se buscando através de novos meios oportunizar a permanência dos agricultores.

⁹ Tem como objetivo influir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privativamente (Políticas de reforma agrária) e de sua influência no processo de ocupação de novas terras consideradas, pelas agências estatais ou pelos atores privados, como de fronteira agrícola (Política de colonização). Isso significa que a Política agrária é eminentemente uma Política estrutural, de intervenção direta em estruturas existentes, tendo em vista sua alteração ou consolidação, e de longo prazo, pois seus efeitos serão plenamente percebidos apenas passado algum tempo após sua implementação. Nesse sentido, a Política agrária é considerada um instrumento indispensável para que se desencadeie um autêntico processo de desenvolvimento rural sustentado e não apenas de desenvolvimento agrícola. (LEITE, 2001, p. 24)

¹⁰ A Política agrícola visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal, etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. Assim, a Política agrícola engloba tanto Políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como Políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura e de recursos naturais e meio ambiente). (LEITE, 2001, p. 23)

A este respeito Marafon (2011, p. 75-76) destacou que

Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Esse fenômeno é denominado pluriatividade.

Este quadro é comum de ser encontrado em famílias rurais que moram em municípios com potencial industrial e comercial. Ou seja, toda a renda que promove a permanência no espaço agrário não está atrelada somente as atividades agrícolas, mas também, em serviços que alguns membros da família se ocupam em parte do dia.

Neste aspecto, Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002) ressaltaram que o novo rural brasileiro tem por característica a presença de atividades não-agrícolas, voltadas para a moradia, ao lazer e atividades ligadas ao setor secundário e terciário. Assim, “[...] a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo total de trabalho das famílias rurais, e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação dessas famílias”. (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI E CAMPANHOLA, 2002, p. 45).

Este fenômeno, cada vez mais intensificado no espaço agrário do Brasil, é chamado de pluriatividade rural, que vem se expandindo em decorrência da revalorização do espaço agrário em atividades ligadas ao setor secundário da economia, atraindo, cada vez mais, trabalhadores oriundos das atividades familiares na agricultura. Dentre as atividades não agrícolas, é possível destacar o turismo rural, o qual vêm ganhando expressividade ao longo dos últimos anos. (MARAFON, 2011).

Numa perspectiva contemporânea de compreensão do espaço agrário, Elias (2007) evidencia que neste processo é possível identificar uma reorganização do espaço agrário frente a difusão do meio-técnico-científico-informacional, o qual oportuniza a criação de sistemas produtivos que, gradativamente, diminuem a participação dos moldes tradicionais da agricultura. Os pequenos agricultores expulsos do campo, marginalizam-se nas áreas urbanas e acirrar as desigualdades sociais.

É possível perceber de forma mais clara o processo de marginalização e exclusão social do pequeno agricultor em regiões onde a agricultura capitalista se

desenvolveu em maior escala, como o Sudeste e o Sul do País. Foi possível observar um intenso êxodo rural, uma vez que as classes mais favorecidas frente a modernização do setor agrário foram os grandes e médios proprietários, ou seja, aqueles que desfrutaram de condições favoráveis para adotar os novos modelos produtivos impostos pela indústria. (SAMPAIO, 2011).

Assim, os sujeitos que careciam de condições, viram-se obrigados a migrar para as cidades. Embora existissem pequenos agricultores com posse de alguns hectares de terra, estes não possuíam as devidas condições econômicas para se reproduzirem socialmente no espaço agrário, uma vez que a nova lógica de permanência exigia mudanças nos modos de produção através do incremento de máquinas e equipamentos, que só eram possíveis de serem adquiridos através da compra. Merece destaque que os agricultores deste grupo não eram beneficiados pelas políticas de crédito rural, uma vez que estas, conforme já ressaltado anteriormente, voltaram-se exclusivamente para os grandes proprietários. (SAMPAIO, 2011).

Elias (2007) defendeu a tese de que o processo de urbanização durante a segunda metade do século XX, esteve atrelado a consolidação dos Complexos Agroindustriais por meio do que ela denominava como agronegócio¹¹ globalizado. Nesta perspectiva, o novo modelo de produção agropecuária oportunizou novos meios de apropriação do capitalismo no campo, impulsionados pelos interesses das grandes empresas internacionais, caracterizando uma agricultura a serviço do mundo globalizado. A autora traz em suas discussões o processo de globalização como determinante na organização do espaço agrícola.

Portanto, “[...] quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna a sua gestão, dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente a economia urbana” ELIAS (2007, p. 54). Em outra publicação, ao tratar sobre a produção agropecuária brasileira, Elias (2016, p. 220) enfatiza que atualmente esta

[...] passa por um processo de reestruturação produtiva, abalizada na racionalidade do atual sistema temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizado, direcionando-se cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de *commodities* para exportação.

¹¹O agronegócio refere-se à cadeia produtiva que inclui desde a produção rural, a agroindústria, os serviços e a distribuição. Trata-se de uma integração da cadeia produtiva, englobando o antes o e o depois da porteira. (MORAES e FRANCO, 2005).

Deve-se considerar que o quadro descrito pela autora é vivenciado na atualidade em municípios interioranos. Entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, o município de Guaporé, demonstrou significativa diminuição na sua população rural, visto que buscava melhores condições na área urbana, que por sua vez encontravam-se dispostas pelo setor secundário e terciário. Entretanto, uma parcela dos novos trabalhadores urbanos, ao se estabilizarem-se economicamente, buscaram no espaço agrário, o desenvolvimento da produção agropecuária, principalmente através cultivo da soja, a qual vêm ganhando expressividade entre os agricultores.

Por fim, deve-se considerar que as transformações da produção agropecuária brasileira não implicaram apenas em mudanças técnicas, quantitativas e qualitativas. A reorganização do espaço agrário esteve atrelada aos interesses dos grupos que possuíam os poderes políticos através das ações que foram desenvolvidas, do incentivo a mecanização, da expansão da monocultura e das políticas públicas desenvolvimentistas e, portanto, seus reflexos foram sentidos nas relações sociais, tanto no meio rural, como no urbano.

4.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GUAPORÉ: MAQUINÁRIOS, INSUMOS, CRÉDITO E POLÍTICAS MUNICIPAIS

Os indicadores da modernização da agricultura estão vinculados ao aumento na utilização de insumos e maquinários agrícolas. O Censo Agropecuário de 2017 evidenciou o crescimento da mecanização e da modernização dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, onde foram adquiridos tratores, semeadeiras, entre outros recursos que viabilizaram o andamento dos processos produtivos.

O município de Guaporé se encontra inserido neste contexto. Embora a escala de análise não contemple o século XX, deve-se destacar que neste período aconteceram alguns saltos no incremento tecnológico da agricultura e da pecuária, especialmente por meio do Posto Agrônômico, que foi instalado durante as primeiras décadas do desenvolvimento de Guaporé e, posteriormente, com a realização da Festa do Milho e da Primeira Exposição Regional dos Suínos. (BALBINOT e TEDESCO, 2020).

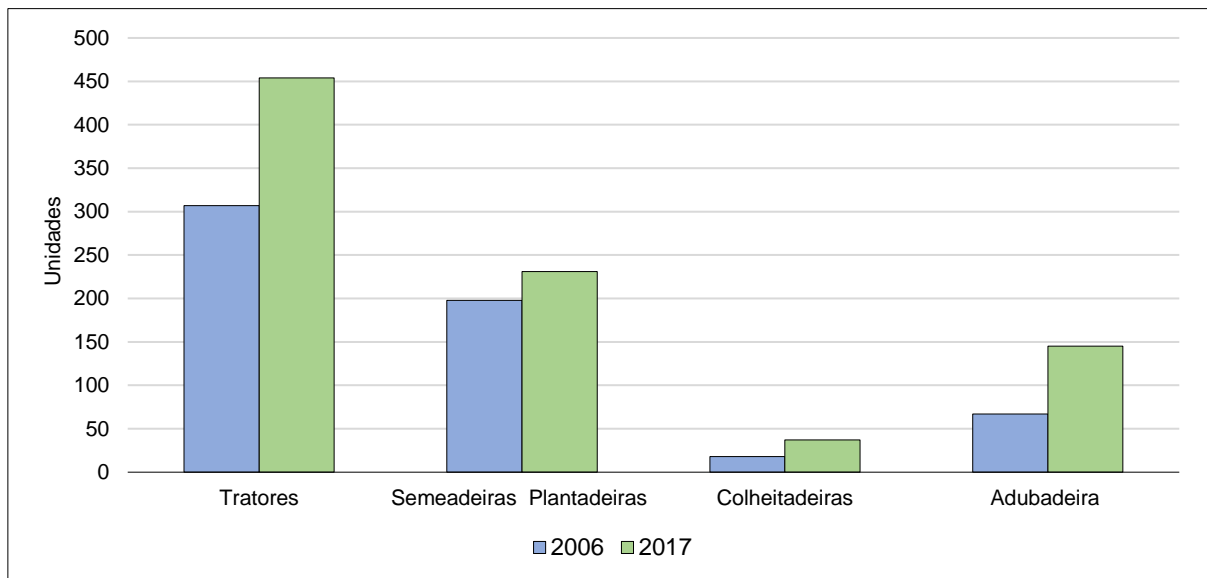
Embora o município tenha passado por alguns momentos de melhorias na estrutura técnica da produção agropecuária durante o século XX, a ocorrência de um processo modernizador se deu nos anos que sucederam a virada do século XX para

o XXI, especialmente a partir de 2006, com o desenvolvimento de políticas públicas em prol dos agricultores familiares de todo o Brasil. Tais ações oportunizaram o aprimoramento da produção através da modernização representada, em sua maior parte, pela compra de novos implementos e do aumento do uso de insumos.

A partir do Censo Agropecuário de 2017, constatou-se o crescimento na utilização de implementos e maquinários em todas as escalas do território brasileiro em relação ao ano de 2006. Assim, o aumento expressivo na compra e uso de maquinários nos estabelecimentos agropecuários de Guaporé foi uma tendência inevitável, conforme destacado pelos gestores e lideranças municipais.

Ao analisar os dados referentes a disponibilidade de maquinários, foi possível visualizar um efetivo crescimento em todas as variáveis. Os tratores obtiveram um aumento de aproximadamente 48% com relação aos números de 2006, apresentando em 2017 um total de 454 tratores nos estabelecimentos agropecuários. De todos os maquinários, os tratores se tornaram símbolo na modernização em Guaporé. (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Número de maquinários existentes nos estabelecimentos agropecuários no município de Guaporé/RS, 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Por meio do trabalho de campo, evidenciou-se que o trator está presente na maioria dos estabelecimentos, sendo que sua aquisição foi realizada por meio do PRONAF. A minoria de entrevistados, que não possui o referido maquinário, contrata

serviços terceirizados quando necessário. Os agricultores que adquiriram o trator antes da escala temporal de análise, afirmaram que ocorreram trocas por outros modelos com melhores condições tecnológicas. (FIGURA 4).

Figura 4 – Tratores nos estabelecimentos agropecuários de Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

As semeadeiras e plantadeiras apresentaram crescimento de quase 16% entre 2006 e 2017. Em 2006 eram 198 plantadeiras e semeadeiras, passando para 231 unidades nos estabelecimentos, em 2017. O número de colheitadeiras cresceu de 18 para 37, com um aumento superior a 100% em 2017. As adubadeiras aumentaram em 116% nos estabelecimentos agropecuários, passando de 67 unidades (2006) para 145 unidades (2017). (GRÁFICO 3).

Averiguou-se que, um dos fatores que impulsionou a modernização foi a expansão da produção de grãos. Inicialmente as famílias eram numerosas e, portanto, tinham grande disponibilidade de força de trabalho para desenvolver diferentes atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Com o intenso êxodo rural que marcou a década de 1980 e 1990, além da expansão da soja no século XXI, foi necessário incrementar, também, o processo produtivo e viabilizar o trabalho dos agricultores, sendo a compra e utilização de máquinas, umas das alternativas. (FIGURA 2).

Os dados evidenciados no Censo Agropecuário de 2017 foram comprovados em campo, pois segundo relatos dos agricultores, detentores dos maiores hectares, entre 2006 e 2017 ocorreu a aquisição de maquinários de maior porte (colheitadeiras, semeadeiras e plantadeiras). Um destes agricultores afirmou ser possível desenvolver todas as atividades do estabelecimento com apenas duas pessoas e mais o maquinário disponível.

De modo especial, deve-se atentar com relação ao aumento no número de semeadeiras e plantadeiras, que no período investigado aumentaram expressivamente, visto que o uso das mesmas está ligado à produção de grãos (majoritariamente a soja). Os gestores municipais destacaram que existe um pequeno número de proprietários de grandes estabelecimentos que, diante de seu poder aquisitivo, possuem maquinários mais eficazes para o plantio e colheita, que por sua vez, acabam terceirizando o serviço para outros agricultores que não disponibilizam das máquinas. (FIGURA 5).

Figura 5 – Equipamentos e maquinários agrícolas em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de campo (2020).
 Org: PESSETTI, M. (2020).

Ainda que Guaporé tenha apresentando aumento nos indicadores que denotam a modernização das atividades agropecuárias, é cedo afirmar que todos os

estabelecimentos se encontram no mesmo processo. É importante considerar que, comparado a outros contextos regionais do Rio Grande do Sul, como por exemplo, o nordeste e oeste, os quais se modernizaram relativamente cedo, a partir de 1970, Guaporé ainda está no caminho para se consolidar como um município de uma agricultura totalmente modernizada, visto que o grande maquinário - expressão da modernização da agricultura - ainda se encontra concentrado nas mãos dos que possuem maiores extensões de terra.

A existência de agricultores detentores do grande maquinário foi um fator fundamental para o incremento da cadeia produtiva da soja no espaço agrário de Guaporé, visto que, em termos de viabilidade, pequenos e médios estabelecimentos, por vezes, não apresentam um retorno positivo com a oleaginosa. Entretanto, quando está se torna a única lavoura desenvolvida, além do fato das atividades de plantio e colheita não dependerem dos proprietários, os rendimentos acabam se tornando mais positivos.

A partir do trabalho de campo, pôde-se inferir que a modernização do setor agropecuário se iniciou através dos grandes agricultores, detentores das maiores parcelas de terras, estes tornando-se, então, o carro-chefe da modernização da agricultura em Guaporé, viabilizando a expansão da lavoura empresarial da soja e, aos poucos, atingindo os demais sujeitos, cada qual apresentando um poder e nível de aquisição.

Quanto à utilização de insumos, todos os entrevistados relataram que fazem uso dos produtos. A principal justificativa dada refere-se ao fato de que estes oportunizam um melhor controle e aumentam a produtividade das lavouras. Parte dos agricultores destacaram que existe um maior uso de insumo nas lavouras de milho e de trigo, visto que são mais frágeis, especialmente devido às intempéries climáticas. A lavoura da soja, por apresentar maior resistência, necessita de um acompanhamento menor com relação as demais cadeias produtivas.

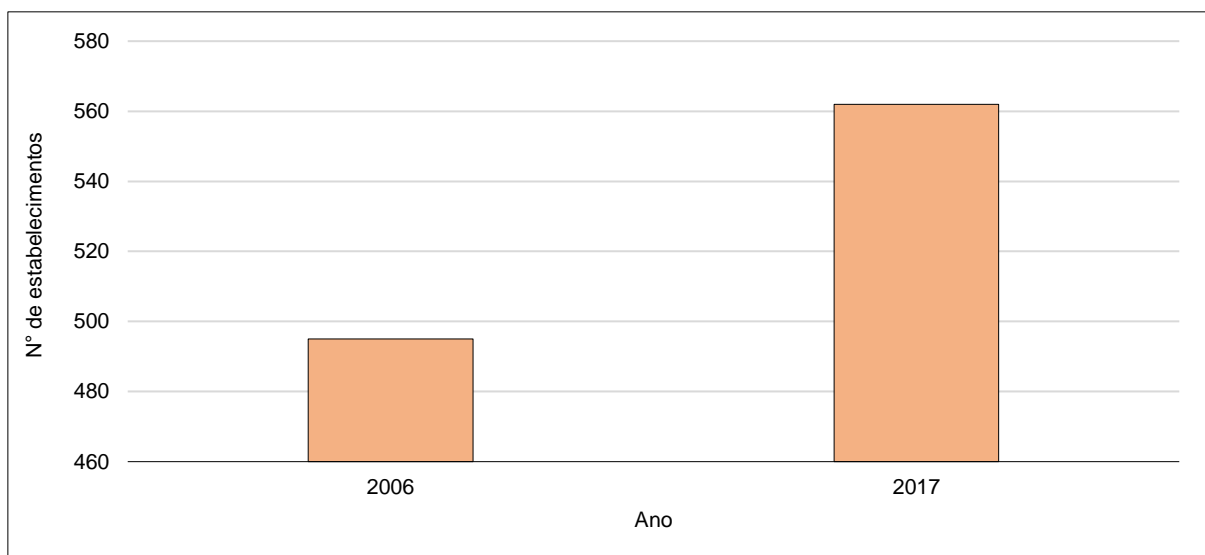
Tanto os insumos biológicos como os químicos são fornecidos pelas empresas Cereais Menin e Marcuzzo Cereais, que recebem e armazenam os grãos. Ao serem questionados sobre as indicações, os agricultores destacaram que são orientados pelos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos que trabalham para as empresas mencionadas. A visita destes profissionais ocorre na medida em que o agricultor precisa, de modo especial, durante a preparação do solo, plantio e colheita. Caso a

lavoura apresente alguma praga, os agricultores procuram os profissionais, se necessário.

É perceptível o aumento e o fortalecimento do uso de agrotóxicos nas lavouras guaporenses. Neste caso, deve-se reportar à problemática da pesquisa, visto que a expansão da produção de grãos impulsionou a aplicação destes produtos nas lavouras. Segundo os agricultores, é sempre necessário a utilização de agrotóxicos, objetivando a proteção da lavoura e a garantia de uma efetiva produtividade.

Observa-se, por meio do Gráfico 4, que o aumento no número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos foi expressivo. Tal fato se deu mediante as mudanças na matriz produtiva do município, uma vez que a produção de grãos - um dos ramos agropecuários que mais utiliza-se de secantes, herbicidas e pesticidas - aumentou significativamente, o que acabou por refletir no aumento de agrotóxicos nos estabelecimentos do espaço agrário de Guaporé. Em aspectos quantitativos, o aumento dos estabelecimentos que utilizam agrotóxicos foi de 13% entre 2006 e 2017. Onde, em 2006, havia 495 estabelecimentos usuários, aumentando para 562 em 2017. (GRAFICO 4).

Gráfico 4 – Número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos no município de Guaporé/RS, 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Quanto à assistência, 100% dos entrevistados destacaram que existe a disponibilização do serviço, podendo ser de ordem técnica, agrônômica ou veterinária.

Com relação à técnica, esta ocorre por meio de profissionais que realizam a vistoria nos empreendimentos existentes nos estabelecimentos agropecuários, a exemplo dos aviários, “chiqueirões” e galpões da bovinocultura leiteira. Neste caso, a assistência acontece para a solução de problemas mecânicos e/ou técnicos que atingem as estruturas dos empreendimentos supramencionados.

A assistência agrônômica está presente nos estabelecimentos em que são desenvolvidas atividades ligadas à produção agrícola, ou seja, na maior parte deles. Evidencia-se que o atendimento acontece periodicamente em todas as safras, bem como durante o desenvolvimento das lavouras. Os entrevistados destacaram que costumam seguir sempre as indicações e recomendações dos profissionais, especialmente com relação ao manejo do solo e uso de insumos e agrotóxicos. Agrônomos e técnicos agrícolas fazem parte do corpo de profissionais envolvidos na atividade assistencial.

A assistência veterinária se faz presente nos estabelecimentos que possuem a bovinocultura leiteira, pois o acompanhamento de veterinários é constante. As visitas acontecem, especialmente, no momento em que as vacas se encontram em parição, ou mesmo, quando apresentam alguma doença. Também, ocorre uma validação da alimentação dos animais, com a análise da silagem e da recomendação das rações.

As três assistências prestadas e identificadas nos estabelecimentos agropecuários são realizadas pelas cooperativas, agroindústrias, Emater, além de empresas de armazenagem dos grãos, onde os agricultores estão integrados. Deste modo, conforme destacado pelos entrevistados, além de profissionais vindos de Guaporé, as atividades agropecuárias recebem atendimento de municípios como Encantado, Serafina Corrêa, Nova Araçá, Marau, Passo Fundo, entre outros.

A respeito do crédito rural, constatou-se que 73% dos entrevistados realizaram financiamento nos últimos anos. Deve-se destacar que a contratação do crédito acontece estruturada em duas finalidades. A primeira, e que se apresentou como maioria nos estabelecimentos visitados, refere-se ao custeio das lavouras temporárias (soja, milho, trigo, entre outras), em função da necessidade de compra de sementes e da contratação de seguros em caso de problemas relacionados a falta de produtividade e intempéries climáticas. A segunda finalidade, que respondeu pela minoria, está relacionada aos investimentos em maquinários, incremento nas lavouras permanentes (uva, laranja e erva-mate), além da construção de infraestruturas voltadas à criação de suínos, galináceos e bovinos de leite.

Quando questionados sobre o banco em que os financiamentos foram realizados, 59% realizaram na Cooperativa Sicredi, 36% no Banco do Brasil e 5% no Banrisul. Destaca-se que a Cooperativa Sicredi demonstra maior proximidade com os agricultores, visto que sempre esteve envolvida na oferta de crédito para as atividades agropecuárias, o que potencializa que os indivíduos busquem a instituição para a realização dos financiamentos.

O PRONAF foi o principal meio de obtenção do crédito rural, haja visto que suas condições priorizam agricultores familiares com condições e juros mais baixos. Neste aspecto, Saccol (2018) destaca que o programa vem se mostrando atuante no fortalecimento da agricultura familiar. Todavia, deve-se considerar que por estar baseado em aspectos quantitativos (relativos ao tamanho do estabelecimento), acaba por não contemplar as diferentes realidades manifestadas no espaço agrário nacional e local. Destaca-se que 95% dos agricultores que realizam a contratação de financiamento estão vinculados a esta linha de crédito. Os demais 5%, vinculam-se ao PRONAMP, programa de crédito voltado aos médios produtores, uma vez que não possuem residência no espaço agrário.

Os entrevistados que não afirmaram realizar a contratação de crédito, correspondem a 27% do total de entrevistados. Estes, por sua vez, acabaram saindo da linha PRONAF em função dos altos investimentos realizados nos estabelecimentos, além de que, uma minoria afirmou estar deixando, aos poucos, as atividades voltadas ao setor agropecuário.

Percebeu-se que o papel desempenhado pelas lideranças municipais (Sindicato, EMATER e Secretaria da Agricultura) é fundamental para a contratação e efetivação dos créditos rurais, independentemente de sua natureza. Os entrevistados destacaram que a elaboração da documentação e dos projetos para custeio e investimento são realizados juntamente com os órgãos municipais supramencionados, possibilitando uma articulação entre agricultores e o poder público, além de permitir um maior reconhecimento da realidade municipal por parte dos gestores.

Além do auxílio na elaboração de projetos, o poder público desenvolve algumas políticas visando o fortalecimento do setor primário e a reprodução social das famílias. Quando questionados sobre as ações, os entrevistados destacaram duas de modo especial. A primeira chama-se “horas máquinas”, criada com o objetivo de fornecer o

serviço para o auxílio na melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos, a exemplo do desenvolvimento da terraplanagem para a construção de aviários, estábulos, abertura de novas áreas, bem como, no melhoramento das estradas de acesso. O fornecimento das horas de serviço acontece por meio da comprovação das atividades desenvolvidas durante o ano, variando de acordo com a realidade de cada produtor. Quando comprovadas, o agricultor recebe cupons – moeda de troca para aquisição - que deverão ser usados na contratação do trabalho terceirizado. Posteriormente, deve ser realizada a prestação de conta do uso do recurso, utilizado para o melhoramento da infraestrutura do estabelecimento junto à prefeitura. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ/RS, 2013).

A segunda política destacada refere-se ao “Jovem Empreendedor”, na qual busca-se o fortalecimento da população jovem no campo. A Lei municipal nº 3.836 de 2017 instituiu o Programa de Incentivo ao Jovem Empreendedor Rural, a qual estabelece que jovens entre 18 e 35 anos realizem investimentos e financiamentos com um custeio de 15% das parcelas por parte da prefeitura municipal. Conforme a lei (2017), os jovens devem atender os seguintes requisitos: I. Possuir talão de produtor; II. Ter projeto aprovado junto à EMATER; III. Ter aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Guaporé-COMDERG; IV. Apresentar Declaração de Aptidão ao PRONAF; V. Apresentar projeto de engenharia civil, ambiental e sanitário, quando necessário. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ/RS, 2017).

Conforme evidenciado pelas lideranças municipais, um dos efeitos das políticas públicas mencionados refere-se à diminuição no êxodo rural de Guaporé. A perspectiva é que a população rural não apresente significativa redução como nos censos demográficos passados. Averiguou-se que o contínuo decréscimo na população rural foi um dos motivos que levou o estabelecimento das ações, de modo especial, o Programa de Incentivo ao Jovem Empreendedor Rural, que viabiliza os investimentos e oportuniza a reprodução social dos jovens, aumentando suas perspectivas para a permanência nas atividades ligadas ao setor agrário.

A partir da análise e interpretação das informações quantitativas e qualitativas, percebeu-se que a evolução dos indicadores da modernização da agricultura, permite afirmar que as atividades desenvolvidas no espaço agrário de Guaporé encontram-se em pleno processo de modernização. O crescimento no número de máquinas e implementos, além dos constantes investimentos em infraestrutura, denotam que os

agricultores estão em contínua busca para o melhoramento e aprimoramento dos processos produtivos, potencializando a produtividade e os rendimentos decorrentes.

5 A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE GUAPORÉ/RS

Neste capítulo, iniciaremos apresentando a reorganização do espaço agrário de Guaporé, considerando as características dos seus estabelecimentos agropecuários. Para tanto, se faz necessário resgatar o conceito de espaço e as concepções teóricas que sustentam o estudo da organização espacial, para posteriormente apresentar a organização do espaço de Guaporé.

5.1 REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: REFLEXÕES TEÓRICAS

A Geografia, como outras áreas do conhecimento, se estrutura metodologicamente diante do estabelecimento de categorias analíticas, sendo elas: espaço, região, paisagem, lugar, territórios, entre outros conceitos que se desdobram. Nesse sentido, considerando a pesquisa aqui desenvolvida, a categoria espaço apreende, de maneira satisfatória, o objeto de estudo, uma vez que busca compreender as transformações mediadas pelo trabalho do homem, destacando as atividades do setor agrário.

Deste modo, dentre as matrizes teóricas da ciência geográfica, notoriamente, o conceito de espaço tem expressiva relevância nas discussões entre os pesquisadores. Ao longo da construção e evolução do pensamento, o espaço geográfico, entendido como objeto de estudo da geografia, metamorfoseou-se conceitualmente, buscando explicar as transformações que a sociedade sofreu ao longo dos anos. Sendo assim, desde a institucionalização da Geografia Tradicional até a atual Geografia Contemporânea, a importância do conceito de espaço aumentou a cada renovação metodológica, sobretudo na Geografia Crítica, quando a mesma se insere nas discussões relacionadas ao materialismo histórico e dialético.

A respeito do conceito do espaço nos estudos geográficos, Audigier (1992, p. 121 – 122) destaca que

L'espace géographique est un concept fondamental aussi bien dans les savoirs enseignés que dans les savoirs savants. Le terme d'espace figure dans différents textes officiels régissant l'enseignement de la géographie aussi bien à l'école qu'au collège et au lycée. De même, et quelles que soient les divergences qui séparent les géographes, un consensus assez large existe pour associer géographie et espace.

Essa constante referência do espaço à geografia não implica em dizer que este é de fácil compreensão. O espaço de análise do geógrafo é marcado pela complexidade, pois este profissional trabalha com os processos, utilizando-se de uma série de categorias para poder apreender a maneira em que o espaço se organizou e se organiza nos diferentes “tempos” da sociedade. (AUDIGIER, 1992).

Ressalta-se que, o objetivo, neste subcapítulo, não é traçar a evolução do conceito de espaço ao longo das escolas do pensamento geográfico. Entretanto, se faz necessário buscar algumas definições conceituais, que possam subsidiar as discussões relacionadas ao processo de organização e reorganizado do espaço. Ou seja, antes de se compreender os movimentos do espaço, cabe aqui, a definição do que vem a ser este conceito que, sem sombra de dúvidas, é central para os estudos geográficos.

Ao buscar os fundamentos do conceito de espaço geográfico, destaca-se que, as definições propostas pelos autores apresentavam similaridades com relação aos elementos que compõem e dinamizam o espaço. Assim, trabalho, sociedade e homem são condicionantes que determinam a geograficidade do espaço. Nessa perspectiva, salienta-se Santos (1978, p. 122), o qual o define como “[...] um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.”.

De acordo com a perspectiva apresentada pelo autor supramencionado, o espaço vem a ser a materialização das relações que são desenvolvidas pela sociedade, enfatizando que estas se processam ao longo do tempo e, por isso, ocorrem dialeticamente com a evolução do homem. Conceituar espaço geográfico, implica em compreender os múltiplos processos e atores envolvidos na sua reprodução, corporificando diferentes geograficidades e novas dinâmicas no percurso da sociedade.

No tocante da sociedade, entendida como “marca” do espaço, Santos (1978, p. 122) evidenciou que essa se configurava através da prática humana que, por vezes, era caracterizada pela seletividade. Assim, define como “[...] um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares.”.

Portanto, aspectos relevantes a serem considerados no estudo do espaço, são as desigualdades promovidas, especialmente pela ação do sistema capitalista. No âmbito do espaço agrário, estas características podem ser visualizadas através das políticas agrárias que fomentaram a agricultura conservadora durante a sua consolidação, bem como, a desigualdade fundiária resultante das ações excludentes dos detentores do poder político e social.

Outra proposta para a compreensão do conceito de espaço foi realizada por David Harvey (1973, 2015), na qual determinou a existência de três espaços: absoluto, relativo e relacional. Cabe destacar que as três definições feitas por Harvey vão ao encontro das transformações epistemológicas que ocorreram na construção do pensamento geográfico.

Com relação ao espaço absoluto, Harvey (1973, p. 13) infere que “[...] ele se torna uma ‘coisa em si mesma’, com uma existência independente da matéria”, ou seja, se constitui de maneira autossuficiente, fixo e imóvel, atrelado as medições e trabalhos de mapeamentos. Já o espaço relativo, Harvey (1973, p. 13) “[...] propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem”, assim, este tem a relatividade ligada a sua localização e os elementos existentes nesta, os quais darão espacialidades e significados diferentes com relação a outros pontos do espaço.

Considerando que esta pesquisa tem como tema central as transformações do espaço agrário, as definições acerca do espaço relacional são consideradas de suma importância. Nesta perspectiva, o espaço será marcado, basicamente, por relações as quais serão sustentadas pelo binômio tempo-espaço. Assim, ao estudar o espaço, a noção de processo deve ser considerada, uma vez que, segundo Harvey (2015, p. 130), “Processos não ocorrem no espaço, mas definem seu próprio quadro espacial[...]”. Ou seja, o espaço não se constitui isoladamente dos processos, pelo contrário, é o resultado destes, devendo assim, serem focadas as relações materializadas na sua constituição, desconsiderando o espaço como fenômeno isolado da sociedade. (HARVEY, 2015).

Cabe destacar que a noção de relação no estudo do espaço implica em influências internas e externas, as quais definem determinada organização espacial. Assim, de acordo com Harvey (2015, p. 130), “Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto”.

Com relação as transformações espaciais no campo, a perspectiva de Harvey (2015) tem relevância, uma vez que, ao se considerar a atual organização dos cenários produtivos agropecuários, estes estão condicionados pelas determinações realizadas no âmbito da economia mundial e do interesse do capital. A exemplo, é possível salientar o interesse das multinacionais durante a década de 1950 e 1970, quando expandiram a agricultura conservadora por meio das commodities e do melhoramento das bases de produção.

Outro pesquisador que recentemente contribuiu para o entendimento do espaço, foi Kozenieski (2016), o qual defende que este vem a ser um fator na organização da sociedade que, por vezes, favorece e/ou limita o seu desenvolvimento. Assim, Kozenieski (2016, p. 26) destaca que o espaço “[...] influencia na reprodução dos padrões espaciais, na mobilidade do capital, na difusão de informações, nas formas de apropriação da natureza, entre outros exemplos.”.

O espaço estaria relacionado a uma estrutura social, ligada aos demais setores da sociedade, como o econômico, cultural, político, entre outros. Ao longo do seu processo de geografização, este dotou-se de peculiaridades, que o diferenciaram junto as demais estruturas que formaram o meio social. Assim, o espaço seria o resultado de diversas relações, as quais concretizam inúmeras interfaces. (KOZENIESKI, 2016).

Cabe destacar que esta perspectiva de espaço, apresentada por Kozenieski (2016), é fundamentada por autores consagrados da Geografia, como Santos e Harvey. É possível identificar, nos três autores mencionados até o momento, a noção de processo, trabalho e de meio social como elementos cruciais para a apreensão do conceito de espaço. Desta maneira, as variáveis observadas são os condicionantes que levam o espaço geográfico a se reorganizar.

O homem, elemento e fator que determina a reorganização do espaço, segundo Gottman (1950, p. 64), “[...] est doué de mobilité une faculté de mouvement et de transport qui augmente chaque siècle un rythme prodigieusement accéléré”¹². Ao passo em que todos os elementos constituem o espaço, buscam viabilizar a sua reprodução, concretizando sucessivas organizações espaciais. Assim, pode inferir-se que na medida em que os grupos sociais se apropriam, organizam e se reorganizam,

¹² Tradução: “[...] é dotado de mobilidade, uma faculdade de movimento e transporte que aumenta a cada século um ritmo prodígio exaustivamente acelerado”.

novas dinâmicas espaciais são concebidas, características são evidenciadas e uma nova organização do espaço se materializa.

A respeito da organização do espaço, esta deve ser considerada como multidimensional, efetivando inúmeros papéis para diferentes formas ao longo do tempo. Portanto, no processo de reorganização, acrescentam-se as diversas temporalidades, as quais dão significados e funções às formas espaciais. As formas em que se apresentam as organizações espaciais estão sustentadas por dimensões políticas, econômicas e culturais. (CORRÊA, 2011).

O estudo da organização do espaço ganhou relevância após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência de seus efeitos econômicos e políticos, os quais acarretaram novas organizações espaciais (MORO, 1990). Conforme destacado por Christofolleti (1983), no estudo da organização espacial é necessário apreender sobre os mecanismos e processos responsáveis. Segundo Moro (1990, p. 8), compete a organização do espaço

[...] o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais em análise.

Propondo o estabelecimento de categorias para a compreensão da organização do espaço geográfico, Santos (2015, p. 52) define que este deve ser entendido a partir de quatro perspectivas: forma, função, estrutura e processo. Estas, de acordo com o autor

[...] são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

A forma estaria relacionada aos aspectos visíveis, aquilo que se visualiza, como por exemplo, uma casa, uma fábrica, escola, shopping, mercado, entre outros. A função refere-se ao papel desenvolvido por determinada forma, sendo que esta pode variar ao longo do tempo. As mesmas formas podem estabelecer diferentes funções ao longo do tempo. A estrutura remete às relações estabelecidas dentro de um todo.

E, por fim, o processo refere-se às mudanças ocorridas ao longo das temporalidades e os resultados destas. (SANTOS, 2015).

Corrêa (2000, p. 43) corrobora com os estudos das categorias analíticas propostas por Santos, evidenciando ser comum encontrar em áreas urbanizadas a ocupação de cortiços, prédios e residências deterioradas. Estas, durante um determinado período, foram formas ocupadas pela classe média e alta da sociedade, entretanto foram abandonadas a partir do momento em que o *status* da moradia perdeu espaço para outros pontos da cidade. Assim, um novo significado foi dado para as formas, o qual passou a se caracterizar pela pobreza.

No âmbito do espaço rural, cabe destacar que este, por muito tempo, foi sinônimo de atraso social e, por isso, as populações que o ocupavam, na sua grande maioria, enfrentavam sérias dificuldades de reprodução social. Atualmente, novas funções foram incorporadas, além das tradicionais ligadas à produção agropecuária, o turismo rural, a moradia e o lazer são novas funções que, cada vez mais, se materializam e desempenham funcionalidades fundamentais no espaço rural. Também, deve-se ponderar que, a expansão destas novas finalidades está ligada ao poder aquisitivo das populações e, por isso, limitam-se, na sua maior parte, aos detentores do capital.

Entende-se assim que, tais transformações, ocorrem na proporção em que o homem toma posse de seu espaço e passa a explorá-lo, dotando-o de técnica e, conseqüentemente, geografando-o. Corrêa (2000, p. 28) afirma que “A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

Ressalta-se que a organização do espaço, ou simplesmente a organização espacial, é formada pelas diversas maneiras em que o homem materializou o seu trabalho. O homem, entendido como parte de uma sociedade, produz o espaço geográfico, o qual oportunizará a sua reprodução, resultando na criação de formas peculiares que concretizaram a maneira em que cada grupo social se apropria e se reproduz espacialmente. (CORRÊA, 2000).

Moreira (2009, p. 39) infere que “O espaço geográfico é esse quadro de organização, onde os meios de produção se dispõem na distribuição territorial adequada à reprodução e encarnam a própria forma como a segunda natureza se

modeliza como condição de produção.”. Portanto, no processo de reorganização espacial, criam-se condições para que a reprodução da existência humana seja conduzida pela materialização do trabalho. (MOREIRA, 2009).

Atualmente, a organização espacial consolidada, é resultante das relações sociais, tal como, da ação do capital e do Estado. Corrêa (2000) evidencia o papel do capital e do Estado como agentes que organizam e dinamizam o espaço no atual cenário capitalista. Todavia, deve-se salientar que a ação do capital na organização do espaço acontece de forma heterogênea, desencadeando problemas de desigualdade social.

Assim, de acordo com Corrêa (2000, p. 31)

O Estado capitalista tem progressivamente investido mais e mais, contribuindo para a organização do espaço. Este crescente papel do Estado na organização espacial está ligado às necessidades de socialização dos custos necessários à acumulação do grande capital.

Além do Estado e do capital, deve-se destacar a importância do saber técnico e científico na fragmentação e organização do espaço. Sobre a temática, Santos (2014) evidencia que, por meio do crescimento do trabalho intelectual e do desenvolvimento científico, é possível vivenciar um espaço cada vez mais caracterizado pela circulação.

Sendo assim, a organização espacial contemporânea, ao passo que viabiliza a circulação de bens e pessoas, contribui para a especialização territorial e pela intensa divisão territorial do trabalho. Portanto, as grandes empresas passam a não mais presenciar todas as etapas do processo produtivo em suas sedes, o que as torna dependentes da produção de suas filiais ou de outras empresas envolvidas. (SANTOS, 2014).

Considerando o exposto, o quadro de especialização produtiva se faz presente na produção agropecuária brasileira. Visualizou-se assim, um processo de consolidação das regiões, por meio das funcionalidades desempenhadas dentro de redes agroindustriais, devido a atuação das diferentes etapas que compunham as cadeias produtivas, evidenciando as desigualdades espaciais e regionais no Brasil. A produção de soja, por exemplo, muito embora encontra-se em expansão, se concentra na região sul e centro-oeste, ao contrário do que se visualiza na produção de cana-de-açúcar, centrada nas regiões nordeste e sudeste. O setor agropecuário da

economia, não diferente dos demais, está vinculado à técnica e a ciência, promovendo maior rentabilidade do capital. (SANTOS, 2014).

Produtos como a soja passaram a ser cultivados em grande escala e de maneira concentrada em determinadas regiões, aumentando as exportações e acarretando na reorganização produtiva do espaço. Tal produção só foi possibilitada pelo uso de técnicas voltadas aos insumos, fertilizantes e de maquinários avançados.

Deste modo, as técnicas desempenham papel fundamental no processo de reconfiguração espacial. De acordo com Santos (1994, p. 19)

As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época.

A globalização, na perspectiva contemporânea, é outro fenômeno condicionante que deve ser considerado ao se estudar a organização do espaço. Este tem por característica a difusão da cultura e a diminuição das barreiras, através da informação. Mediante a sua expansão, o mundo passa a ser marcado pela internacionalização. (SANTOS, 2014; 2015).

Santos (2015, p. 24) conceitua a globalização como “[...] resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.”. O referido autor, afirma seguintes fatores que contribuem para a formação da estrutura da globalização: a unidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único, sendo representado pela mais-valia (SANTOS, 2015).

Lima (2007, p. 13-14) reforça que

[...] a globalização na medida em que constrói e desconstrói o espaço dá margem a uma resposta da sociedade que pode partir de diversas formas, econômicas, culturais, políticas, religiosas etc., capazes de promover transformações no espaço.

Diante desta perspectiva, os efeitos do processo de globalização na organização do espaço, se configuram em respostas dadas pela sociedade. Tais retornos sociais, atrelam-se as desigualdades, ao aumento da pobreza e ao enriquecimento de uma pequena parcela da população.

Essas “respostas” ao processo globalizador se manifestam, também, no espaço agrário. Deve-se ressaltar que umas das marcas do agronegócio globalizado é a expansão das monoculturas, fenômeno que vem rompendo as barreiras físicas, sociais e identitárias, promovendo a reestruturação produtiva e configurando novas organizações espaciais.

A este respeito, Elias (2007) destaca que a organização do espaço balizada pelo agronegócio globalizado é caracterizada pelo intenso processo de trocas, aumento da fragmentação por meio da especialização produtiva, tendo como agentes territoriais, os complexos agroindustriais, formando novos territórios produtivos agrícolas e cada vez mais integrados às grandes empresas da agricultura mundializada. (ELIAS, 2007).

Deve-se reportar à problemática desta pesquisa, centrada no entendimento da reorganização do espaço mediada pela expansão das novas cadeias produtivas. Portanto, se acredita que o município de Guaporé, por apresentar um constante crescimento da produção de soja, vem se inserindo, cada vez mais, nas dinâmicas do agronegócio globalizado, uma vez que os impactos da referida cadeia produtiva se manifestam em diferentes esferas do cenário produtivo agropecuário.

Entendendo o espaço geográfico como o fruto do trabalho humano, a organização deste se dará diante da apropriação da sociedade. No que tange as questões relacionadas a organização do espaço agrário, frente à consolidação da produção agropecuária globalizada, a sua atual conjuntura reflete os problemas sociais enfrentados por aqueles que margeiam a apropriação do capitalismo no campo.

Nesse sentido, ao passo que o homem desenvolveu a técnica e, posteriormente, a ciência, o espaço passou se tecnificar, corporificando novas funcionalidades, intensificando as trocas, a circulação das populações, o processo de urbanização, bem como, reorganizando o espaço da produção agropecuária. As relações foram intensificadas a nível local e global e, por isso, atualmente, é possível presenciar uma organização espacial a serviço de um mundo unificado pela informação global. (CORRÊA, 2000).

Com relação à pesquisa aqui desenvolvida, o entendimento da organização espacial pelo viés das atividades agropecuárias, deve considerar uma série de questões, tais como o processo de ocupação do espaço, as cadeias produtivas, os

sujeitos envolvidos e todos os agentes que de alguma forma promovem a dinamização de arranjos espaciais.

No Rio Grande do Sul, onde o município de Guaporé está inserido, a organização do espaço agrário, constituída atualmente, reflete os diferentes processos de ocupação do seu território, os quais foram mediados pelos interesses das elites. A consolidação da agricultura e da pecuária organizou o espaço rio-grandense de modo que manifestou acirradas desigualdades entre agricultores familiares e não familiares.

Estudar a organização do espaço a partir das atividades do setor agrário, permite compreender a atuação de distintos agentes, a exemplo das grandes empresas ligadas ao agronegócio globalizado, assim como a presença da ciência e da técnica na dinamização das atividades produtivas, ressaltando os diferentes níveis de desenvolvimento social e tecnológico.

Por fim, entende-se por organização espacial, a maneira em que os diferentes elementos e influências (internas e externas) atuam sobre o espaço geográfico, reorganizando-o e materializando novas espacialidades, as quais constituem o espelho da sociedade que a organiza.

5.2 A REORGANIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

Nesta seção apresentaremos a organização do espaço agrário a partir das características dos estabelecimentos rurais, considerando os dados obtidos nos Censos Agropecuários e no trabalho de campo. Serão evidenciadas as questões inerentes a utilização das terras, estrutura agrária, condição dos produtores e relações de trabalho.

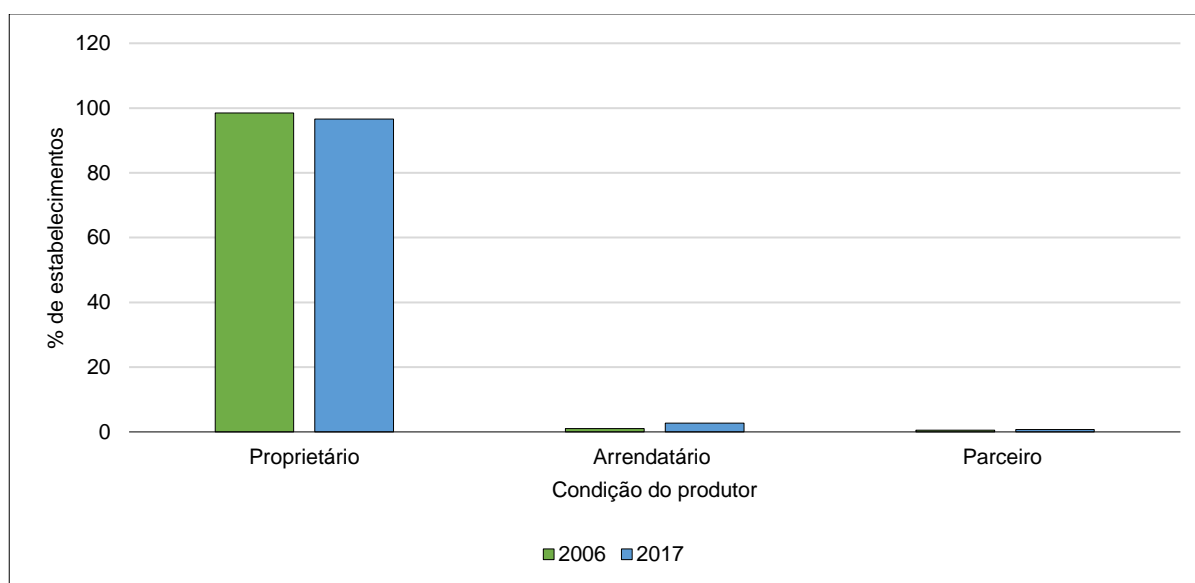
Assim, os dados referentes à condição dos produtores em relação às terras, destacam em sua maioria, que os estabelecimentos desenvolvem suas atividades por proprietários. Em 2006, a condição de proprietário chegava a 98,5%, passando em 2017 para 96,6%. Mesmo apresentando uma pequena redução entre os dois censos, ainda permanece como a principal condição de produtor. (GRÁFICO 5).

Chama atenção o fato de que a redução na condição de proprietários ocorreu simultaneamente ao aumento, mesmo que incipiente, dos arrendatários. Estes, em 2006 representavam 1% dos estabelecimentos agropecuários de Guaporé, aumentando para 2,5% em 2017. A condição de parceiro é a que menos apresenta

mudanças entre os censos. Em 2006 representavam 0,5%, passando a 0,7% em 2017. (GRÁFICO 5).

Os números, embora exatos, levam a algumas reflexões. As mudanças que aconteceram entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 a respeito da condição dos produtores, revelam as novas relações de posse que emergem na organização do espaço de Guaporé, centradas cada vez mais na participação de uma agricultura de caráter empresarial e não familiar.

Gráfico 5 – Condição do produtor nos estabelecimentos agropecuários do município de Guaporé/RS, 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A expansão em larga escala de lavouras empresariais (soja, principalmente), promoveu a reorganização das relações sociais no espaço. Esta cadeia produtiva, que em sua natureza foi desenvolvida em grandes extensões de terra, diante do aumento de área e do maior rendimento aos produtores, promove o crescimento dos arrendamentos, que por sua vez se dão em áreas pertencentes a outros produtores, aumentando a participação de arrendatários na dinâmica produtiva local.

O aumento dos arrendamentos evidencia o crescimento das relações capitalistas no espaço agrário de Guaporé, as quais vem impactando significativamente na participação da agricultura familiar na dinâmica produtiva local. Neste aspecto, é importante destacar a necessidade de se ter um olhar híbrido para os dados que são divulgados pelo Censo, visto que a organização do espaço reflete

uma estrutura espacial composta por elementos e agentes que se articulam e manifestam a espacialidade de um determinado tempo.

Através da amostragem obtida em campo, constatou-se que 100% dos entrevistados eram proprietários dos estabelecimentos visitados. Entretanto, do total, 16% afirmaram que possuem terras arrendadas em outras localidades guaporenses, neste caso, voltadas para a produção de grãos, deixando atividades ligadas aos rebanhos, criatórios e pastagens, para serem realizadas na propriedade.

O arrendamento das parcelas de terra aconteceu nos últimos 10 anos, no mesmo período em que a soja começou a se expandir na unidade municipal. Os entrevistados afirmaram que por desejarem o aumento da renda e pela valorização no mercado da produção de grãos, optaram em ter áreas arrendadas. Assim sendo, pode-se afirmar que parte dos proprietários guaporenses também respondem pelos arrendatários.

Sobre a presença da agricultura familiar e não familiar, destaca-se que a primeira predomina. O município de Guaporé possui tradição na agricultura familiar, a qual transcende o tempo e o espaço. Conforme destacado na formação histórica e espacial, a municipalidade teve a imigração italiana como principal vetor para a sua dinâmica produtiva, quando foram desenvolvidos os diferentes sistemas de produção, sustentados pelo trabalho familiar. (TABELA 3).

Tabela 3 – Número e área (ha) dos estabelecimentos com relação a agricultura familiar e agricultura não familiar

Ano	<i>Agricultura familiar</i>		<i>Agricultura não familiar</i>	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
2006	811	17.281	74	4.322
2017	578	13.962	148	7.234

Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Todavia, a partir da observação da Tabela 3, é possível perceber uma perda significativa da agricultura familiar em número e área. Em 2006, do total de estabelecimentos agropecuários, 811 pertenciam a agricultura familiar, o que representava 91,6% da estrutura agrária guaporense. Por sua vez, os números

apresentam significativa redução em 2017, quando a porcentagem caiu para 79,6%. (TABELA 3).

A redução não aconteceu apenas em número de estabelecimentos. A área dedicada às práticas de agricultura familiar correspondiam a 17.281 ha em 2006, diminuindo para 13.962 ha em 2017. O arrendamento e o êxodo rural são fatores relacionados à perda da participação da agricultura familiar na dinâmica do espaço de Guaporé. (TABELA 3).

A agricultura não familiar, mesmo que ainda apresentando número e área menos expressiva, demonstrou um aumento de 2006 (74 estabelecimentos) para 2017 (148 estabelecimentos). O crescimento foi de quase 100% de um censo para outro, o que revela que alguns agricultores familiares estão vendendo ou arrendando suas terras para o desenvolvimento de outras atividades produtivas. As áreas ocupadas pela agricultura não familiar passaram de 4.322 ha (2006) para 7.234 ha (2017), representando um aumento de 67%. (TABELA 3).

Com a redução do número de área da agricultura familiar, é possível visualizar o aumento das práticas não familiares, situação comum em um período em que o município vivencia a expansão da monocultura da soja. Entretanto, não se pode generalizar, visto que em alguns casos a soja se tornou uma cadeia produtiva complementar na diversificação agrícola familiar.

Parte dos entrevistados, de modo especial, os agricultores com estabelecimentos entre menos de 10 a 50 hectares, relataram que quando pensam em comprar novas terras e/ou entrar no mercado do arrendamento, sentem-se sem espaço, visto que as poucas terras disponíveis estão com preços elevados. Os mesmos ressaltaram que a partir da expansão dos sojicultores e do aumento dos arrendamentos, os pequenos estabelecimentos perderam cada vez mais área. Ressaltaram, também que, se a tendência for essa, a agricultura familiar e a diversificação produtiva em Guaporé não farão mais parte do espaço agrário local.

No que tange as características da força de trabalho, foi possível tipificar os entrevistados em 3 grupos. O primeiro refere-se à utilização exclusiva de força de trabalho familiar para todas as atividades produtivas, desde o plantio, o cuidado da lavoura e a colheita final, os quais responderam por 24% dos entrevistados. Destaca-se que este grupo possui uma característica em comum. Com exceção de uma família, todos os demais apresentaram o grande maquinário à disposição, colheitadeiras,

plantadeiras, entre outros, o que possibilita que as atividades sejam desenvolvidas sem a dependência do serviço terceirizado.

O segundo grupo faz uso da força de trabalho familiar e assalariada temporária, simultaneamente, respondendo por 66% dos entrevistados. Os referidos estabelecimentos apresentam a necessidade de contratação de trabalho assalariado durante o plantio e, de maneira mais expressiva, durante a colheita, visto que os mesmos não dispõem de colheitadeiras para a realizar a etapa. Ou seja, a força de trabalho familiar acaba sendo utilizada para o cuidado dos rebanhos e criatórios, sendo o plantio e colheita das lavouras temporárias complementadas pelo serviço temporário. Deve-se salientar que a força de trabalho assalariada é oriunda dos detentores do grande maquinário, pertencentes ao grupo descrito no parágrafo acima. No caso das lavouras permanentes (uva, erva-mate e laranja), a maior parte da força de trabalho é oriunda de outros municípios, como Ilópolis, Arvorezinha, São Borja, Itacurubi, Palmeira das Missões, Dois Lajeados, entre outros.

O terceiro grupo correspondeu a 10% dos estabelecimentos visitados. Neste caso, as atividades são realizadas com a complementação de força de trabalho assalariada permanente e temporária. Visualizou-se que no grupo em questão prevalece a existência dos “caseiros”, ou seja, famílias que moram na propriedade e que são contratadas permanentemente para o cuidado das atividades, além do fato de que o proprietário do estabelecimento possui residência na área urbana e, por isso, necessita da contratação de força de trabalho externa para o cuidado das atividades produtivas.

Prosseguindo, ao se falar da estrutura agrária de Guaporé, devemos nos reportar aos processos históricos referentes à ocupação do espaço. O Rio Grande do Sul é marcado por apresentar expressiva desigualdade agrária, materializando um contraste entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

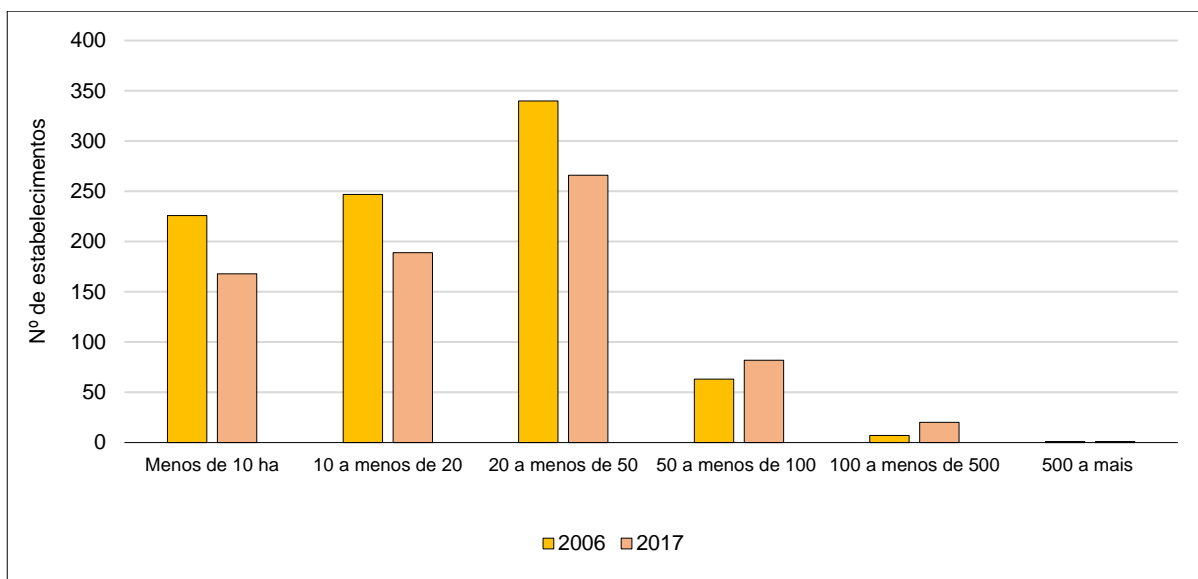
De modo especial, a produção do espaço agrário da metade norte do Rio Grande do Sul, aconteceu através da inserção do colono europeu, predominantemente alemão e italiano, por meio da colonização durante o século XIX e início do XX. Estes, por sua vez, ao chegarem no território gaúcho, receberam pequenos lotes de terra para desenvolverem as atividades. Com o passar dos anos, houve um intenso processo de fragmentação das terras em função de heranças

familiares, o que veio a concretizar uma estrutura agrária baseada em pequenos estabelecimentos (BALBINOT, 2014).

Em consonância com De David (2005), diante do processo colonizador, ocorreu a consolidação da pequena propriedade, onde foram desenvolvidas diferentes formas de produção e trabalho. Conforme salientado em capítulos anteriores, o município de Guaporé teve sua formação atrelada ao colono italiano, portanto, tradicionalmente, teve a pequena propriedade como precursora para dinâmica produtiva local.

Nesse sentido, embora a escala temporal de análise não atenda desde o início da formação do município de Guaporé (1903), os últimos dados apresentados pelos Censos Agropecuários do IBGE (2006 e 2017), confirmam que a municipalidade permanece com uma estrutura agrária baseada em pequenos estabelecimentos. Ao analisar os dados censitários, estes evidenciaram as mudanças e a atual organização agrária que estrutura o município investigado (GRÁFICO 6).

Gráfico 6 – Número de estabelecimentos agropecuários, por estratos de área (hectares), no município de Guaporé em 2006 e 2017



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2019).

Ao observar o Gráfico 6, é possível inferir que os estabelecimentos se caracterizam, majoritariamente, por apresentarem porções entre menos de 10 a 50 hectares cada. Entretanto, embora os números se mostrem mais expressivos nestes estratos de área, os mesmos apresentaram diminuição na escala temporal analisada,

simultaneamente, ao aumento no número de estabelecimentos no estrato de 50 a menos de 100 ha, bem como, no de 100 a menos de 500 ha.

Dos estabelecimentos visitados, 50% pertenciam ao estrato de área de 20 a menos de 50 ha, o que demonstra a superioridade deste grupo em quantidade com relação aos demais estabelecimentos. No estrato de área de 50 a menos de 100 ha, identificou-se 23% dos estabelecimentos, número superior aos estratos de menos de 10 ha e de 10 a menos de 20 ha.

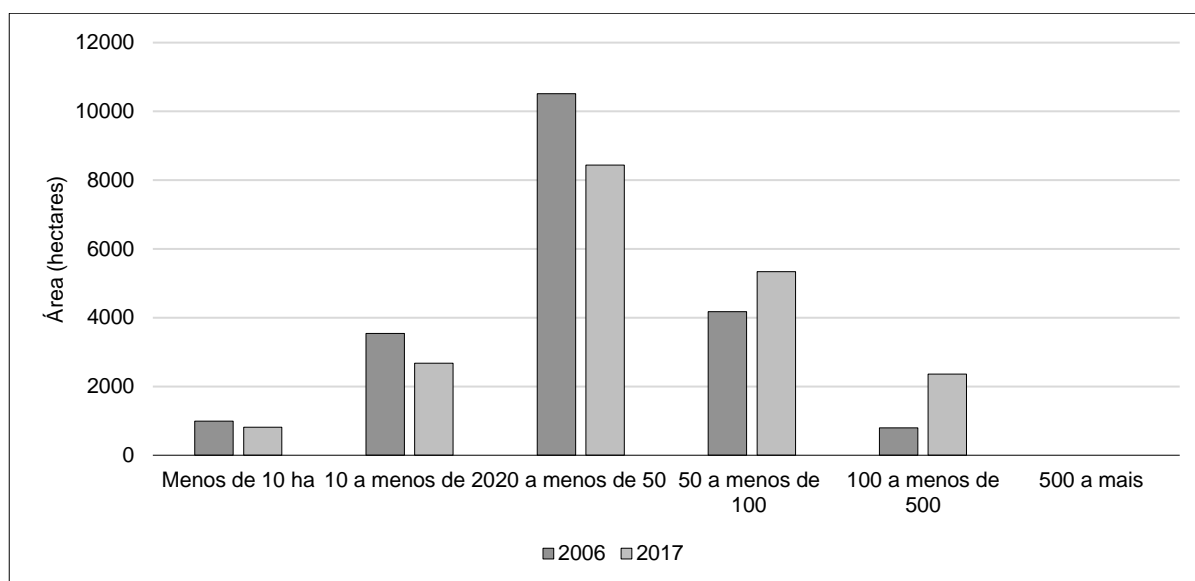
O estrato de área de 100 a menos de 500 ha respondeu por 7% das entrevistas. Embora tenham apresentado a mesma porcentagem do estrato de menos de 10 ha, ocupam área superior, além de desenvolverem atividades produtivas ligadas às lavouras empresariais. Ao contrário do que se visualiza nos dados, o estrato de área de 10 a menos de 20 ha, respondeu por 13% das entrevistas realizadas.

Constatou-se um aumento na concentração de terras, haja visto o crescimento no número de estabelecimentos entre os estratos de área de 50 a menos de 100 ha, bem como, de 100 a menos de 500, fato que pode ser justificado, também, pela área ocupada por eles. A respeito da área ocupada, é possível perceber que o aumento nos estabelecimentos de 50 a menos de 100 ha foi de quase 28% em relação ao ano de 2006, totalizando 82 unidades. (GRÁFICO 6 e 7).

No caso do estrato de área 100 a menos de 500 ha, o aumento foi maior. Em 2006 eram 6 estabelecimentos ocupando uma área de 797 hectares. O Censo Agropecuário de 2017 demonstrou um aumento de quase 200% em relação a 2006. Assim, atualmente, são 19 estabelecimentos ocupando uma área de 2.361 hectares. (GRÁFICO 6 e 7).

Nos primeiros dois grupos de área, sua ocupação no espaço agrário de Guaporé é significativamente inferior com relação aos demais estratos, de modo especial, com relação aos de 20 a menos de 50 ha que, mesmo apresentando uma redução de 2006 para 2017, ainda demonstram superioridade a despeito dos demais grupos de área. (GRÁFICO 7).

Gráfico 7 – Área dos estabelecimentos agropecuários, por estratos de área (hectares) do município de Guaporé, 2006 e 2017



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2019).

Deve-se considerar que, a expansão das lavouras empresariais, historicamente, acontece em grandes estabelecimentos. Para aumentar a produtividade e o rendimento da lavoura, o proprietário aumenta a sua área de cultivo através da compra ou do arrendamento, conseqüentemente, concentrando grandes extensões de terra nas mãos de poucos produtores.

Salienta-se que os dados apresentados foram confirmados por parte das lideranças municipais quando questionados a respeito da estrutura agrária das propriedades, destacando que são pequenos e médios estabelecimentos que se desenvolvem a partir de diferentes sistemas de produção.

Ao considerar o módulo fiscal¹³ de Guaporé, o espaço agrário da unidade apresenta hegemonicamente minifúndios e pequenas propriedades, todavia com a expansão das médias. Através da observação da Tabela 4, dialeticamente com os estratos de área disponibilizados pelos Censos Agropecuários do IBGE, é possível afirmar que existe uma predominância da agricultura familiar, considerando a lei

¹³Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2019).

11.326 de 2006, a qual estabelece que uma propriedade familiar é aquela que possui até 4 módulos fiscais.

Nesse sentido, pode-se inferir que o aumento se deu pela venda e compra de novas porções de terras, bem como, pelo arrendamento. Embora o município apresente números que comprovem que este possui sua estrutura agrária baseada em pequenos e médios estabelecimentos, a entrada de cadeias produtivas com caráter monocultor, também, permitiu o aumento do tamanho dos estabelecimentos. Destaca-se, também, conforme evidenciado pelas lideranças entrevistadas, que nos últimos anos ocorreu uma abertura de novas áreas susceptíveis ao cultivo, o que também, oportunizou o aumento do tamanho de algumas propriedades. (TABELA 4).

Tabela 4 – Estrutura agrária de Guaporé, considerando o módulo fiscal

Módulo Fiscal = 20 ha			
Minifúndio (-1)	Pequena (1 a 4)	Média (4 a 15)	Grande (+ de 15)
Até 19,9 ha	20 até 79,9 ha	80 até 299,9 ha	300 ou mais ha

Fonte: INCRA (2013).

Org: PESSETTI, M. (2019).

Tais afirmações podem ser feitas considerando o número total de propriedades, o qual apresentou significativa redução entre os dados dos Censos de 2006 e 2017, passando de 884 para 726 estabelecimentos, bem como, através da análise da série histórica da pesquisa agrícola municipal do IBGE, que evidencia a expansão da soja nos últimos anos.

Quanto ao uso da terra, entre 2006 e 2017 as lavouras demonstraram um crescimento superior a 27%, totalizando 8.188 hectares. Neste caso, deve-se destacar que as lavouras podem ser divididas em dois grupos, temporárias e permanentes. Particularmente, é possível afirmar que as lavouras temporárias foram as responsáveis por esse aumento. (TABELA 5; GRÁFICO 8).

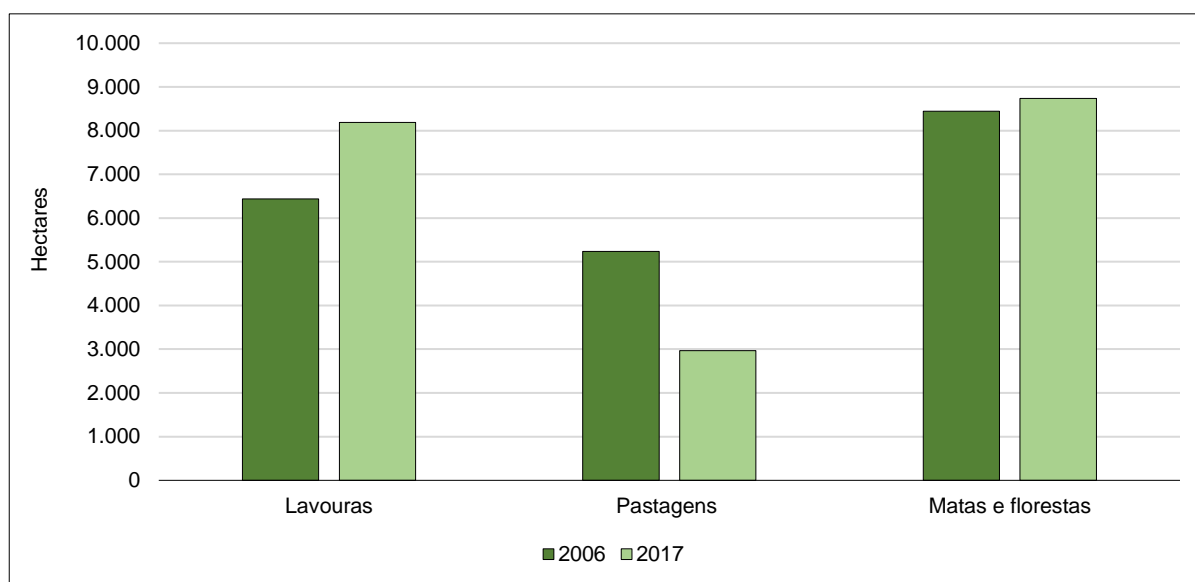
As lavouras temporárias demonstraram crescimento acima de 40%, se comparado as culturas permanentes, que por sua vez, apresentaram decréscimo de aproximadamente 17%, com relação a 2006. Tal fenômeno explica-se diante da maior valorização da produção de grãos no mercado nacional e internacional, além do fato destas não necessitarem de força de trabalho, uma das grandes dificuldades vivenciadas pelos agricultores guaporenses. (TABELA 5).

Tabela 5 – Utilização das terras pelas lavouras temporárias e permanentes em Guaporé, 2006 e 2017

Ano	2006	2017
Categoria	Área (ha)	
Lavouras Temporárias	5.217	7.291
Lavouras Permanentes	1.070	896

Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2019).

Gráfico 8 – Utilização das terras (hectares) nos estabelecimentos agropecuários no município de Guaporé/RS, 2006 e 2017



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).
Org: PESSETTI, M. (2019).

As lavouras permanentes (uva, erva-mate e laranja), embora tenham apresentado diminuição de área e de agricultores que desenvolvem a produção municipal, fortaleceram-se em produtividade nos estabelecimentos que restam. Ou seja, ocorreu uma concentração da produção em um número menor de estabelecimentos.

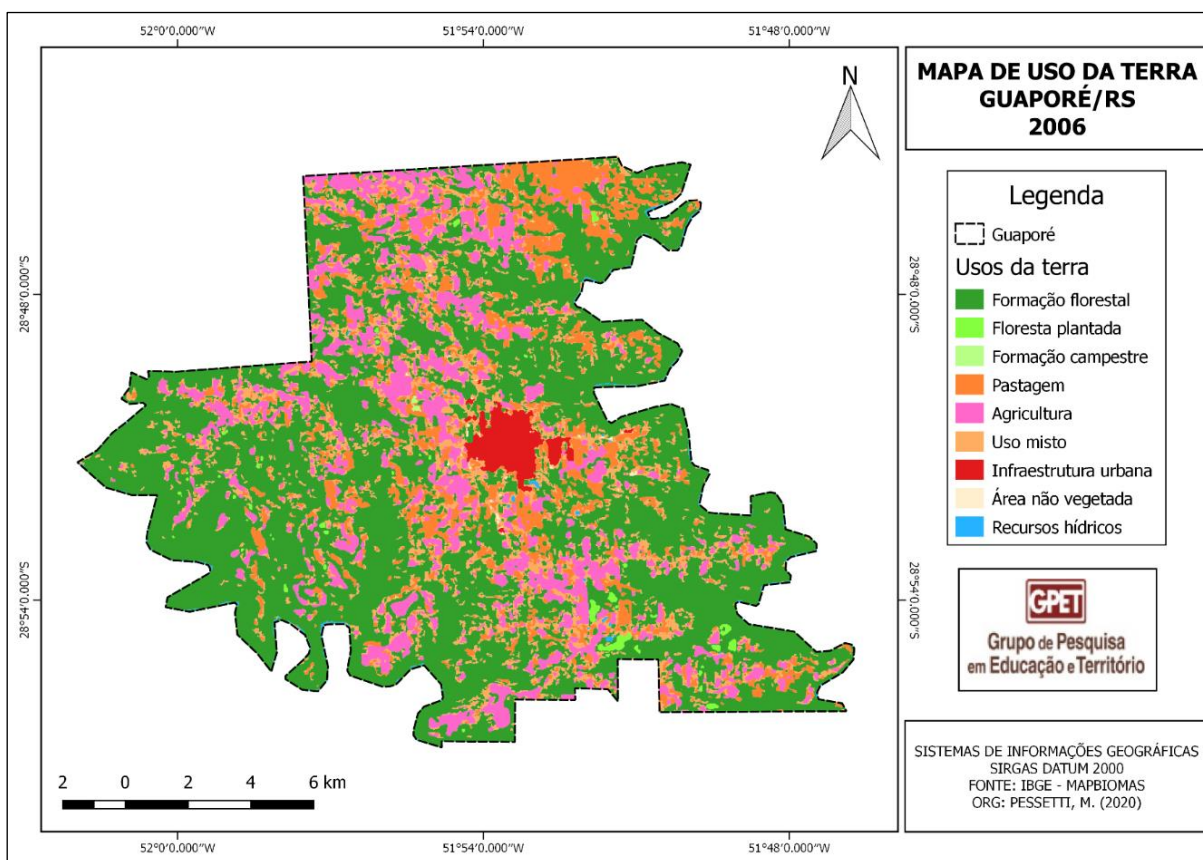
Outra questão que justifica a expansão das lavouras temporárias, refere-se à perda de área voltada a pastagem, ou seja, as atividades ligadas à pecuária. As pastagens guaporenses obtiveram uma redução de 43% com relação ao ano de 2006, números que permitem visualizar o fortalecimento da dinâmica agrícola no município,

em detrimento de uma diminuição e concentração dos rebanhos e criatórios. (GRÁFICO 8).

O encolhimento das pastagens é um fenômeno que se manifesta em todas as escalas no território brasileiro, inclusive no Rio Grande do Sul, onde as lavouras temporárias se expandiram, com um crescimento de 35,2% em 2017 com relação a 2006. (IBGE, 2017).

A redução das áreas voltadas à pastagem é resultado da diminuição da pecuária leiteira, visto que seu desenvolvimento se dá por meio da força de trabalho familiar, que se encontra cada vez mais escassa, além de necessitar de constantes investimentos, fatores estes que contribuíram para a diminuição do número de estabelecimentos com a atividade. Observando os Mapas 8 e 9, é possível afirmar que as lavouras (representadas pela cor rosa) apresentaram expansão em todo o território guaporense, simultaneamente a redução das áreas de pastagens (representadas pela cor laranja).

Mapa 8 – Utilização das terras de Guaporé/RS em 2006

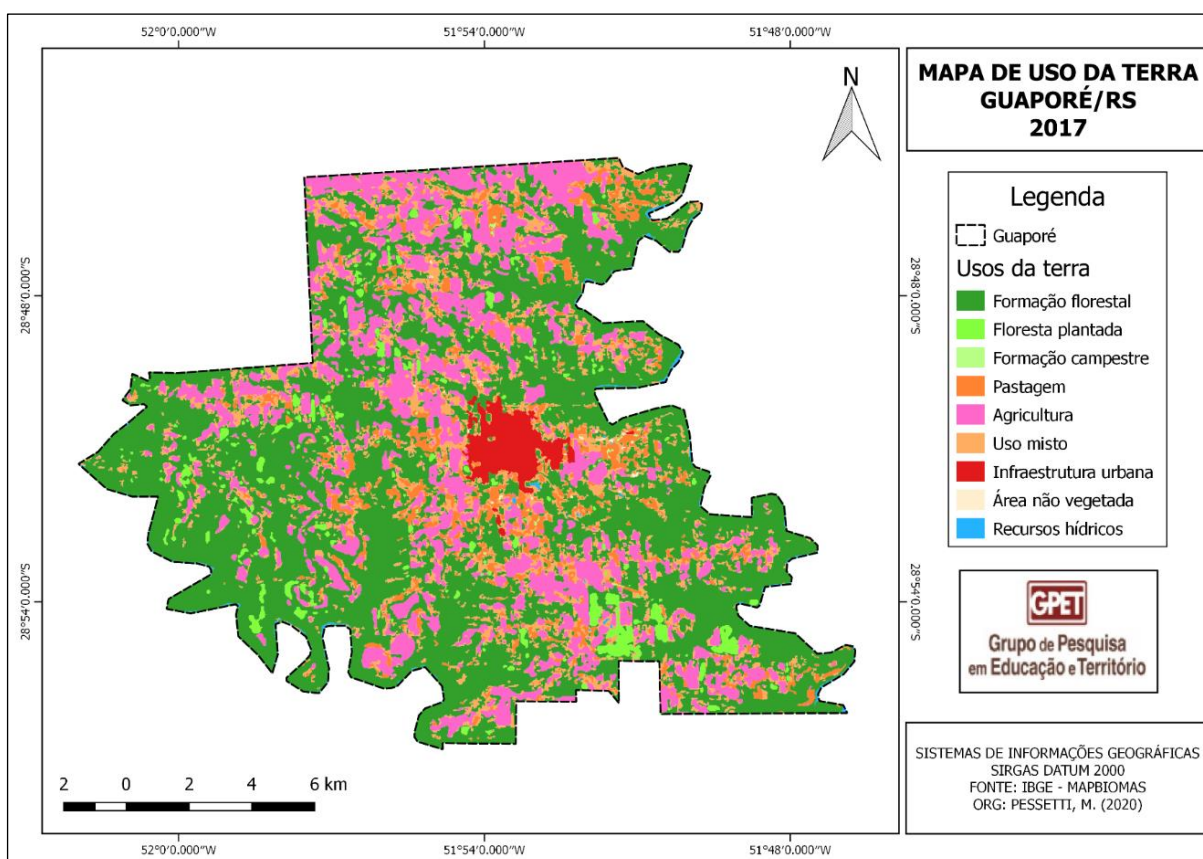


Fonte: IBGE – MAPBIOMAS (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A partir do trabalho de campo, percebeu-se a predominância das atividades ligadas as lavouras temporárias, seguidas das pastagens (representada pela pecuária leiteira) e, por fim, pelas lavouras permanentes. Os três grupos de atividades que sustentam a matriz produtiva guaporense se apresentam em poções específicas do território.

As lavouras temporárias, voltadas aos grãos, concentram-se na porção norte, nordeste, sul e sudeste. Na direção oeste, a presença das culturas agrícolas temporárias é expressiva, entretanto estão vinculadas ao desenvolvimento da pecuária, com a finalidade de produção da silagem. Áreas de pastagens demonstram diminuição em todas as porções do território guaporense, enquanto que as lavouras permanentes concentram-se nas áreas mais ao sul, sudeste, sudoeste e oeste. (MAPA 8 e 9).

Mapa 9 – Utilização das terras de Guaporé/RS em 2017



Fonte: IBGE – MAPBIOMAS (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Por fim, é possível visualizar um aumento nas áreas voltadas às matas e florestas. Neste caso, deve-se considerar que nos últimos anos houve um incremento

de políticas públicas em prol do meio ambiente e da preservação de áreas verdes, atreladas à realização de novas medições e delimitações dos estabelecimentos, oportunizando, assim, o aumento de áreas protegidas. (GRÁFICO 8).

Embora o crescimento das áreas de matas e florestas tenha sido menos expressivo no ano de 2017, em comparação com os demais usos, deve-se destacar que houve um incremento das florestas plantadas. A maior concentração de florestas plantadas está na porção sul, sudeste e oeste do território. O incremento se deu, especialmente, a partir do eucalipto. (MAPA 8 e 9; GRÁFICO 8).

Constatou-se que nos últimos anos ocorreu um maior controle quanto a exploração das áreas verdes. Os entrevistados afirmaram que, cada vez mais, são surpreendidos com legislações que buscam a preservação. Além disso, a burocracia quanto a documentos e medições vem causando um investimento cada vez maior por parte dos proprietários.

Destaca-se que as mudanças na utilização das terras dos estabelecimentos rurais guaporenses acompanham as transformações na sua matriz produtiva. O fortalecimento da dinâmica agrícola dos grãos potencializou a expansão das lavouras permanentes em grande parte do território, especialmente nas áreas onde o relevo se mostra mais aplainado, característica que contribui para o desenvolvimento das lavouras empresariais, como a soja.

AGROPECUÁRIA**6.1 CADEIAS PRODUTIVAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

Conforme destacado anteriormente, um dos objetivos da pesquisa consiste na identificação das principais cadeias produtivas do município de Guaporé, entendendo-as como estruturantes para o desenvolvimento local, bem como para a organização espacial. Para tanto, se faz necessário esclarecer teoricamente o conceito de cadeia produtiva, para posteriormente caracterizá-las

O espaço geográfico considerado nesta pesquisa como o meio de manifestação das relações entre a sociedade e a natureza, é marcado pelos movimentos, por uma intensa fluidez¹⁴, perpassando pelas diferentes escalas geográficas, desde a local até a global. É nesta mesma lógica de relações interescares que acontecem os processos produtivos, evidenciando os locais de produção, recebimento, transformação, comercialização, entre outras etapas.

Com relação as atividades agropecuárias, segundo a Embrapa (2002, p. 14), apropriar-se do conceito de cadeia produtiva oportuniza o entendimento do “[...] conjunto de atores envolvidos na atividade de produção primária, de industrialização, de transporte e comercialização, de distribuição e de consumo, as quais fazem parte das atividades básicas da cadeia.”. É fundamental olhar de forma sistêmica para os processos produtivos, identificando não apenas os atores envolvidos diretamente nas etapas de produção, mas aqueles que atuam na função de apoio, fornecendo serviços e produtos essenciais para as atividades. A utilização e aplicação do conceito de cadeia produtiva permite organizar as informações e identificar as continuidades e descontinuidades de determinadas realidades. (EMBRAPA, 2002).

Deve-se ressaltar que o espaço produzido pela ação das cadeias produtivas, manifesta as suas diferentes temporalidades na transformação social. Portanto, além de considerar essa dinâmica diante da escala local-global, analisar uma série histórica de informações também é fundamental, pois assim, além de se compreender as transformações ao longo dos anos, também é possível estabelecer perspectivas para a cadeia produtiva em estudo. (EMBRAPA, 2002).

¹⁴Para saber mais sobre o conceito de fluidez, consultar Santos (2006).

Neste contexto, Carvalho e Costa (2013, p. 3) conceituaram a cadeia produtiva como

[...] os alicerces do processo produtivo e a configuração de fases pelas quais os produtos passam por determinadas estruturas (processamento, armazenamento e etc.) até alcançar o mercado consumidor, podendo ser iguais, padronizados ou diferentes, destacando especificidades locais e regionais, ou ainda, evidenciando a integração dos atores sociais e institucionais que visam minimizar problemas e tornar mais eficiente a cadeia.

Nas diferentes cadeias produtivas que fazem parte da estrutura do espaço agrário brasileiro, é possível visualizar uma intensa fragmentação da produção, bem como, o envolvimento de diferentes atores sociais, principalmente por apresentar uma estrutura produtiva composta pelas *commodities*. Com destaque, a produção da soja, que além de estar vinculada as atividades agrícolas, promove uma acentuada relação entre a indústria de transformação e o comércio internacional.

A nova dinâmica da economia internacional globalizada, marcada pelos fluxos e por uma participação mais efetiva do capital financeiro, permitiu que novas estratégias fossem pensadas para promover uma melhor articulação entre todas as etapas e atores envolvidos nos processos produtivos. (CARVALHO e COSTA, 2013). Silva (2005, p. 1) complementa afirmando que a “[...] cadeia produtiva pode ser visualizada como a ligação e inter-relação de vários elementos segundo uma lógica para ofertar ao mercado *commodities* agrícolas *in natura* ou processadas.”.

Estudar a organização do espaço a partir das cadeias produtivas que o compõem, além de permitir a compreensão da distribuição espacial dos diferentes produtos, etapas e atores envolvidos, permite “[...] avaliar diversas abordagens como tecnologias, políticas públicas e privadas, estratégias de negócio, novos arranjos e identificar questões como melhoria de desempenho e competitividade.” (VIAL, SETTE e SELLITTO, 2009, p. 1).

Basicamente, de acordo com Silva (2005), são cinco os segmentos que fazem parte das cadeias produtivas: a) fornecedor de insumos; b) agricultores; c) processadores; d) comerciantes; e) mercado consumidor. Todos os envolvidos estão sujeitos a influências de ordem institucional e organizacional. (SILVA, 2005).

De acordo com Silva (2005, p. 2) através da cadeia produtiva, é possível

(1) Visualizar a cadeia de forma integral; (2) identificar as debilidades e potencialidades; (3) motivar o estabelecimento de cooperação técnica; (4)

identificar gargalos e elementos faltantes; e, (5) certificar dos fatores condicionantes de competitividade de cada segmento.

Arieira (2017) corrobora com a temática, evidenciando que o estudo das cadeias produtivas e/ou agroindustriais, oportuniza o entendimento do encadeamento de todos os agentes econômicos envolvidos. O ponto de vista apresentado pelo autor permite afirmar que analisar o espaço geográfico a partir da fragmentação entre setor primário, secundário e terciário, por vezes, pode limitar o estudo, visto que na dinâmica da produção agropecuária globalizada, há um envolvimento (in)direto de todos os setores da economia, manifestando na organização do espaço fluxos e fixos.

Desta maneira, a Geografia enquanto ciência que tem como preocupação o estudo do espaço e de seus movimentos, encontra, por meio da compreensão das cadeias produtivas, uma forma de apreender as continuidades e discontinuidades espaciais, podendo identificar quem são e como atuam os elementos responsáveis pela dinâmica e a produção do espaço agrário. Assim, a partir destas considerações, apresentam-se as principais cadeias produtivas do município de Guaporé, evidenciando a sua organização no espaço.

6.2 AS LAVOURAS TEMPORÁRIAS

De acordo com IBGE (2017, p. 20), as lavouras temporárias “Correspondem à área plantada (ou em preparo para o plantio) com culturas de curta duração (geralmente inferior a um ano) e que só produzem uma vez, pois, na colheita, a planta se destrói.”.

A partir do levantamento de dados secundários, identificou-se que o segmento em questão, apresenta como principais cadeias produtivas a soja, o milho e as culturas de inverno (trigo, cevada e aveia). Diante da constatação, realizou-se a análise de cada uma das principais lavouras temporárias de Guaporé.

6.2.1 A cadeia produtiva da soja

É notório que a produção de soja se configura como a principal pauta de exportação do agronegócio brasileiro, promovendo transformações espaciais

significativas em diferentes porções do território. No contexto mundial, Cunha (2015, p. 46) evidencia que a soja

[...] ganhou destaque nos últimos 30 anos. Sendo o quarto grão mais produzido e consumido, perdendo apenas para o trigo, milho e arroz. É o segundo grão mais comercializado externamente, ficando apenas atrás do trigo e, dentre as oleaginosas, é a mais importante em produção, consumo e exportação.

Vinda do oriente, é um alimento consumido a cerca de 5 mil anos. Sua inserção no Brasil aconteceu em 1884, mas acabou por se consolidar a partir da década de 1950, diante da modernização da agricultura e da demanda exterior. O Rio Grande do Sul foi o precursor no cultivo, alcançando as maiores produtividades nacionais na década supramencionada. Com a expansão da fronteira agrícola, a cadeia produtiva em questão se consolidou em outros estados, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, que passaram a participar efetivamente da dinâmica nacional. (CUNHA, 2015).

Entretanto, deve-se atentar para a situação apresentada no estado do Rio Grande do Sul. A soja passou a se concentrar principalmente nas regiões noroeste e parte da metade sul gaúcha, onde alcançou um sistema produtivo altamente mecanizado e modernizado, consolidando alguns municípios como os maiores produtores nacionais.

Entre as décadas de 1950 e 1970, quando a soja encontrava fatores que possibilitaram a sua rápida expansão, no município de Guaporé, as cadeias produtivas do trigo e do milho lideravam os números em área plantada e quantidade produzida. A presença da oleaginosa no município era inexpressiva, com a área colhida não ultrapassando os 400 hectares.

Entretanto, na última década, as paisagens agrícolas guaporenses passaram a se transformar. A presença da milhocultura (cadeia produtiva que apresenta importância histórica e cultural) demonstrou uma diminuição. Os dados referentes a área colhida e quantidade produzida, ressaltaram a rápida expansão da soja a partir de 2010, ocasionando a variação da produção de milho.

Observando a Tabela 6, percebe-se que a expansão da oleaginosa durante o período de 2006 a 2019, aconteceu em todas as escalas territoriais ligadas diretamente ao município de Guaporé. O aumento da quantidade produzida (ton) resultou-se da expansão da área colhida (ha), com exceção do ano de 2012, no Rio

Grande do Sul, em função do estado ter enfrentado uma estiagem que comprometeu a produção das lavouras de soja. (TABELA 6).

Tabela 6 – Área colhida (ha) e quantidade produzida de soja em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Área colhida (ha)			Quant. Prod. (Ton)		
	2006	2012	2019	2006	2012	2019
Brasil	22.047.349	24.975.258	35.881.447	52.464.640	65.848.857	114.269.392
Rio Grande do Sul	3.863.726	4.156.095	5.818.915	7.559.291	5.945.243	18.498.119
Microrregião de Guaporé*	24.910	36.000	59.003	57.212	71.160	198.778
Guaporé	400	1.500	3.600	600	2.250	11.448

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

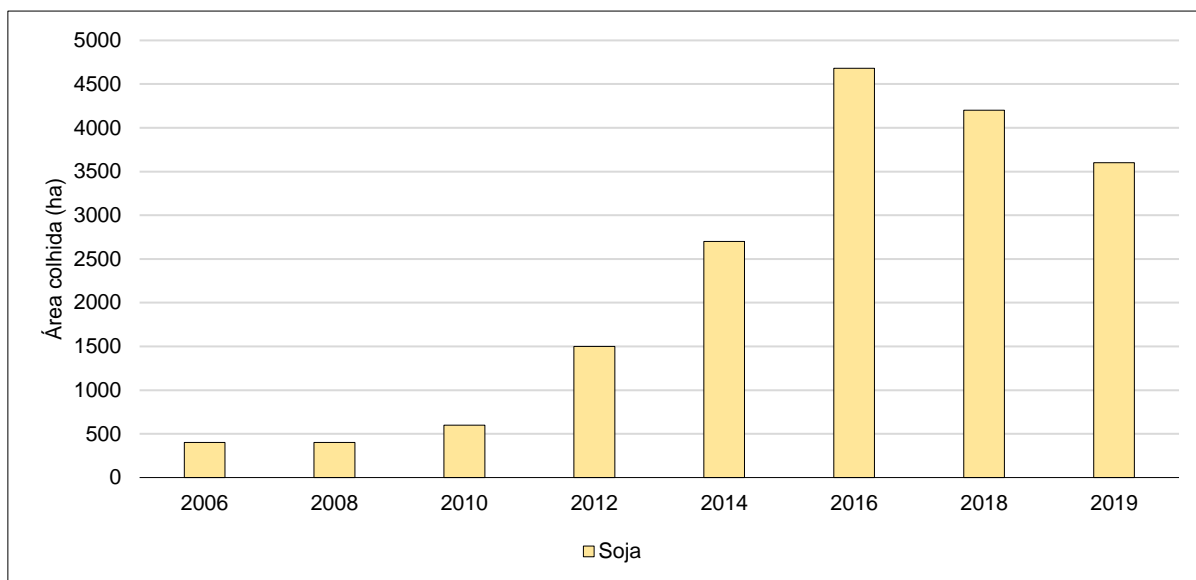
Org: PESSETTI, M. (2020).

A microrregião geográfica de Guaporé, que apresenta uma formação socioespacial ligada aos pequenos estabelecimentos agropecuários, também demonstrou aumento da referida cadeia produtiva. Tal constatação evidencia que a expansão da soja vem acontecendo em áreas que, tradicionalmente, apresentam uma estrutura agrária diferenciada daquelas onde a cultura agrícola, em questão, se consolidou no início de sua expansão. (TABELA 6).

Deste modo, a cadeia produtiva da soja foi a principal responsável pela reorganização do espaço agrário de Guaporé nos últimos anos. Sua expansão aconteceu através da articulação espacial com outras lavouras, que até então, ocupavam lugar de destaque nos estabelecimentos agropecuários.

Quantitativamente, o crescimento da cadeia produtiva foi de aproximadamente 1000% entre 2006 e 2019, embora tenha apresentado uma pequena queda em 2018 e 2019. No ano de 2006, a área colhida (ha) respondia por cerca de 400 ha, com pouca expressividade diante das demais lavouras do município. Em 2010 apresentou um crescimento de cerca de 50%. A partir do ano em questão, os números demonstraram notável avanço, onde o total de área colhida apresentou um pico de 4.680 hectares no ano de 2016, passando para 4.200 em 2018 e 3.600 em 2019. (GRÁFICO 9).

Gráfico 9 – Área colhida (ha) de soja no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

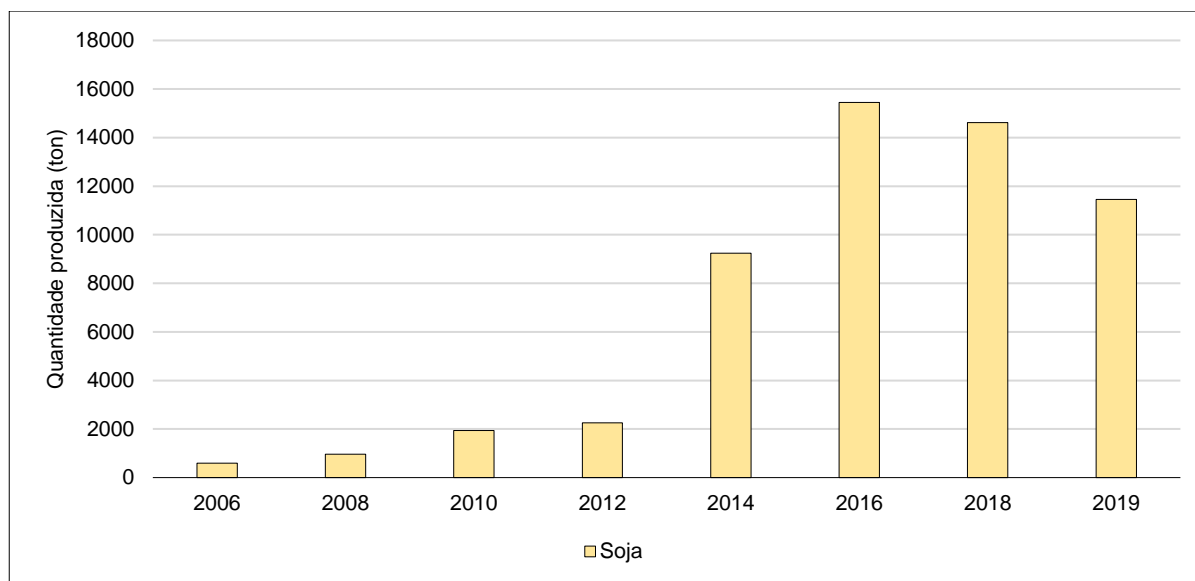
Dos estabelecimentos visitados, 53% produzem soja. Deste total, destaca-se que 62% passou a desenvolver a sojicultura a partir de 2010, o que confirma os dados demonstrados no Gráfico 9. Os demais 38% que já desenvolviam a produção antes do ano de 2006, são os detentores do grande maquinário, a exemplo de colheitadeiras e ceifadeiras, fator determinante para o desenvolvimento da cadeia produtiva em questão. Embora não esteja presente na totalidade dos estabelecimentos visitados, foi a grande responsável pelas transformações ocorridas no espaço agrário municipal.

Neste caso, infere-se que o incremento da soja na produção agrícola de Guaporé aconteceu por meio de sua expansão em pequenos e médios estabelecimentos. Os proprietários das grandes áreas, até então, eram os responsáveis pela maior parte dos números, os quais tangenciavam os 500 ha. Entretanto, a partir da disponibilidade do maquinário destes e da possibilidade de contratação de serviço para o plantio e colheita, oportunizou-se que a soja encontrasse fatores para expandir-se nos demais estabelecimentos, reorganizando o espaço agrário da unidade espacial.

De acordo com o Gráfico 10, no que se refere a quantidade produzida, a mesma demonstrou aumento, simultaneamente ao crescimento da área colhida. Em 2006 os números estiveram próximos as 600 toneladas e, alcançando um pico de 15.544 toneladas em 2016. Em 2018 e 2019, os números apresentaram uma pequena redução, visto que a área colhida também reduziu. Podemos inferir que o aumento e

a diminuição da quantidade produzida se dão pelas variações na área colhida. Assim, ambas as variáveis apresentaram crescimento entre 2006 e 2016, e uma pequena redução a partir de 2018. (GRÁFICO 10).

Gráfico 10 – Quantidade produzida (ton) de soja no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

A rentabilidade foi um dos motivos que levaram o incremento da soja nos estabelecimentos, visto que a sua valorização no mercado crescia substancialmente. Outro fator evidenciado, se referia a força de trabalho, haja visto que a produção de grãos não necessita de um acompanhamento efetivo, como outras cadeias produtivas. Alguns entrevistados afirmaram que costumam apenas visitar a lavoura em caso de problemas relacionados a pestes ou intempéries climáticas. Já outros afirmaram que as visitas ocorrem próximo ao período de plantio e/ou colheita. (FIGURA 6).

Através de indicações dos técnicos e engenheiros agrônomos, a soja passou a ser um cultivo que participou da rotação de culturas. Conforme foi identificado no trabalho de campo, alguns agricultores têm o costume de plantar a soja por quatro anos seguidos, com um intervalo de um ano, com a cadeia produtiva do milho. A rotação de culturas é de fundamental importância, uma vez que possibilita a proteção do solo e o aumento da produtividade.

Figura 6 – Lavouras de soja em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de Campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A monoculturação ocasionada pela expansão da soja foi constatada por parte das lideranças municipais já nos primeiros anos que a cultura agrícola demonstrou substancial crescimento, o que passou a ser uma das preocupações, fato que possibilitou o direcionamento das políticas públicas. De modo especial, os profissionais que atuam na EMATER, possuem uma preocupação central quanto a permanência da tradição no cultivo do milho, justificando que este tem apelo cultural e histórico para o desenvolvimento econômico de Guaporé.

Em termos espaciais, as lavouras da soja encontram-se distribuídas em grande parte do território guaporense, de modo especial, na direção norte, sul e leste, onde o relevo se mostra mais aplainado, fator que oportuniza o desenvolvimento da cadeia produtiva. A logística é realizada pelo serviço terceirizado responsável pela colheita (agricultores detentores do grande maquinário), que direcionam os grãos para empresas locais (Cereais Menin e Cereais Marcuzzo), responsáveis pela comercialização. Como nas demais escalas territoriais, a maior parte da produção de soja é direcionada para exportação.

Observa-se através dos dados que, considerando a redução ocorrida na área colhida entre 2016 e 2019, a lavoura da oleaginosa, embora tenha sido a principal responsável pela reorganização espacial de Guaporé, ainda não encontra-se

consolidada, haja visto que existe uma mobilização por parte das lideranças, bem como, a incorporação dos agricultores nas ações de estratégias pensadas para amenizar os impactos na expansão da soja, a exemplo da secagem e armazenamento¹⁵ nos próprios estabelecimentos rurais.

6.2.2 A cadeia produtiva do milho

A importância da produção de milho na dinâmica espacial do município de Guaporé é histórica. Conforme evidenciado em capítulos anteriores, a milhocultura foi umas das primeiras e principais atividades econômicas desenvolvidas pelos colonos italianos que ocuparam as áreas que hoje pertencem as terras guaporenses. Tal constatação foi confirmada por parte das lideranças municipais, as quais afirmaram que *“o milho está no sangue do nosso município”*. Sua importância é refletida na espacialidade municipal, visto que se encontra presente em todas as porções do território guaporense, dividindo espaço com outras cadeias produtivas e desempenhando diferentes funcionalidades. (FIGURA 7).

Figura 7 – Lavouras de milho em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de Campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

¹⁵ Tema tratado no item 6.2.2

No contexto nacional, entre 2006 e 2019, o grão apresentou crescimento contínuo em área colhida e quantidade produzida. O Brasil é um dos principais produtores do milho no cenário mundial, ocupando o terceiro lugar, estando presente em todas as suas regiões. De acordo com a Embrapa (2020), o cultivo anual acontece em períodos diferentes de localidade para localidade, haja visto as condições climáticas e a divisão do espaço com outras importantes cadeias produtivas, especialmente a soja.

Apesar dos números nacionais terem apresentando acréscimos, percebeu-se uma tendência a especialização regional, visto que a maior produção tende a se concentrar em estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná. O Rio Grande do Sul, é uma das exceções, visto que os números demonstram uma significativa redução, em função da perda de área para as lavouras da soja. (TABELA 7).

Tabela 7 - Área colhida (ha) e quantidade produzida (ton) de milho em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Área colhida (ha)			Quant. Prod. (Ton)		
	2006	2012	2019	2006	2012	2019
Brasil	12.613.094	14.198.496	17.518.054	42.661.667	71.072.810	101.138.617
Rio Grande do Sul	1.403.218	1.007.106	762.891	4.528.143	3.155.061	5.735.186
Microrregião de Guaporé*	69.080	48.035	35.368	300.068	157.758	278.002
Guaporé	5.000	3.300	2.650	24.000	8.910	25.440

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

A área colhida do milho rio-grandense ultrapassou a marca de 1.400.000 hectares colhidos em 2006, apresentando uma diminuição de aproximadamente 30% no ano de 2012. Os dados mais atualizados da pesquisa agrícola municipal evidenciaram uma significativa queda, pois, atualmente, a área colhida não ultrapassa os 800.000 hectares. Ao se considerar a quantidade produzida, ocorreu uma redução mais expressiva em 2012, devido ao encolhimento da área de plantio e, também, pelo período de estiagem ocorrida neste ano, o que acabou comprometendo a cadeia produtiva em questão. (TABELA 7).

No contexto na matriz produtiva estadual, o milho foi uma das principais culturas agrícolas impactadas com o aumento expressivo da soja, onde está chegou em áreas que até então não tinham tradição para o cultivo. É o caso da região de Guaporé e conseqüentemente o município que leva o mesmo nome. A expansão da soja no contexto regional guaporense já foi constatada em outras investigações¹⁶, onde averiguou-se o exponencial crescimento da lavoura no século XXI. O milho perdeu espaço para a soja em área colhida, logo, demonstrando quantidade produzida inferior. (TABELA 7).

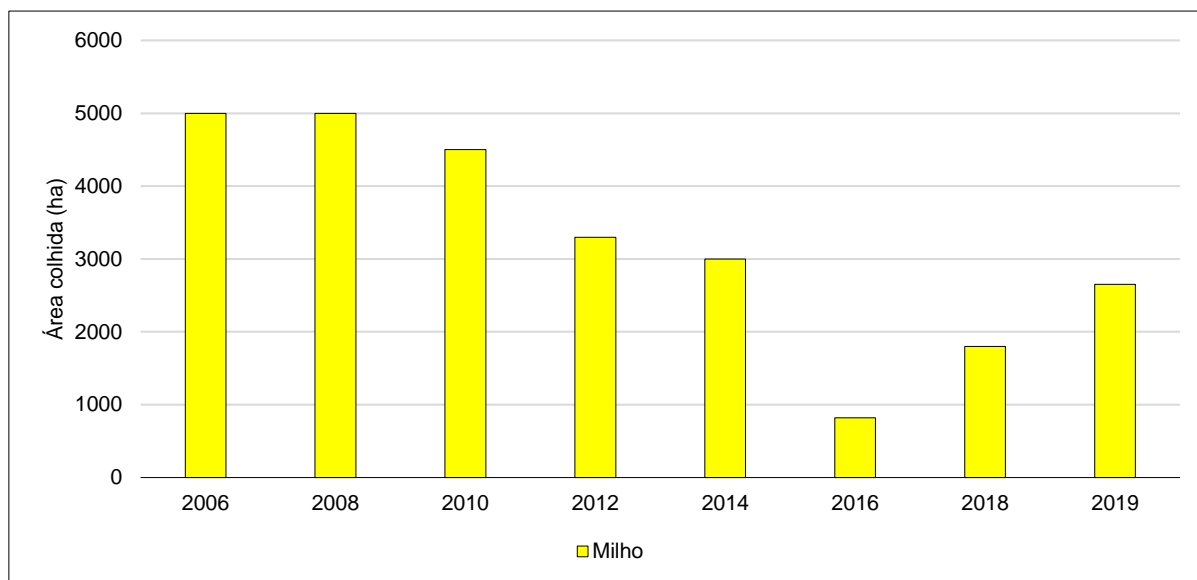
Guaporé apresentou expressiva redução nos números da lavoura em questão (área colhida e quantidade produzida). Entretanto, sua importância continua sendo significativa, visto que sua permanência está vinculada a outras cadeias produtivas, que se utilizam de seus derivados (silagem e farelo), insumos importantes para a pecuária leiteira, suínos e galináceos. Conforme destacado pela Associação Brasileira de Indústrias de Milho (2020) a maior parte de sua demanda está atrelada em primeiro lugar à exportação e, na sequência à alimentação (avicultura, suinocultura e bovinocultura).

A partir da amostragem obtida em campo, identificou-se que 83% dos estabelecimentos desenvolviam a produção de milho, número de propriedades superior ao da soja, embora esta segunda ocupe maior área total. Dos entrevistados que cultivavam milho, 60% da produção destinava-se para comercialização local dos grãos, e 40% para a silagem, voltada para alimentação do gado.

Ao observarmos o Gráfico 11, percebe-se a constante redução da área colhida da produção de milho, exceto entre 2016 e 2019, quando ocorre a retomada dos números. Em 2006 foram colhidos 5.000 ha, os quais resultaram em uma produção superior a 24.000 ton. Ao longo da escala temporal investigada, é evidente a redução da participação da cadeia produtiva do milho na dinâmica espacial de Guaporé. Em 2016, os números em área colhida ficaram em torno de 820 ha, o que representa uma redução de mais 500% em relação a 2006. Em 2018, ocorreu um aumento, o qual apresentou uma área colhida de 1.800 ha, passando para 2.650 ha em 2019. (GRÁFICO 11).

¹⁶ PESSETTI e BITENCOURT (2018).

Gráfico 11 – Área colhida (ha) de milho no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



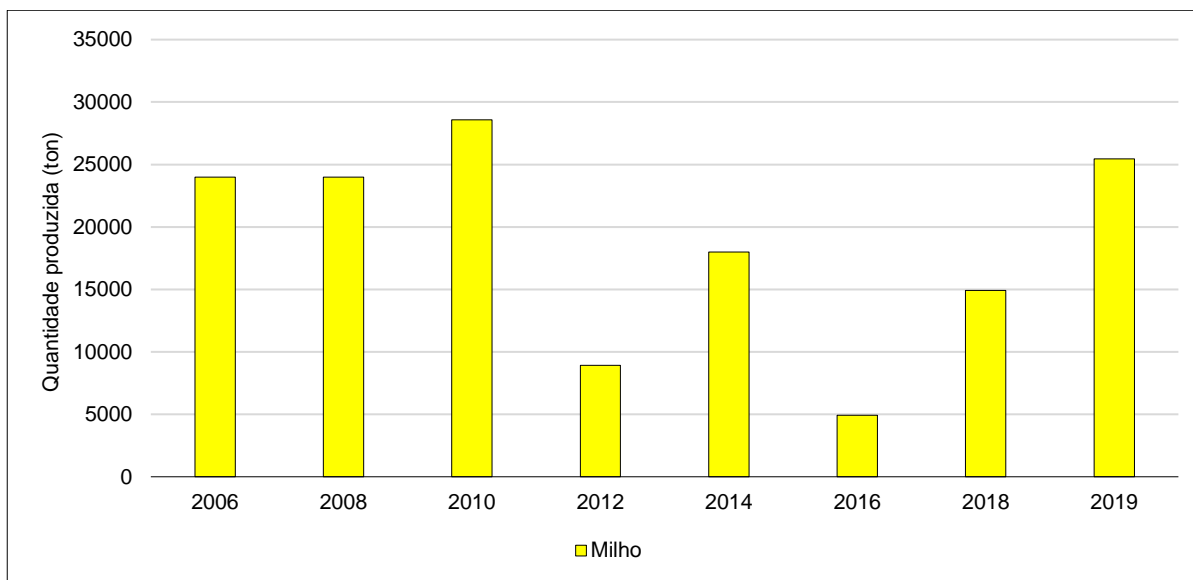
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Quanto à quantidade produzida, percebeu-se que o milho apresentou maior variação, se comparado a lavoura da soja. A este respeito, deve-se considerar que em termos de resistência a intempéries climáticas, o milho apresenta maior fragilidade. Em 2012, por exemplo, devido a estiagem que atingiu todo o estado do Rio Grande do Sul, a perda da produtividade foi mais expressiva nas lavouras da milhocultura. (GRÁFICO 12).

As variações nos números de quantidade produzida, devem-se às intempéries climáticas, substituição do milho pela soja, e também, pelo fato da possibilidade de ser cultivado em dois períodos do ano, na safra principal e na chamada safrinha, onde a produtividade diminui, sendo uma opção para o agricultor desenvolver a cultura agrícola nos dois períodos. (GRÁFICO 12).

Tanto nos dados de área colhida e quantidade produzida, observou-se uma retomada crescente da cadeia produtiva do milho entre os anos de 2016 até 2019. Embora que o milho estivesse com um preço inferior em relação a soja, foi possível perceber que o mesmo demonstrou um aumento no preço por saco (60kg) no período investigado, conforme destacado pelos entrevistados. (GRÁFICO 12).

Gráfico 12 – Quantidade produzida (ton) de milho no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Uma das iniciativas tomadas pelas lideranças municipais, visando a preservação do cultivo de milho, foi a construção de pequenos silos nas propriedades para a secagem e armazenamento próprio. De acordo com a Emater, um dos princípios do setor agrário guaporense é a preservação da diversidade, levando ao desenvolvimento de ações para viabilizar a permanência dos agricultores, bem como, de culturas tradicionais como o milho. (FIGURA 8).

O sistema de secagem e armazenamento próprio, oportuniza a agregação de valor na comercialização dos grãos, sendo que o comércio acontece diretamente do estabelecimento para com silos e/ou cooperativas regionais. Em termos de rentabilidade, possibilita um acréscimo em torno de 20% no valor do saco. A estratégia adotada por cerca de 30 agricultores guaporenses, de certa forma, oportunizou o fortalecimento do milho em algumas propriedades, em contrapartida a expansão da soja.

Além de ser uma maneira de diminuir os impactos decorrentes da soja nas lavouras do milho, se tornou um meio para resgatar a identidade cultural dos agricultores, visto que a secagem e o armazenamento próprio eram uma prática recorrente antes da chegada dos silos no município.

Figura 8 – Etapas da construção dos silos para secagem e armazenagem nos estabelecimentos



Fonte: Trabalho de Campo e EMATER. (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Destaca-se que a construção dos silos aconteceu por meio de financiamento realizado no PRONAF, com intermédio da EMATER. O aumento de agricultores que aderiram o sistema de armazenagem, foi uma das metas contidas nos documentos municipais, voltados ao setor agrário, uma vez que os agricultores que já possuíam o sistema de armazenagem, afirmaram que ocorreu um incremento no valor no momento da comercialização, permitindo assim, o equilíbrio das diferenças para com a soja. Os que não possuíam o sistema de armazenagem (a maior parte dos agricultores), realizavam a comercialização com os silos locais, onde também, ocorre a venda de insumos e a assistência agrônômica quando necessário.

Na medida em que um número maior de agricultores aderir ao sistema de armazenamento e secagem do milho no próprio estabelecimento, será possível indicar um equilíbrio nos números de área colhida da soja e do milho. Mesmo a soja demonstrando uma perda de área entre 2016 e 2019, ainda permanecerá atuando na dinâmica produtiva em função de sua valorização do mercado ser superior à do milho.

A secagem do milho é realizada através da instalação de uma turbina que fica acoplada, a qual resfria o ar externo e manda-o para o interior do silo. Quanto mais baixa for a temperatura, maior será a eficácia da secagem dos grãos, que então

passam a estar susceptíveis a comercialização com a agregação do valor final. A secagem e armazenamento do grão acontece durante todo o período da comercialização. Além desta funcionalidade, salienta-se a produção da silagem e dos farelos para a alimentação dos rebanhos, especialmente a pecuária leiteira.

Igualmente a soja, o trabalho temporário contratado é o responsável pelo plantio e pela colheita da lavoura, assim como pelo direcionamento dos grãos para a comercialização junto as empresas (Cereais Menin e Marcuzzo Cereais). Dependendo da funcionalidade do milho na propriedade, elabora-se a silagem, tarefa que também conta com a força de trabalho familiar e contratada temporariamente.

Neste aspecto, evidencia-se então que, além da secagem e armazenamento próprio do grão, a função do milho nos estabelecimentos agropecuários se relaciona ao fortalecimento da bovinocultura de leite, visto que a planta do milho origina a silagem, que combinada a outras rações, se torna alimento fundamental para as vacas ordenhadas¹⁷, oportunizando uma produção de leite mais eficaz e de maior qualidade.

Por meio do trabalho de campo junto aos estabelecimentos agropecuários, constatou-se que a produção de milho não desempenha papel primário em termos de rentabilidade. Entretanto, devido a sua necessidade de estar vinculada a outras cadeias produtivas, funciona como um dos “pilares” da estrutura produtiva de Guaporé. Caso a redução da cadeia produtiva se acentue nos próximos anos, é possível que aconteça um aumento nos investimentos dos agricultores em decorrência da maior compra com rações de qualidade para a permanência dos rebanhos.

Em comparação com a lavoura da soja, que desempenha apenas uma função nos estabelecimentos (produção de grãos), a milhocultura possui papel central para o andamento das demais atividades produtivas de Guaporé, especialmente àquelas vinculadas aos criatórios e rebanhos. Diante deste fato, é possível afirmar que embora o milho tenha apresentado redução de área entre 2006 e 2016, não demonstrou perda na sua importância histórica e econômica.

¹⁷ A bovinocultura de leite será abordada no item 6.4.1

6.2.3 As cadeias produtivas das culturas de inverno: aveia, cevada e trigo

As lavouras de inverno guaporenses estão estruturadas basicamente a partir de três cadeias produtivas, sendo elas: trigo, aveia e cevada. Cada uma das produções desempenha funções diferenciadas na organização do espaço agrário municipal e estão diretamente ligadas à dinâmica produtiva municipal. (FIGURA 9).

Destas três culturas agrícolas, a triticultura é a que apresenta maior destaque, a qual exerce duas funções relacionadas com a produção de silagem para o incremento na alimentação do gado leiteiro, assim como a produção de grãos, os quais são comercializados a nível local, com os mesmos postos de recebimento de outras cadeias produtivas importantes, como a soja e o milho.

Figura 9 – Lavouras de inverno em Guaporé/RS



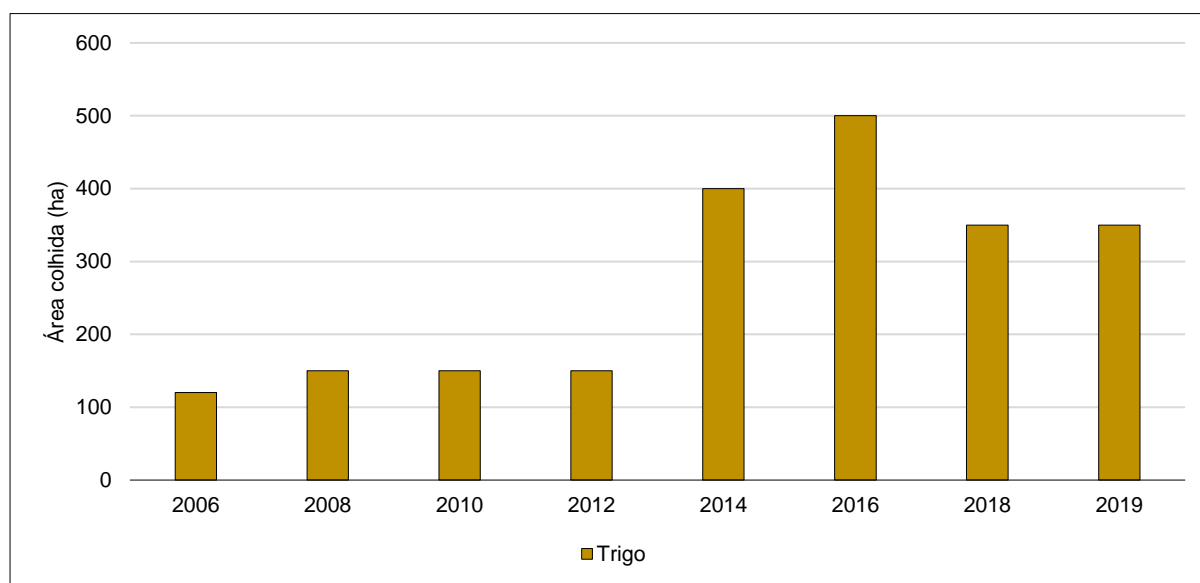
Fonte: Trabalho de Campo e EMATER. (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Conforme destacado no capítulo 3, a produção de trigo teve papel fundamental na formação da matriz produtiva, tanto a nível estadual como municipal. Juntamente com o milho, o trigo formava o binômio responsável pela dinâmica espacial agrária, manifestada durante as primeiras décadas do século XX. Entretanto, de acordo com Balbinot (2014), com o incremento tecnológico e a consolidação da modernização da

agricultura na região noroeste do Rio Grande do Sul, os tricultores guaporenses perderam destaque e espaço na referida cadeia produtiva, fazendo com que a mesma reduzisse cada vez mais o número de hectares nos estabelecimentos agropecuários.

Atualmente, os números referentes à tricultura apresentam instabilidade e, portanto, não demonstram uma consolidação da cadeia produtiva na unidade municipal. No ano de 2006, somavam-se 120 ha dedicados a esta lavoura, apresentando um aumento de 30 ha posteriormente, mantendo-se até 2012 com um montante em torno de 150 ha. O salto mais significativo ocorreu entre 2014 e 2016, quando os números tangenciavam os 400 e 500 hectares, respectivamente. Entre 2018 e 2019 as lavouras de trigo demonstraram redução e equilíbrio, haja visto que em ambos os anos somaram 350 ha. (GRÁFICO 13).

Gráfico 13 – Área colhida (ha) de trigo no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

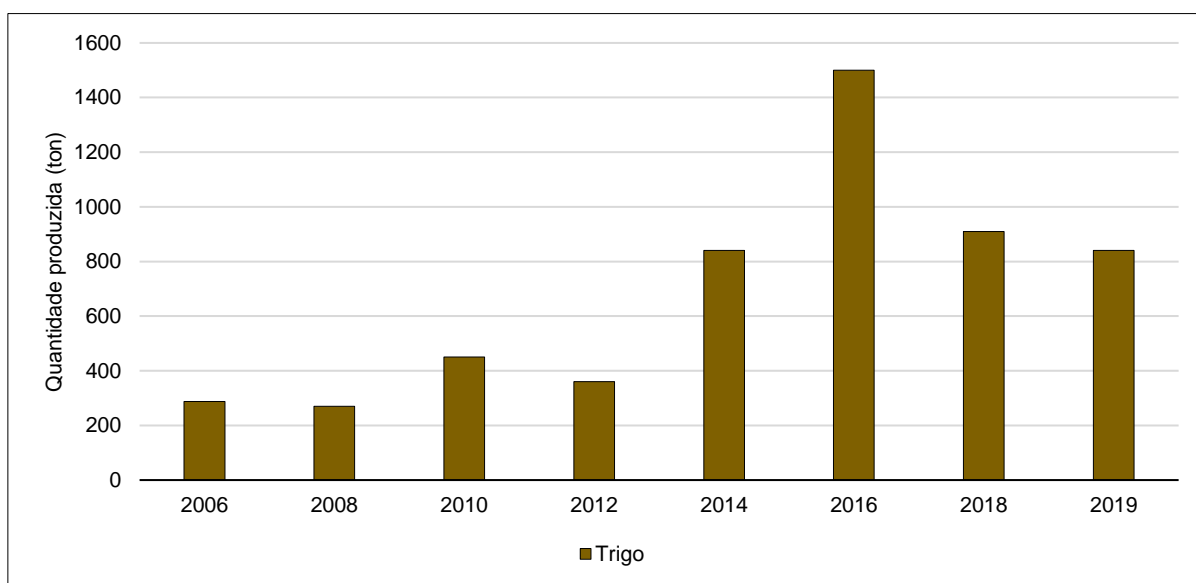
Historicamente a produção de trigo gera preocupação para os agricultores guaporenses, devido a sua fragilidade com relação às intempéries climáticas, fato que explica as variações nos números. A maior parte do cultivo desenvolvido na municipalidade está voltado à produção de silagem, possibilitando a diversificação e o incremento na alimentação da pecuária leiteira. Este também foi um dos motivos que refletiu no crescimento dos números das lavouras tricultoras entre 2014 e 2016.

Os produtores destacaram que a utilização do trigo para silagem teve um incremento maior nos últimos 6 anos. As empresas (principalmente agroindústrias

leiteiras) em que os sujeitos estão integrados, incentivaram o plantio do trigo e sua utilização para alimentação do gado, visto que neste período foram desenvolvidos estudos que comprovaram sua eficácia para os bovinos.

Quanto à quantidade produzida, esta acaba por refletir a variação apresentada pelas áreas de plantio, bem como de acordo com sua função estabelecida nos estabelecimentos. Haja visto que a produção do grão é minoria nas propriedades, os números de quantidade produzida são baixos, conforme destacado no Gráfico 13. Entre 2006 e 2012, a quantidade produzida variou de 288 a 360 toneladas. A partir de 2014, devido ao aumento da área colhida, ocorreu o crescimento da produção, apresentando montantes entre 840 e 1500 toneladas. (GRÁFICO 14).

Gráfico 14 - Quantidade produzida (ton) de trigo no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



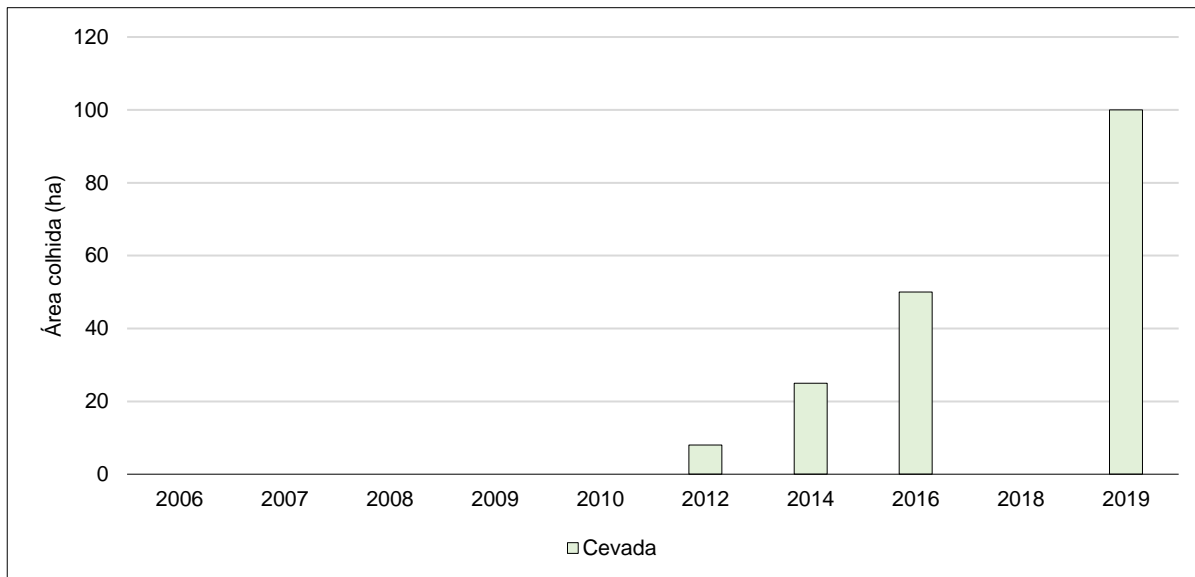
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A cevada também vem demonstrando aumento na participação na dinâmica produtiva municipal, que por sua vez teve grande adesão pelos agricultores nos últimos dois anos, o que acabou fazendo com que lavouras de outras culturas de inverno diminuíssem suas áreas, como o trigo.

A área colhida de cevada só demonstrou participação na dinâmica produtiva a partir de 2012, quando os números tangenciavam os 8 hectares. A partir de 2014, aconteceu um crescimento superior a 100%, totalizando 25 hectares. Com exceção do ano de 2018, em que a cadeia produtiva não demonstrou inserção nos

estabelecimentos agropecuários, a mesma apresentou um crescimento contínuo, o que pode ser confirmado através do trabalho de campo. (GRÁFICO 15).

Gráfico 15 – Área colhida (ha) de cevada no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

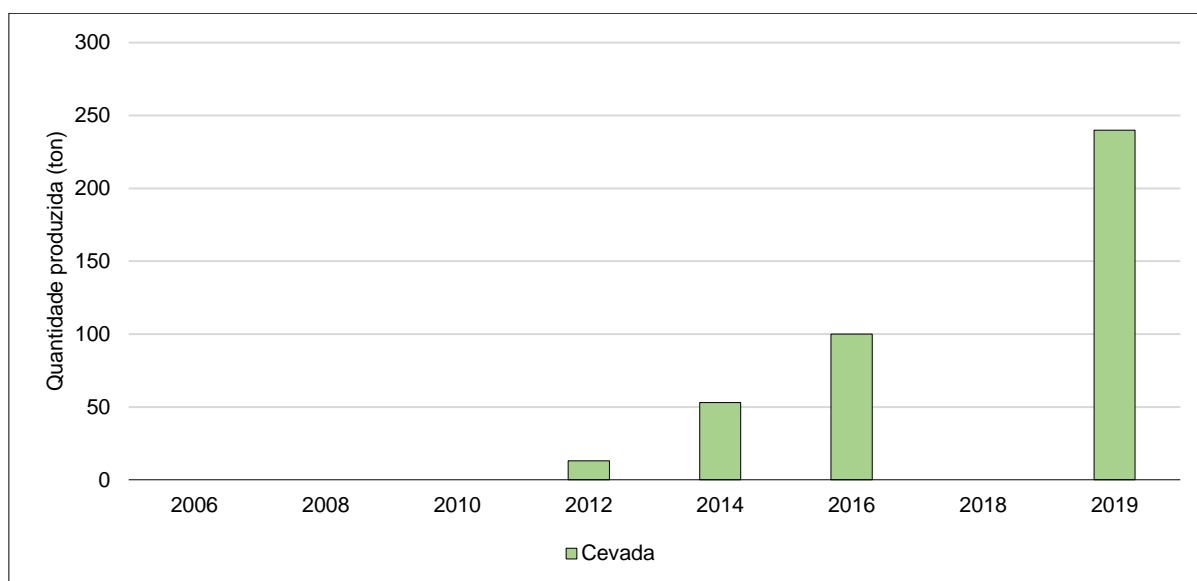
Org: PESSETTI, M. (2020).

Na quantidade produzida, ela demonstrou variações a partir da área colhida. A cevada, devido ainda não estar consolidada em Guaporé, apresentou grande instabilidade nos números. Em 2012 foram produzidas 13 toneladas, demonstrando um crescimento contínuo (com exceção de 2018). O pico de produção ocorreu em 2019, quando foram somadas 240 toneladas (Gráfico 16).

Um dos motivos que levou ao desenvolvimento da cevada nos estabelecimentos, foi devido ao fato dela ter se tornado mais uma opção de geração de rendimentos durante o inverno, especialmente para os agricultores que durante o período apenas cultivavam a aveia, que por sua vez, tem como função exclusiva a proteção do solo. Assim, a cevada agrega as duas funcionalidades, tanto como protetora do solo, tal como, sua comercialização.

A comercialização acontece diretamente com as empresas que possuem os silos para armazenagem (Menin e Marcuzzo), os mesmos que recebem as demais cadeias como, trigo, soja e milho. O crescimento contínuo da cevada presume no incremento do trabalho terceirizado para o plantio e a colheita, realizado pelos detentores do grande maquinário.

Gráfico 16 – Quantidade produzida (ton) de cevada no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020)
Org: PESSETTI, M. (2020).

Por fim, a aveia preta desempenha papel fundamental para a proteção e fortalecimento do solo durante o inverno. A cadeia produtiva por não ser voltada para a produção de grãos, não possui dados oficiais no IBGE. Entretanto, pôde-se constatar através do campo, que a utilização da aveia como uma forma de melhoramento do solo vem crescendo significativamente em Guaporé. Outra função ligada ao plantio da aveia, vincula-se à bovinocultura leiteira, por servir de pasto para alimentação. Durante o inverno, os agricultores deixam o gado solto nas áreas de plantio de aveia, para diversificar e incrementar a alimentação bovina.

Os grãos utilizados para o plantio são comprados diretamente pelas empresas locais que possuem o armazenamento. A recomendação do seu uso nas lavouras de inverno veio através da assistência agrônômica dos silos e da EMATER, oportunizando aos agricultores o conhecimento dos possíveis problemas que o solo guaporense pode enfrentar devido ao intenso plantio da soja e do milho. Além de que, com o solo beneficiado e melhorado, a produtividade das lavouras de verão (soja e milho) aumentam.

A Embrapa (2002) destaca que “[...] é importante para a manutenção do solo coberto durante a estação seca, evitando que ocorra erosão e infestação de plantas daninhas. Esta prática permite reduzir gastos com adubo e herbicida e preservar os recursos naturais”. Estudos desenvolvidos pela Embrapa (2000) já comprovaram a

eficácia do uso da aveia preta para o fortalecimento e proteção do solo, fazendo com que profissionais da agronomia passassem a recomendar a lavoura no município de Guaporé.

6.3 AS LAVOURAS PERMANENTES

Nas palavras do IBGE (2017, p. 20), as culturas permanentes correspondem “[...] à área plantada (ou em preparo para o plantio) com culturas de longa duração, as quais, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos.”.

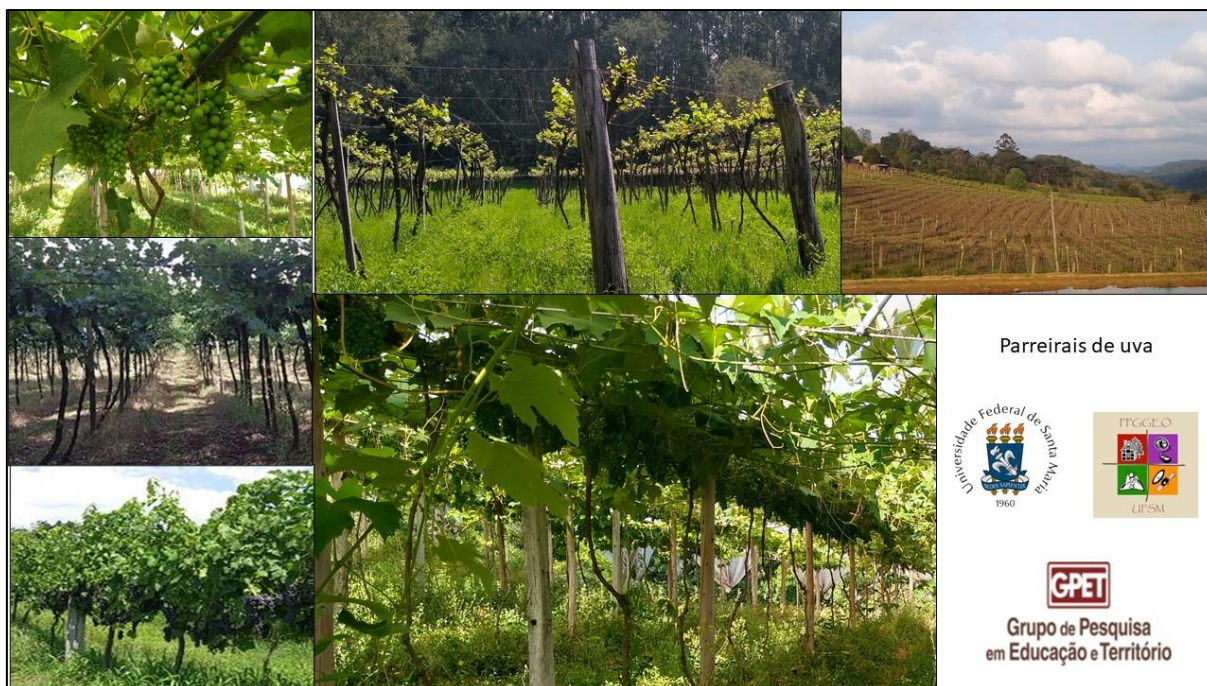
A dinâmica das lavouras permanentes de Guaporé está estruturada, basicamente, por meio do cultivo da uva, erva-mate e laranja. Destaca-se que as culturas permanentes ocupam lugar secundário na organização do espaço agrário, em vista da tradição do município na produção de grãos. Todavia, se faz necessário analisá-las diante da importância que elas possuem na dinâmica produtiva municipal.

6.3.1 A cadeia produtiva da uva

Os dados dos Censos Agropecuários e das Pesquisas Agrícolas Municipais destacam que, dentre as lavouras permanentes, o cultivo da uva se destaca. O Rio Grande do Sul é responsável por 50% da produção nacional de uvas, ocupando a primeira posição no ranking. A maior parte da produção é direcionada para as indústrias que realizam a transformação da matéria prima em sucos, vinhos e espumantes. Com o incremento da tecnologia e de outras variedades, os vinhos gaúchos se tornaram referência nacional e internacional. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019). (FIGURA 10).

Em relação ao contexto nacional e internacional, Cassol (2019) destaca que o Brasil ocupa o terceiro lugar na produção de uvas e vinhos na América do Sul. Em seu território, quatro regiões têm destaque com expressiva produtividade, o que as torna referência nacional, sendo elas: Serra Gaúcha, Campanha Gaúcha, Planalto Catarinense e o Vale do Rio São Francisco. (CASSOL, 2019).

Figura 10 – Lavouras da uva em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de Campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

De acordo com as informações da Tabela 8, o Rio Grande do Sul é responsável pela maior parte da produção nacional. Entretanto, nos últimos anos houve uma tímida perda de área colhida. A expansão das lavouras temporárias (soja), encolheu a área de plantio voltada a estas cadeias produtivas de caráter permanente, sendo a uva uma das afetadas. (TABELA 8).

Particularmente, ao analisar as informações quantitativas, constata-se que entre 2006 e 2012, houve um incremento em área colhida de uva, em todas as escalas territoriais salientadas. Todavia, comparando as informações entre 2012 e 2019, os números demonstraram uma pequena redução, com exceção de Guaporé, que manteve seus hectares de uva equilibrados, desde 2012. (TABELA 8).

A partir destas informações, é possível afirmar que a realidade demonstrada por Guaporé, dentro do contexto regional, estadual e nacional, se mostrou uma particularidade nos últimos anos. Ou seja, na medida em que acontece a redução de área nos números totais, a uva encontra fatores para o seu fortalecimento no espaço agrário e na dinâmica produtiva municipal.

Entretanto, a produção de uvas tem papel secundário em grande parte da região de Guaporé e no município em estudo, visto que os colonos italianos que ocuparam essas áreas, direcionaram a dinâmica agrícola para o cultivo de grãos,

como o milho e o trigo, utilizados para a engorda dos suínos. (VALVERDE, 1985). Em toda a região de Guaporé, os dados demonstram uma constante redução de área colhida, tal como da quantidade produzida. (TABELA 8).

Tabela 8 - Área colhida (ha) e quantidade produzida (ton) de uva em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Área colhida (ha)			Quant. Prod. (Ton)		
	2006	2012	2019	2006	2012	2019
Brasil	75.354	82.063	74.625	1.257.064	1.514.768	1.485.292
Rio Grande do Sul	44.298	49.900	46.484	623.878	840.251	667.018
Microrregião de Guaporé*	2.531	2.985	2.146	29.818	45.715	40.558
Guaporé	190	250	250	2.470	4.500	5.500

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

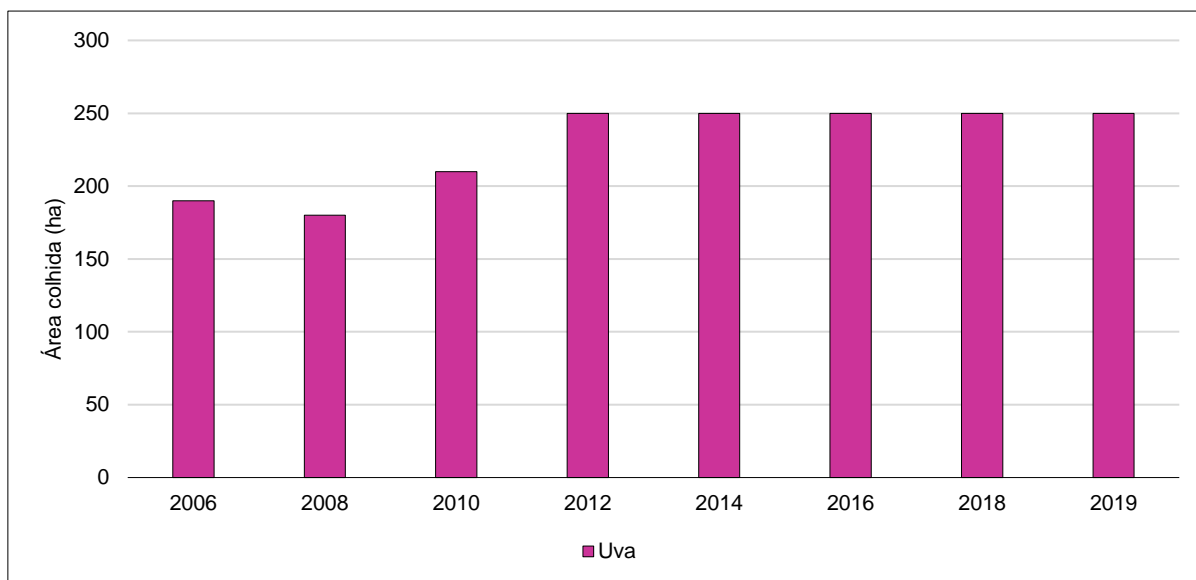
Org: PESSETTI, M. (2020).

Assim sendo, ocorre uma exceção com o município de Guaporé, haja visto que a área colhida apresenta estabilidade. Tal constatação leva a inferir sobre o fortalecimento da cadeia produtiva da uva no município. Destaca-se que um dos fatores que leva a permanência da vitivinicultura está relacionada aos costumes e tradições herdadas pelos descendentes de imigrantes italianos. A presença das parreiras nem sempre está vinculada a um comércio local/regional, mas sim, como um meio de manter viva a tradição do consumo do vinho colonial e das uvas de mesa, assim como, da produção de chimias e sucos caseiros.

Observa-se que entre os anos de 2006 e 2010, a área colhida ficou entre 180 e 210 ha. Em 2012 houve um incremento, pois alguns agricultores aumentaram suas áreas, passando para 250 ha, os quais encontram-se estáveis. A partir dos primeiros anos da década de 2010, o mercado viticultor se mostrou favorável para o cultivo da uva, levando alguns viticultores a aumentarem a área, o que por consequência acabou refletindo nos números apresentados. (GRÁFICO 17).

No trabalho de campo foram identificados 23% de vitivinicultores do total de entrevistados. Em sua maior parte, a uva está vinculada à comercialização de vinhos e sucos, sendo seu desenvolvimento em áreas que variam de 3 a 5 ha. Nas unidades onde os agricultores afirmaram desenvolver a uva com o objetivo do consumo próprio (vinho colonial, chimia, entre outros), a área colhida é inferior a 1 ha.

Gráfico 17 – Área colhida (ha) de uva no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

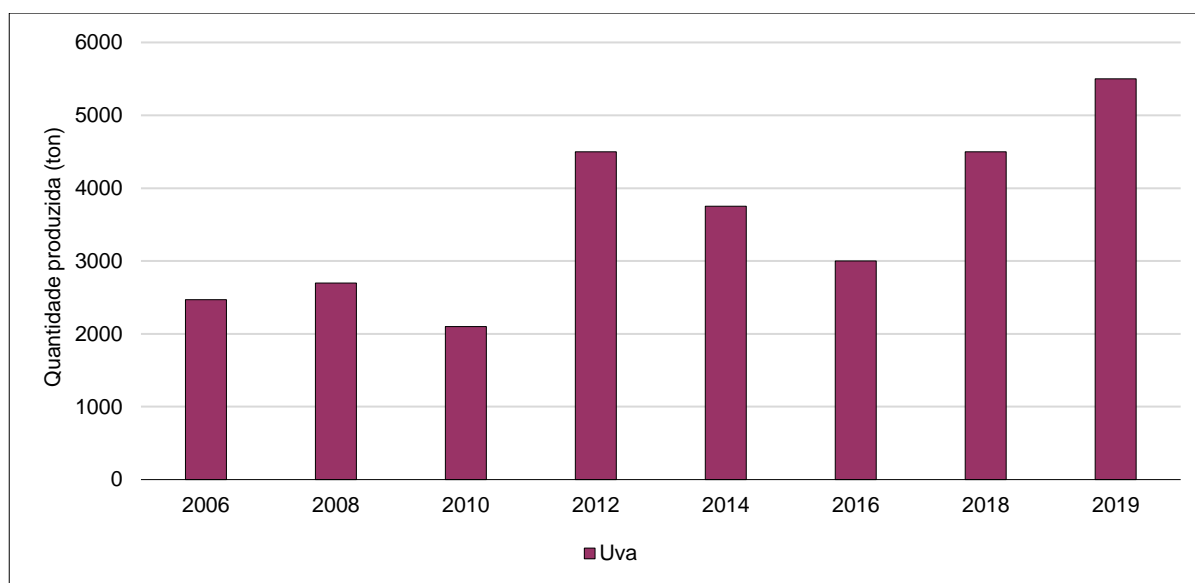
Um dos entraves no cultivo da uva refere-se à sua produtividade, uma vez que as vinhas são frágeis às intempéries climáticas. Geadas intensas e invernos que apresentam períodos com temperaturas elevadas fora de época, são fatores que comprometem a produção anual. Diante disto, ao analisar os dados referentes à quantidade produzida (ton) da uva, constata-se instabilidade nas lavouras guaporenses.

Ao observar o Gráfico 18, percebe-se que entre os anos de 2006 e 2010 a quantidade produzida apresentou oscilações, com números em torno de 2.100 e 2.700 kg. O aumento da quantidade produzida aconteceu no ano de 2012, quando a área colhida, dedicada a lavoura, também apresentou um aumento. Ademais, chama atenção a oscilação das toneladas entre 2014 a 2016, que chegou a números próximos a 3.000 kg. Entre 2018 e 2019, embora a área colhida tenha demonstrado estabilidade, a quantidade produzida demonstrou crescimento, apresentando 4.550 e 5.500 kg. (GRÁFICO 18).

Em 2016, deve-se considerar que as condições meteorológicas do Rio Grande do Sul foram diretamente influenciadas pelo *El Niño*, evento que compromete as temperaturas e precipitações. De acordo com a Embrapa (2016), os prejuízos começaram ainda no inverno, quando temperaturas amenas impossibilitaram o

brotamento de um grande número de ramos nas videiras¹⁸. Granizo, geadas intensas e em sequência, além de chuvas em excesso, foram eventos que aconteceram durante o período destacado, comprometendo a produção.

Gráfico 18 – Quantidade produzida (ton) de uva no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

A partir das constatações, é possível afirmar que as variações meteorológicas se tornaram uma das grandes preocupações dos agricultores que desenvolvem a cadeia produtiva em questão. Além disso, foi destacado, pelos entrevistados, que a força de trabalho é outra grande dificuldade, visto que a colheita da uva é realizada manualmente, o que vem levando alguns proprietários a contratarem força de trabalho assalariada temporária para o período da colheita.

Em Guaporé, a uva assume o papel de complementação com outras lavouras, como a soja e o milho. Especialmente com relação à lavoura da soja, alguns agricultores destacaram que o uso intensivo de agrotóxicos, por vezes, se tornou prejudicial, comprometendo o desenvolvimento do cultivo.

Estes, por sua vez, afirmaram ter um cuidado maior quanto ao uso de agrotóxicos, o que não vem sendo uma preocupação dos grandes proprietários, que cultivam exclusivamente a produção de grãos nas proximidades, fato que contribuiu para alguns conflitos entre proprietários.

¹⁸ Planta cultivada para produzir uvas; parreira. (DICIONÁRIO EDELBRA).

A disputa de espaço e os conflitos entre sojicultores e viticultores não é uma realidade particular de Guaporé, mas sim uma questão que vem se apresentando com frequência em outras áreas produtoras, como a região da Campanha Gaúcha. Nestas ocasiões destacou-se o 2-4-D, herbicida utilizado com frequência pelos produtores de soja, comprometendo o desenvolvimento das parreiras. (EMBRAPA, 2016; CASSOL, 2019).

Evidencia-se que, além da presença de vitivinicultores, o município de Guaporé possui três vinícolas que realizam a produção de sucos e vinhos a partir dos seus próprios parreirais, sendo elas: Vinícola Gueller, Vinícola Giaretta e Vinícola Scalco. Neste caso, a transformação da uva em vinho, suco e/ou espumante acontece no próprio estabelecimento. A comercialização destes acontece a nível local, regional, nacional e internacional, levando o nome do município de Guaporé, não somente para o território brasileiro, assim como para o exterior.

Quanto a sua distribuição espacial, as parreiras guaporenses estão concentradas na porção sul e sudeste, onde existem comunidades rurais que possuem tradição histórica e cultural na cadeia produtiva. Salienta-se que estas comunidades se encontram próximas aos limites territoriais com o município de Dois Lajeados, o qual apresenta uma das produções mais relevantes de uva na região de Guaporé.

A maior parte da produção guaporense é voltada à comercialização regional, especialmente vinculada ao eixo Bento Gonçalves e Caxias do Sul, municípios tradicionalmente produtores de uva e que possuem empresas e vinícolas que recebem a produção de diversos municípios. Dos entrevistados, destacou-se a Tecnovin–Sulavan Brasil, localizada em Bento Gonçalves. Nestes pontos de recebimento da produção regional, também acontece a transformação da uva em vinhos, sucos e espumantes, os quais são comercializados no contexto nacional e internacional.

Em termos de rendimento por hectares plantado, ela mostra superioridade, se comparada aos valores demonstrados nas lavouras produtoras de grãos. Porém, devido a matriz produtiva municipal ter seu direcionamento a dinâmica dos grãos, além da colheita da uva necessitar de contratação de força de trabalho temporária, faz com que a produção de uvas assumam papel secundário, comparada com as demais lavouras.

6.3.2 A cadeia produtiva da erva-mate

O cultivo da erva-mate tem raízes na formação histórica e espacial dos municípios do Rio Grande do Sul, especialmente os que estão localizados na porção norte e noroeste do estado, áreas de ocorrência natural dos ervais. No contexto nacional, o estado totaliza 48% da produção, seguido do Paraná e Santa Catarina. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

A tradição no consumo do chimarrão permite o fortalecimento dos ervais, especialmente no estado gaúcho, onde o costume está vinculado à cultura do gaúcho. Além da sua utilização para o chimarrão, a folha da erva-mate é matéria prima para a elaboração de chás, produtos de higiene pessoal, entre outros. Deve-se destacar que, embora as práticas culturais atuais estejam ligadas às tradições gaúchas, o seu uso e cultivo tem raízes indígenas e jesuíticas.

No contexto nacional, os números de área colhida apresentaram uma diminuição entre 2006 e 2012, bem como no Rio Grande do Sul, onde em 2006 havia 29.448 hectares, passando para 23.328 hectares colhidos. Salienta-se que a erva-mate vêm sendo uma das principais lavouras permanentes impactadas com a expansão das lavouras empresariais no estado gaúcho. Entretanto, não se pode generalizar, uma vez que os números microrregionais de Guaporé indicam um equilíbrio ao se comparar com a realidade estadual e nacional. (TABELA 9).

As toneladas dos ervais apresentam variação, visto que a colheita nem sempre acontece anualmente. Alguns agricultores optam por colher a erva-mate a cada dois anos, dependendo da valorização no mercado local e regional, o que acaba por influenciar nos números de produtividade anual. No Brasil, os índices de produtividade crescem, mesmo com a redução de área, em função da utilização de corretivos, insumos químicos e biológicos. (TABELA 9).

Salienta-se que, igualmente ao cenário quantitativo demonstrado pela uva, a erva-mate demonstrou incremento em área colhida no município de Guaporé, em contrapartida, uma diminuição dos números nas demais escalas territoriais. Quanto ao seu desenvolvimento, Rabaiolli (2019) afirma que a erva-mate inicia o retorno da sua produtividade a partir do segundo ano após o seu plantio, mas demonstra produção de maneira mais expressiva depois dos primeiros nove anos.

Tabela 9 - Área colhida (ha) e quantidade produzida (ton) de erva-mate em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Área colhida (ha)			Quant. Prod. (Ton)		
	2006	2012	2019	2006	2012	2019
Brasil	78.633	76.347	67.230	434.483	513.256	517.779
Rio Grande do Sul	29.448	28.731	23.328	229.569	260.866	233.434
Microrregião de Guaporé*	10.634	14.223	11.621	71.968	131.952	118.968
Guaporé	80	150	160	600	1.200	1.600

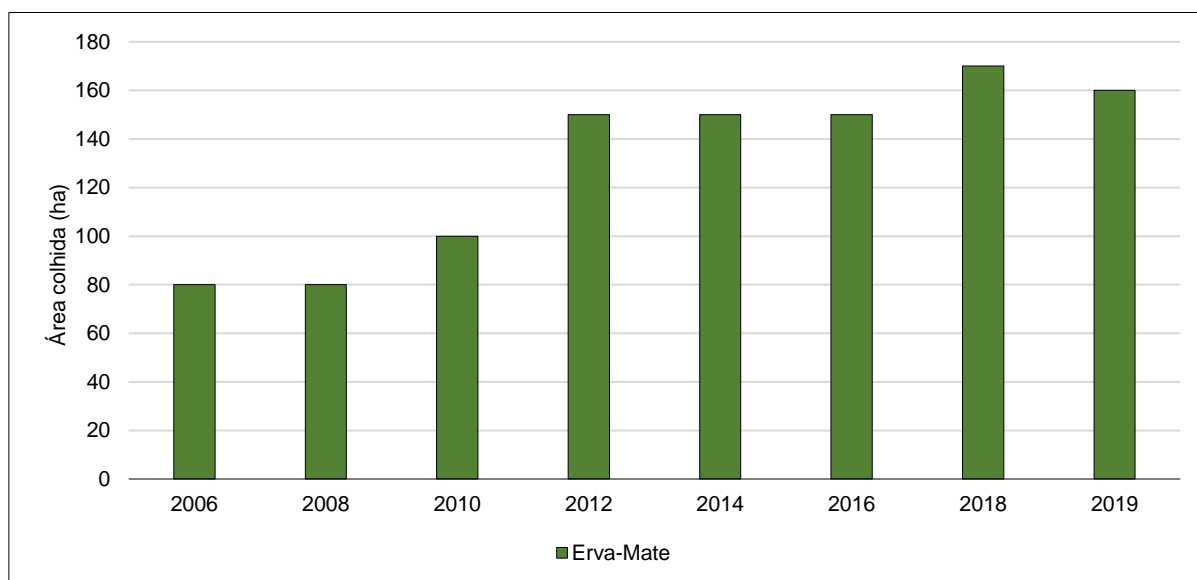
*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

Em Guaporé, a cadeia produtiva da erva-mate demonstrou crescimento tanto em área colhida como em quantidade produzida. Atenta-se para o Gráfico 19, que apresentou um equilíbrio nos números entre 2006 e 2010, consistindo em um montante de área colhida, entre 80 e 100 hectares. A partir de 2012, os números cresceram, chegando aos 160 hectares colhidos em 2019. (GRÁFICO 19).

Gráfico 19 – Área colhida (ha) de erva-mate no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

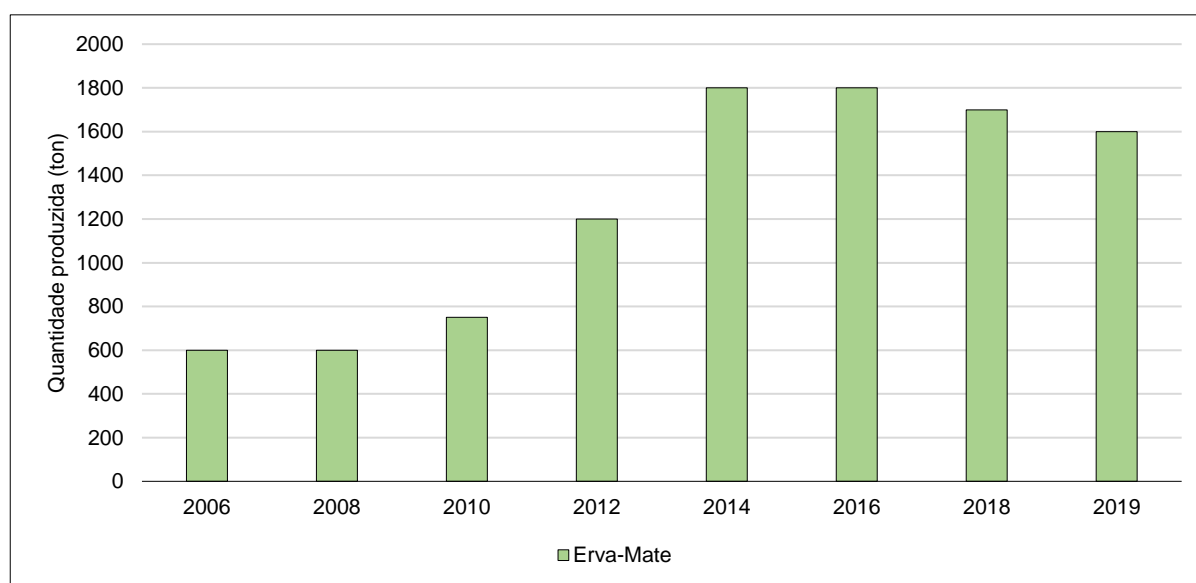
O aumento da área colhida em Guaporé, não se tornou fenômeno particular. De acordo com Ibramate (2018), a partir de 2010, ocorreu o aumento das políticas

públicas voltadas ao setor, além da criação do Instituto Brasileiro da Erva-Mate, que possibilitou o fortalecimento da cadeia produtiva em alguns municípios gaúchos, oportunizando que órgãos gestores e assistência extensionista direcionassem suas ações para o fortalecimento dos ervais, visando a diversificação agrícola.

Tal fato pôde ser constatado em campo, haja visto que as lideranças municipais ressaltaram que nos últimos anos ocorreu um aumento do plantio da erva-mate. É importante destacar que ações desta natureza contribuem para o fortalecimento da diversidade produtiva municipal, evidenciando novos meios para a geração de renda aos agricultores.

Em termos de produção municipal, a mesma apresentou crescimento em conformidade com a área colhida. Entre 2006 e 2010, os números indicaram variações entre 600 a 750 toneladas produzidas. A partir de 2012, devido ao aumento da área colhida, visualizou-se o crescimento da produtividade, apresentando números a 1.200 toneladas. O pico da produção aconteceu entre 2014 e 2016, com 1.800 kg contabilizados, apresentando pequena redução entre 2018 e 2019, passando para 1.600 kg. (GRÁFICO 20).

Gráfico 20 – Quantidade produzida (ton) de erva-mate no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

De modo geral, os ervais são desenvolvidos e cultivados em áreas que variam de 1 a 6 hectares, evidenciando que são pequenos estabelecimentos os responsáveis

pela maior parte da produção municipal, além de estarem majoritariamente localizados na porção oeste de Guaporé, onde o relevo mostra-se mais movimentado. A força de trabalho utilizada para o plantio e a colheita é familiar e, quando necessário, contrata-se o trabalho assalariado temporário vindo de Guaporé e de outros municípios, como Arvorezinha, Ilópolis, Itapuca e Palmeira das Missões. (FIGURA 11).

Do total de agricultores entrevistados, 26% possuem os ervais em seus estabelecimentos. Evidencia-se que o cultivo da erva-mate assume papel de complementaridade na renda das famílias. Todavia, alguns dos produtores destacaram que os rendimentos por hectare, por vezes superaram os das lavouras de grãos (soja e milho), fator que influencia na permanência dos ervais nos estabelecimentos rurais.

Figura 11 – Lavouras de erva-mate em Guaporé



Fonte: Trabalho de Campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Quanto a sua logística e comercialização, acontece a partir da integração com ervateiras localizadas no contexto regional, destacando municípios como Ilópolis e Arvorezinha que, historicamente, apresentam tradição na produção e comercialização da erva e seus derivados. Os municípios supramencionados, geograficamente, integram a região do Vale do Taquari, que por sua vez, segundo Rabaiolli (2019) é

uma das principais regiões produtoras rio-grandenses, onde a presença de agroindústrias impulsiona a industrialização e a dinâmica do setor ervateiro.

Dos estabelecimentos com ervais, 16% dos proprietários afirmaram que nos últimos anos houve o incremento em área da erva-mate, a partir de investimentos por meio do PRONAF, fazendo com que o total de hectares atingisse o montante de 6 hectares totais. O principal motivo que impede o maior crescimento da cadeia produtiva em questão, se dá pela falta de força de trabalho familiar, bem como, na dificuldade de contratação de trabalhadores para o período de colheita.

6.3.3 A cadeia produtiva da laranja

A lavoura permanente da laranja apresenta destaque nacional na dinâmica do agronegócio globalizado. Devido à chegada de empresas especializadas na fabricação do suco da laranja, o estado de São Paulo sempre deteve a primeira posição da dinâmica nacional da cadeia produtiva dos cítricos. Tais condições permitiram criar no território brasileiro a especialização produtiva, particularmente por meio da integração com grandes empresas. (MEGULHÃO, 2018).

O Rio Grande do Sul apresenta grande participação nos números nacionais, ocupando a quarta posição em termos de produtividade, a qual vem se expandido desde a década de 1990. Em termos espaciais, a produção está concentrada nas regiões da Campanha, Médio Alto Uruguai, Vales do Caí e Taquari. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O estado gaúcho apresenta condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento dos pomares de laranja, uma vez que as precipitações regulares potencializam o crescimento das plantas, além das variações de temperatura, que contribuem para o equilíbrio da acidez e da doçura. (SIQUEIRA, SANTOS, DAL OSTO, 2017).

Ao observar a Tabela 10, constata-se que os números nacionais demonstram redução, tanto em área colhida, quanto em quantidade produzida, o que ressalta que a lavoura permanente da laranja vem se concentrando, cada vez mais, em determinados estados, a exemplo do estado de São Paulo. O Rio Grande do Sul, de modo geral, acompanha a tendência nacional, e apresentou redução na quantidade produzida estadual, especialmente entre 2012 e 2019. (TABELA 10).

Tabela 10 - Área colhida (ha) e quantidade produzida (ton) de laranja em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Área colhida (ha)			Quant. Prod. (Ton)		
	2006	2012	2019	2006	2012	2019
Brasil	805.903	729.583	589.610	18.032.313	18.012.560	17.073.593
Rio Grande do Sul	27.476	27.763	22.207	339.765	362.073	349.561
Microrregião de Guaporé*	908	1.112	1.114	9.274	15.966	17.333
Guaporé	90	130	135	1.080	2.340	2.430

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

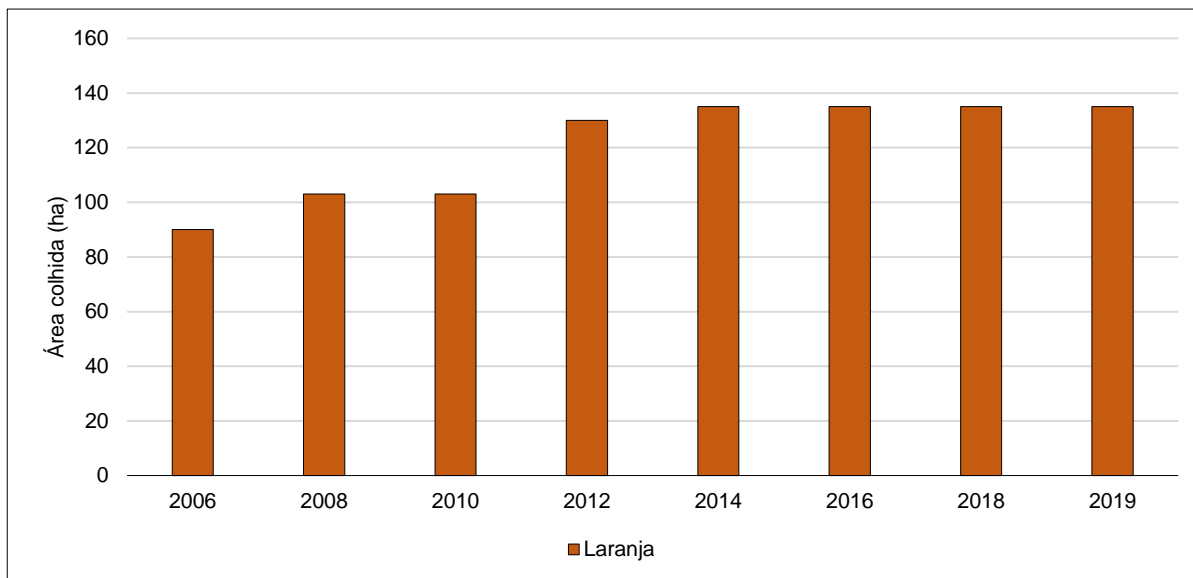
Todavia, haja visto que os números da microrregião geográfica de Guaporé atestam o crescimento das laranjas na dinâmica produtiva regional, é possível afirmar uma tendência à especialização produtiva a nível estadual, ou seja, com a consolidação de algumas regiões no setor. Neste contexto, insere-se o município de Guaporé, o qual manifestou acréscimo nos números locais. (TABELA 10).

Particularmente, os números apresentaram estabilidade na área colhida, entre 2006 e 2010, os quais variaram entre 90 a 103 hectares colhidos. A partir de 2012, devido a entrada de mais produtores no mercado dos cítricos, a área colhida chegou a 130 hectares, passando para 135 em 2014, os quais se mantiveram até 2019. (GRÁFICO 21).

Dos entrevistados, 15% desenvolvem a produção de laranja, apresentando áreas de variam entre 4 a 13 ha. Todos os produtores de laranja afirmaram que, embora a laranja já estivesse presente antes da escala temporal analisada, nos últimos anos ocorreu um incremento em área, o que justifica o crescimento dos números municipais a partir de 2012. (GRÁFICO 21).

Embora a área dedicada aos pomares seja inferior, se comparada aos grãos, os agricultores destacaram que os rendimentos são superiores às culturas temporárias, porém exigem envolvimento efetivo da família e a contratação de força de trabalho temporária para a colheita devido à falta de maquinário especializado.

Gráfico 21 – Área colhida (ha) de laranja no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

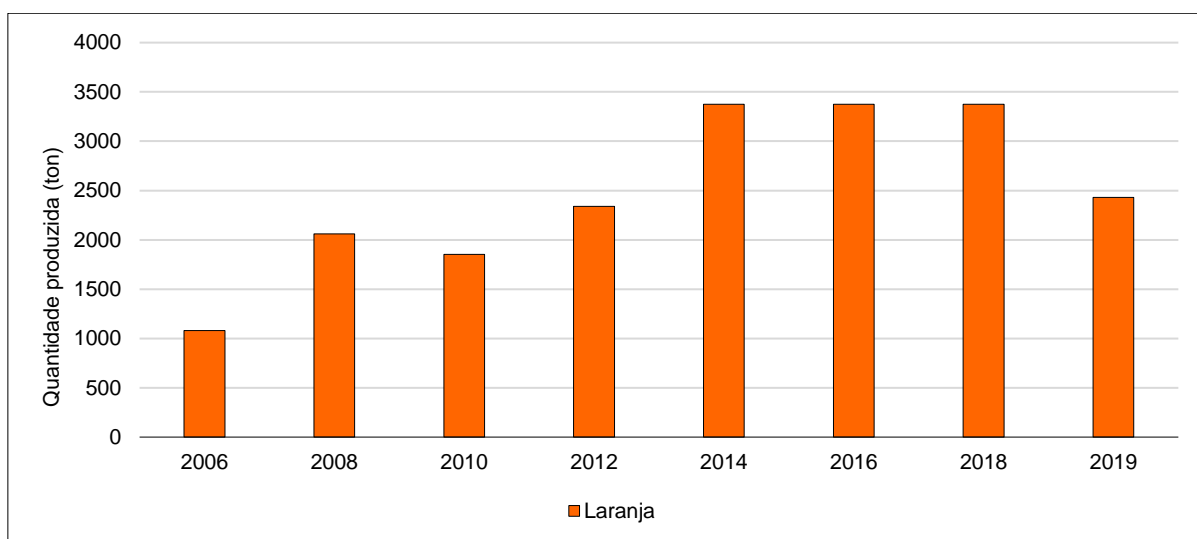
O mercado de cítricos demonstra um quadro favorável para o incremento dos pomares de laranja, especialmente quando a produção é direcionada para a comercialização do suco. Igualmente as demais lavouras, a laranja se desenvolve articuladamente com empresas regionais, que fabricam o suco e o comercializam para diferentes escalas do território.

Salienta-se que a força de trabalho utilizada para aplicação de insumos é de ordem familiar. Todavia, nos períodos de colheita, ocorre a contratação de força de trabalho assalariada, oriunda de municípios como São Borja e Itacurubi. Os trabalhadores permanecem no estabelecimento durante o tempo necessário para a colheita, onde recebem abrigo e alimentação.

Em termos de produtividade, a variação foi maior devido a diferentes fatores, especialmente às intempéries climáticas e problemas no desenvolvimento dos pomares, de modo especial, em 2012 e 2019 respectivamente. Entre 2006 e 2010, a quantidade produzida variou de acordo com o crescimento da área colhida, bem como entre 2014 e 2018. (GRÁFICO 22).

Na organização espacial de Guaporé, a produção de laranja está concentrada na porção noroeste e oeste, onde o relevo mostra-se mais acidentado. Destaca-se, também, que durante a realização do trabalho de campo, grande parte dos pomares não apresentavam mais a fruta, pois sua colheita ocorre entre agosto e novembro, de modo mais intensivo nos meses de agosto e setembro. (FIGURA 12).

Gráfico 22 – Quantidade produzida (ton) de laranja no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Figura 12 – Lavouras de laranjas em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de Campo e EMATER. (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A venda das laranjas acontece tanto para compradores locais, compradores oriundos de municípios vizinhos, como Anta Gorda, ou diretamente com empresas responsáveis pela fabricação do suco, localizadas em Bento Gonçalves (Tecnovin-

Suvalan Brasil), Sebastião do Caí e Montenegro. Este último, por meio da atuação da Bio Citrus, uma das maiores empresas do setor no Brasil.

Uma das peculiaridades identificadas na cadeia produtiva da laranja, refere-se a sua necessidade constante de acompanhamento agrônomo, pois, por vezes, os pomares apresentam problemas de ordem fisiológica, impedindo, assim, que a laranja se desenvolva saudavelmente e esteja apta para a venda e para a transformação em suco. É necessário, também, que anualmente aconteça a poda das árvores, especialmente àquelas plantadas há mais tempo, potencializando o melhoramento da qualidade da fruta.

6.4 OS REBANHOS E CRIATÓRIOS

6.4.1 A cadeia produtiva da pecuária leiteira

Igualmente as cadeias produtivas evidenciadas até o presente momento, a pecuária leiteira tem importância fundamental na dinâmica espacial do território brasileiro, sendo visualizada nas escalas locais/regionais. Entretanto, historicamente, ocupa lugar secundário diante da agricultura. A produtividade nacional coloca o país na quinta posição entre os maiores produtores do mundo, com um montante girando em torno de 34 bilhões de litros produzidos em 2018. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Em consonância com Souto (2016, p. 42) ressalta-se que

A produção leiteira no Brasil passou por períodos importantes para sua consolidação. [...] No entanto, até a década de 1980 alguns entraves fizeram com que esta passasse por um período problemático para os produtores, no que tange à questão do valor do leite, respaldando no processo de produção, reflexo dos mínimos aparatos técnicos e tecnológicos.

A partir da década de 1990, a cadeia produtiva demonstrou um crescimento significativo, em decorrência da demanda do mercado interno e externo. Simultaneamente, ocorreu o aumento das exigências quanto ao controle da qualidade dos processos produtivos. (SOUTO, 2016).

O Rio Grande do Sul ocupa lugar de destaque na pecuária leiteira, estando na terceira posição, ficando atrás apenas de Minas Gerais e Paraná. Em seu território, a bovinocultura leiteira está bem distribuída, presente em diferentes regiões, em

destaque a região Noroeste, Vale do Taquari, Serra, Produção, Celeiro, Norte e Rio da Várzea, as quais juntas, são responsáveis por 50% da produção estadual, apresentando um montante total no triênio 2016-2018, de 4,4 bilhões de litros. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Observando a Tabela 10, constatou-se que, entre 2006 e 2012, ocorreu um aumento no número de vacas ordenhadas em todas as unidades territoriais ressaltadas. Entretanto, a partir de 2012, os números demonstraram queda, exceto no contexto regional onde Guaporé se insere, que por sua vez, apresentou um aumento contínuo nos números, entre 2006 e 2012. (TABELA 11).

Tabela 11 - Número de vacas ordenhadas em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Nº de vacas ordenhadas X ano		
	2006	2012	2019
Brasil	20.942.812	22.803.519	16.270.691
Rio Grande do Sul	1.239.059	1.516.589	1.183.152
Microrregião de Guaporé*	48.742	64.261	69.192
Guaporé	3.737	7.025	4.930

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

De modo geral, salienta-se que a bovinocultura leiteira é uma das cadeias produtivas que mais apresentou evolução quanto a disponibilidade tecnológica, possibilitando o aumento da produtividade por vaca ordenhada, ou seja, um substancial crescimento nos totais de litros de leite em todo o Brasil.

No município de Guaporé, a bovinocultura assume lugar de destaque entre os criatórios e rebanhos, sendo o principal rebanho desenvolvido em consonância com as lavouras temporárias. Ao todo, 33% dos estabelecimentos visitados possuíam produção de leite. Destes, 80% haviam o gado criado solto, nas áreas de pastagens, as quais variam de 2 a 12 hectares, conforme o tamanho do estabelecimento e o número de vacas. Em apenas 20% dos estabelecimentos visitados, acontecia o confinamento, em função de investimentos superiores a R\$ 1,000.000 realizados pelas famílias. (FIGURA 13).

O confinamento, embora estivesse presente em apenas 6% dos estabelecimentos visitados, mostrou uma tendência de aumento, em função de outros

produtores de leite relataram o desejo de investimentos futuros para construções de galpões para o confinamento do gado leiteiro. O número de cabeças por produtor apresentou grande variação, com montantes entre 14 a 80 cabeças, de acordo com o poder aquisitivo, disponibilidade de força de trabalho e de área. Ademais, 10% dos entrevistados afirmaram terem deixados as atividades leiteiras nos últimos seis anos, pela falta de força de trabalho, pela necessidade constante de investimento e o aumento das exigências por parte das agroindústrias.

Figura 13 – Rebanhos da bovinocultura leiteira



Fonte: Trabalho de Campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

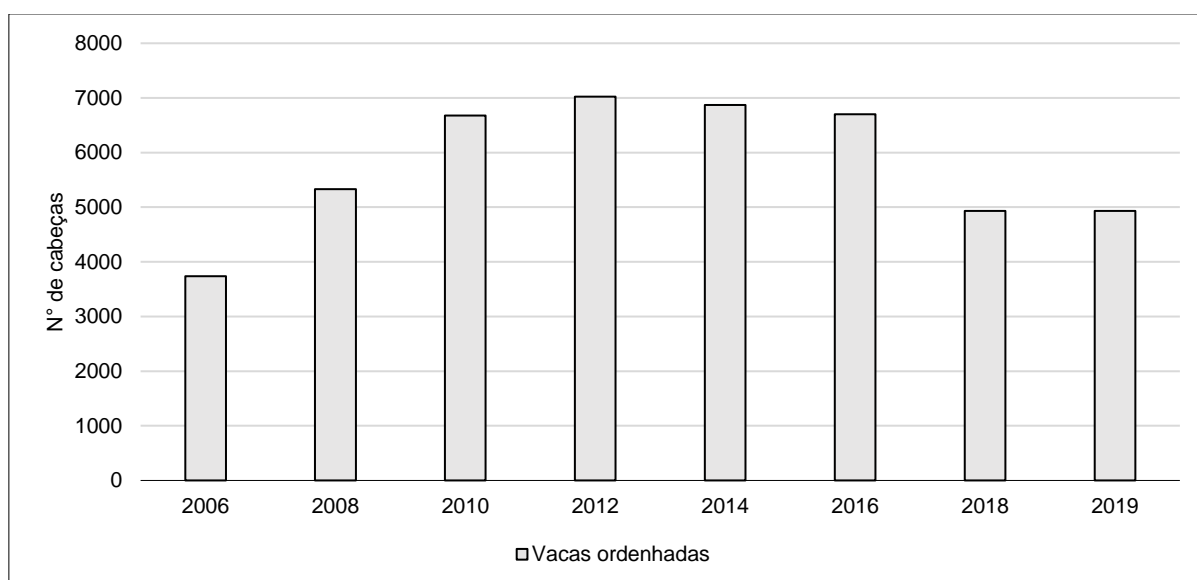
Nas áreas de pastagens, percebeu-se que a maior parte dos produtores de leite possuíam pastagens plantadas, as quais foram realizadas a partir da compra de sementes vindas de silos locais, além de recomendações feitas pela agroindústria em que estão integrados.

Observando o Gráfico 23, constatou-se que o número de vacas ordenhadas no município de Guaporé apresentou um crescimento entre 2006 e 2012, onde de 3.737, passaram para 7.025 cabeças respectivamente. Entretanto, desde então, os números demonstraram uma redução. Em 2019, foram contabilizadas 4.930 vacas ordenhadas.

A diminuição de vacas ordenhadas não foi devido a perda de produtividade. Por meio das entrevistas, constatou-se uma tendência a concentração da produção

em um número menor de estabelecimentos e de vacas ordenhadas. Tal fato foi confirmado, também, por parte das lideranças municipais, visto que destacaram que dificuldades relacionadas à força de trabalho, além dos investimentos constantes, levaram alguns produtores a deixarem a atividade leiteira. A média produzida por cabeça chegou a 28 litros, entretanto, a partir do incremento tecnológico e do melhoramento das rações, a produtividade chegou a 50 litros, especialmente no regime de confinamento.

Gráfico 23 – Evolução do efetivo de cabeças de vacas ordenhadas no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A alimentação dos bovinos está relacionada a permanência da cadeia produtiva do milho e da pequena expansão do trigo ocorrida nos últimos 6 anos. Todos os estabelecimentos visitados que possuíam a produção de leite, desenvolviam a milhoicultura para elaboração da silagem, alimento essencial para os rebanhos.

Em alguns casos, os agricultores destacaram que o incremento do melhoramento genético nas sementes do milho, oportunizou uma silagem de maior qualidade. O trigo passou a ser um complemento para a alimentação, visto que passou a ser utilizado também para a elaboração da silagem.

Além do uso da silagem, os agricultores realizavam a compra de rações especiais para a produção de leite. O fornecimento do alimento era através da compra em silos do município de Guaporé, bem como de empresas especializadas no ramo

do contexto regional. Destacou-se municípios como Paraí, Serafina Corrêa e Encantado como fornecedores de rações e da própria força de trabalho na elaboração da silagem.

Pode-se perceber que a atividade leiteira vem sendo uma das principais pautas de investimentos dos produtores. Em sua natureza, o desenvolvimento da bovinocultura leiteira exige altos investimentos principalmente com relação a construção de galpões adequados, além da compra de equipamentos (ordenhadeiras, tanques de armazenamento, entre outros). A necessidade constante de investimento se dá em decorrência de um mercado cada vez mais exigente e que impõe um necessário aumento da produtividade.

Além das tradicionais ordenhadeiras e dos tanques de armazenamento, em um dos estabelecimentos que possuía a produção em regime de confinamento foi observado a utilização de uma ordenhadeira automática (chamada de “robô” pelos proprietários), a qual permanecia em uso durante todo dia, com alguns intervalos para higienização. (FIGURA 14).

Figura 14 – Equipamentos tecnológicos na bovinocultura leiteira



Fonte: Trabalho de Campo (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Quanto a logística do leite, destacou-se que essa era realizada diariamente pela empresa em que os produtores eram integrados. Neste caso, toda a produção

de leite vinda dos estabelecimentos visitados era direcionada para o município de Encantado, o qual possui a sede da Dália Alimentos, responsável pela transformação e comercialização do leite.

Evidenciou-se através das entrevistas que a atividade leiteira mesmo apresentando muitos investimentos, demonstrou um aumento das dificuldades para sua permanência, dada a exigência das empresas integradas e da variação do preço do leite no mercado. Além, da falta de força de trabalho, em vista do êxodo rural da população mais jovem.

Uma das particularidades da cadeia produtiva do leite, refere-se aos motivos que levam a sua permanência nos estabelecimentos visitados. A renda proveniente do leite é mensal, possibilitando que os agricultores obtenham rendimentos com maior frequência se comparados as lavouras, que só acontece em período de colheita. Destaca-se também que, atualmente o mercado para a produção de leite encontra-se favorável, contribuindo para seu desenvolvimento.

6.4.2 A cadeia produtiva da avicultura

A criação de aves e a exportação da carne de frango se configuram como uma das principais atividades produtivas desenvolvidas a nível nacional. Sua expansão aconteceu através do incremento tecnológico, após o fim da Segunda Guerra Mundial, possibilitando a difusão espacial e a produção em larga escala. No município de Guaporé, inicialmente, era desenvolvida vinculada a subsistência familiar, passando a expandir-se vinculada ao sistema de integração na medida em as agroindústrias se instalavam em municípios da sua região.

Os números nacionais evidenciam o crescimento contínuo dos efetivos de galináceos em todas as escalas do território, indicando que a adesão da avicultura, por parte dos agricultores, vem crescendo. Em sua maior parte, encontra-se em desenvolvimento por meio do sistema de integração com grandes empresas, sendo elas: BRF S. A (Serafina Corrêa e Marau), JBS Aves (Passo Fundo) e Agroaraçá Alimentos (Nova Araçá), especializadas na comercialização das aves. (TABELA 12).

Em termos nacionais, os estados detentores dos maiores criatórios estão concentrados nas regiões sul e sudeste, onde encontram-se instaladas sedes de grandes agroindústrias. Destaca-se Belusso (2011), onde evidencia que a

consolidação da avicultura aconteceu nos estados do sudeste e do sul, mas que devido ao melhoramento técnico, vem se expandindo para as regiões Centro-Oeste e Norte.

Tabela 12 - Número de cabeças de galináceos em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Nº de cabeças X ano		
	2006	2012	2019
Brasil	1.011.515.701	1.245.269.485	1.466.556.199
Rio Grande do Sul	129.401.801	149.172.838	154.582.370
Microrregião de Guaporé	17.506.788	16.958.970	17.982.382
Guaporé	660.380	721.000	970.662

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

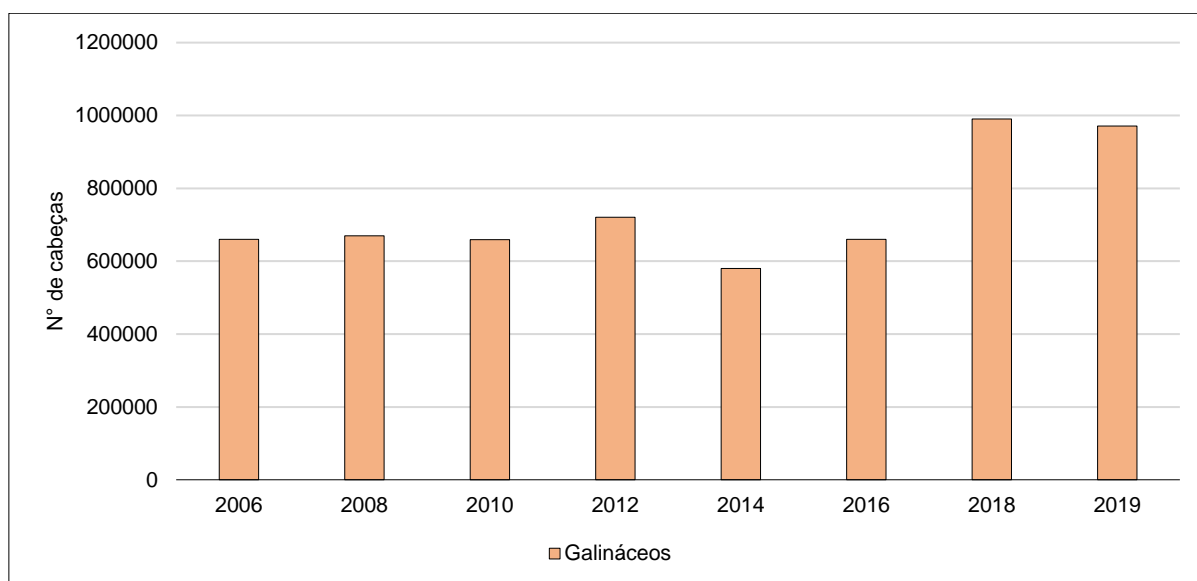
Org: PESSETTI, M. (2020).

O Rio Grande do Sul, que demonstra crescimento no setor, ocupa a terceira posição na produção nacional de aves, sendo superado apenas por Santa Catarina e São Paulo (Tabela 12). A cadeia produtiva encontra-se integrada com empresas localizadas em diferentes regiões, de maneira mais particular no Vale do Taquari e Serra, onde os criatórios respondem por 48% da produção estadual. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Neste contexto insere-se Guaporé, com um acréscimo constante de cabeças nos efetivos locais. Os números se mantiveram equilibrados entre 2006 e 2014, quando a partir do ano em questão, o crescimento foi superior a 50% se comparado os dados de 2016 e 2019. Tal averiguação, permite inferir que a avicultura se configura como um dos setores da produção agropecuária guaporense que demonstra tendência a crescimento. (GRÁFICO 24).

Do total de entrevistados, 30% possuíam aviários em atividade nos estabelecimentos. Destacou-se que os mesmos desenvolviam a criação em sistema de integração, característica presente na maior parte da avicultura brasileira. Destes, 22% afirmaram terem aderido a avicultura nos últimos 7 anos, fato que explica o incremento no efetivo de cabeças no município nos últimos anos

Gráfico 24 – Evolução do efetivo de cabeças dos galináceos no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

A avicultura apresenta particularidades comparadas aos demais criatórios, uma vez que se articula com diferentes municípios da região de Guaporé. Ao contrário do que foi constatado na pecuária leiteira e nos suínos, que a produção é destinada em sua maior parte para o município de Encantado, na avicultura a produção é direcionada a diferentes centros de recebimento, destacando-se Passo Fundo, Marau, Nova Araçá e Serafina Corrêa. Isso se deve ao fato de que a região de Guaporé é marcada pelo grande número de agroindustriais voltadas ao setor, possibilitando aos avicultores diferentes meios para consolidar a criação de aves em suas propriedades. (FIGURA 15).

Destaca-se que a região de Guaporé é constituída por municípios que apresentam os maiores efetivos estaduais e nacionais na referida cadeia, os quais foram impulsionados pela instalação das agroindústrias de integração, sendo que a maior parte da produção é voltada para o corte, ou seja, para a comercialização da carne.

A força de trabalho utilizada nos criatórios é de caráter familiar, a qual fica responsável pela alimentação das aves. Neste aspecto, outro ponto que diferencia a avicultura dos demais criatórios, refere-se à alimentação, visto que em algumas propriedades a ração é produzida no estabelecimento, tendo como matéria-prima o grão da soja e do milho, os quais são transformados em farelo. Em outras

estabelecimentos, na sua maioria, a ração é fornecida pela empresa em que os avicultores se encontram integrados. Esse é um fator que apresenta variação de acordo com a empresa em que o produtor se encontra vinculado, demonstrando uma certa flexibilidade na cadeia produtiva em questão.

Figura 15 – Criação de aves em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de Campo (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

A capacidade de criação nos aviários varia de acordo com o seu tamanho e o porte das aves, podendo abrigar aproximadamente 35.000 cabeças a cada lote. O tempo de permanência na propriedade apresenta uma média de 40 dias de acompanhamento. Evidenciou-se que o suporte técnico, ocorria em caso de problemas estruturais no aviário, conforme a necessidade dos avicultores, mas de modo mais particular nos períodos de entrada e saída dos lotes.

Embora a avicultura tenha demonstrado crescimento nos últimos anos, a oscilação de preço foi relatada, pelos produtores, como uma das principais preocupações, além da diminuição da força de trabalho. Foi identificado apenas um estabelecimento em que houve o abandono da avicultura nos últimos anos, e outro em que os proprietários apresentaram perspectiva de abandono, destacando que, em ambos os casos, a falta de força de trabalho foi a principal justificativa.

No restante dos estabelecimentos avicultores, os proprietários demonstraram-se otimistas com a cadeia produtiva, afirmando o desejo futuro de aumentar a produção, através do incremento de mais aviários nas propriedades. Salientou-se que, nesta cadeia, como nas demais discutidas, também ocorreu um incentivo por parte das lideranças, especialmente por meio da articulação entre os órgãos municipais e as empresas, as quais continuamente abrem editais para o acréscimo dos efetivos em Guaporé e demais municípios da região.

6.4.3 A cadeia produtiva dos suínos

A criação de suínos em Guaporé tem importância histórica, haja visto que no início do processo de colonização estava vinculada à produção da banha e seus derivados. Inicialmente os suínos eram criados para sustento da família, com um lote de cabeças pequeno e a partir de práticas tradicionais. (BALBINOT, 2014).

No âmbito nacional, a suinocultura ocupa lugar de destaque nas exportações, estando concentrada nos estados da região Sul, que são os principais responsáveis pela exportação da carne suína no Brasil. (FERNANDES, 2011). Conforme a Tabela 13, notou-se que o crescimento nos números nacionais foi contínuo entre 2006 e 2019. Entretanto, ao observar os dados estaduais, o Rio Grande do Sul demonstra instabilidade na suinocultura, permitindo ser superado por estados como Santa Catarina e Paraná, os quais ocupam o primeiro e o segundo lugar respectivamente nos efetivos nacionais. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O Rio Grande do Sul ocupa a terceira posição, com os criatórios presentes em quase todo o seu território, especialmente no Vale do Taquari e na Serra Gaúcha. Dada a sua oscilação na valorização do mercado, os números estaduais ainda demonstram certa instabilidade. Todavia, assume papel importante na dinâmica produtiva estadual, sendo uma das cadeias produtivas mais tradicionais da produção agropecuária rio-grandense, além de possibilitar a integração regional com empresas do ramo e agricultores, possibilitando a agregação de valor e o desenvolvimento econômico e regional. (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Tabela 13 - Número de cabeças de suínos em diferentes escalas do território brasileiro, 2006, 2012 e 2019

Unidades territoriais	Nº de cabeças X ano		
	2006	2012	2019
Brasil	35.173.824	38.795.902	40.556.892
Rio Grande do Sul	4.339.484	6.213.316	5.647.426
Microrregião de Guaporé	445.219	490.319	425.765
Guaporé	34.425	33.470	10.752

*Utilizou-se dados da classificação microrregional visto que ainda não existem dados totais das regiões imediatas e intermediárias.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

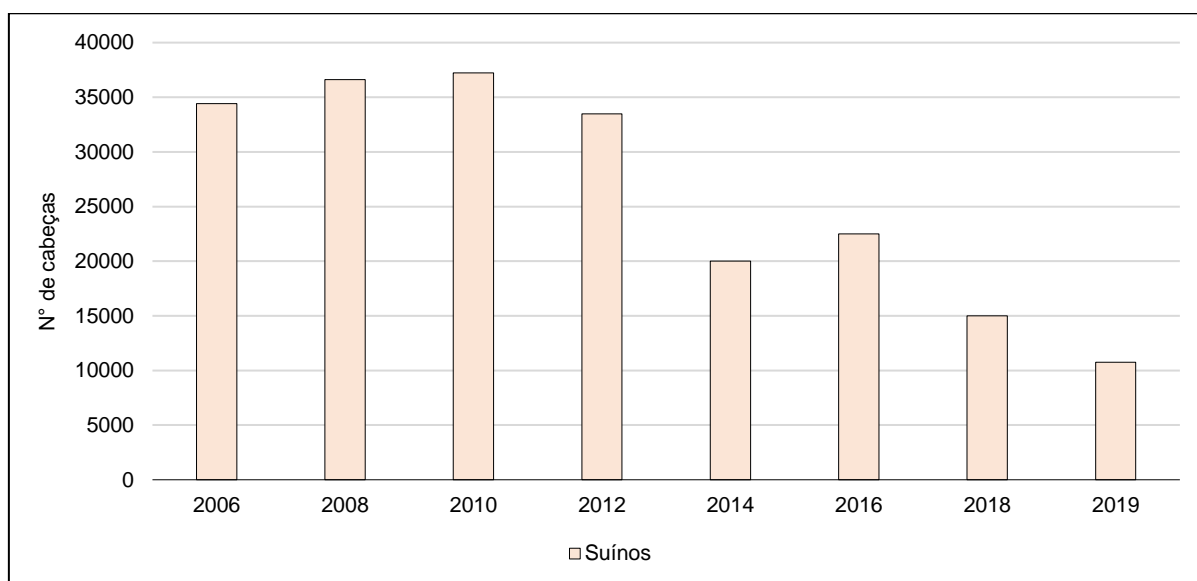
Org: PESSETTI, M. (2020).

De modo geral, visualizou-se que, entre 2006 e 2012, ocorreu um crescimento no efetivo, o qual pode ser explicado pelas mudanças ocorridas na estrutura dos países responsáveis pelas exportações. A Dinamarca, por exemplo, sempre esteve em primeiro lugar na criação e na exportação de suínos, mas perdeu espaço e possibilitou que outros países entrassem no mercado de exportações, a exemplo do Brasil, que se fortaleceu em grande parte de seu território. (GASTARDELO; MELZ; 2014).

No contexto microrregional em que Guaporé se insere, as oscilações de manifestam igualmente, com números que apresentaram crescimento entre 2006 e 2012 e, posteriormente, redução em 2019. De modo particular, o efetivo de cabeças suínas em Guaporé demonstrou certa estabilidade nos números entre 2006 e 2010. Todavia, a partir de 2012 a redução do total de cabeças foi significativa, a ponto de baixar em mais de 50% do total em 2019, se comprado a 2006. As 34.425 cabeças dos criatórios de 2006, passaram a responder por 10.752 das cabeças mais recentes, evidenciando que a cadeia produtiva em questão vem perdendo produtores e tendo cada vez menos participação na dinâmica produtiva municipal. (GRÁFICO 25).

Do total de estabelecimentos visitados, 13% afirmaram terem deixado a suinocultura nos últimos 8 anos, devido a falta de força de trabalho, os altos investimentos, além de um mercado instável, em termos de preço e cada vez mais exigente em termos de qualidade. Tal constatação permitiu dizer que a suinocultura demonstrou ser uma das cadeias produtividades que mais demanda cuidados e efetivo envolvimento por parte dos agricultores.

Gráfico 25 – Evolução do efetivo de cabeças dos suínos no município de Guaporé/RS, 2006 a 2019



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE (2020).
Org: PESSETTI, M. (2020).

Após terem deixado as atividades ligadas à suinocultura, os produtores passaram a se dedicar exclusivamente com um criatório, sendo aviário e/ou pecuária leiteira. Em apenas um dos estabelecimentos visitados, foi constatado o desenvolvimento e construção de um chiqueiro com capacidade superior a 1.000 cabeças, o qual, possivelmente, em 2021 inicie as atividades, o que permite afirmar uma tendência de aumento no efetivo total de cabeças para os próximos anos.

Destaca-se que, em função das lideranças municipais estarem diretamente articuladas com as empresas integradas, seguidamente são abertos editais para a implementação de novas pocilgas e o aumento da criação de suínos em Guaporé, o que permite que os números se mantenham presentes na municipalidade, embora sejam notoriamente inferiores aos de 10 anos atrás.

Ademais, responderam por suinocultores 15% dos entrevistados, os quais encontravam-se integrados junto à empresas localizadas no município de Encantado (Dália Alimentos). Destes, apenas um afirmou ter entrado no mercado da suinocultura, recentemente, em 2010, o que reforça o exposto nos parágrafos anteriores, em que a criação de suínos está presente na dinâmica espacial guaporense desde as primeiras décadas de sua formação.

Foi possível identificar dois sistemas de criação, com objetivos e cuidados distintos, mas que de certa forma se complementam e fazem parte de todas as etapas

agregadas a cadeia produtiva. O primeiro, e que se apresenta de maneira mais expressiva nas propriedades, refere-se à terminação, ou seja, o estágio em que os suínos passam pelo período de engorda para posteriormente serem direcionados ao abate. Neste caso, os suínos permanecem em torno de 90 dias nos chiqueiros, também chamados de pocilgas, onde recebem o acompanhamento dos agricultores para alimentação e engorda. (FIGURA 16 – E; F).

Figura 16 – Criatórios de suínos em sistema de creche e terminação em Guaporé/RS



Fonte: Trabalho de Campo (2020).

Org: PESSETTI, M. (2020).

O segundo sistema de criação, menos presente em Guaporé, chama-se creche, onde os suínos chegam nos estabelecimentos rurais depois do desmame. Neste caso permanecem cerca de 60 dias, recebendo rações específicas para o seu desenvolvimento (Figura 16 – b; c). Nesta criação, o envolvimento do produtor é mais efetivo, haja visto os cuidados que devem ser tomados para o crescimento dos leitões (NUTRIÇÃO E SAÚDE ANIMAL, 2020).

A quantidade de cabeças nas pocilgas variou de acordo com o sistema de criação desenvolvido. No sistema de terminação, identificou-se chiqueiros com até 550 cabeças, distribuídas em pocilgas com capacidade para em média 18 suínos cada. No sistema de creche, os números foram inferiores, em função dos maiores cuidados que a criação necessita. Assim, a cada pocilga foram contabilizados cerca

de 10 cabeças de suínos. Identificou-se creches com média de 100 cabeças, até mesmo com capacidade para 480, variando a partir da disponibilidade do produtor e o tamanho do chiqueiro.

Visualizou-se que a força de trabalho utilizada também era familiar, sendo esta umas das características que ainda se manteve desde o início da criação de suínos no processo de colonização. Embora algumas pocilgas já possuam tecnologia para fornecer o alimento até os animais, é necessário sempre supervisão do produtor para reposição dos alimentos.

Neste aspecto, salientou-se que a alimentação acontecia a partir de rações que são fornecidas pela empresa, ou seja, vindas do município de Encantado. Em alguns casos, ocorria a complementação com o uso do farelo do milho produzido no próprio estabelecimento.

De todos os rebanhos e criatórios destacados neste trabalho, percebeu-se que os suínos denotaram menor adesão por parte dos agricultores guaporenses, uma vez que a escassez de força de trabalho compromete o desenvolvimento da atividade. Além de que, são recorrentes os altos investimentos e os compromissos estabelecidos para com a empresa integrada com um mercado que não demonstra estabilidade.

6.5 PERSPECTIVAS PARA O ESPAÇO AGRÁRIO

A Geografia, enquanto ciência que prioriza as investigações sobre as dinâmicas socioespaciais e ambientais, possibilita que o olhar sobre os diferentes aspectos geográficos não seja estanque. Assim, permite entender os fenômenos a partir de uma forma que objetiva compreender o dado momento, mas sobretudo, estabelecer caminhos e possíveis mudanças.

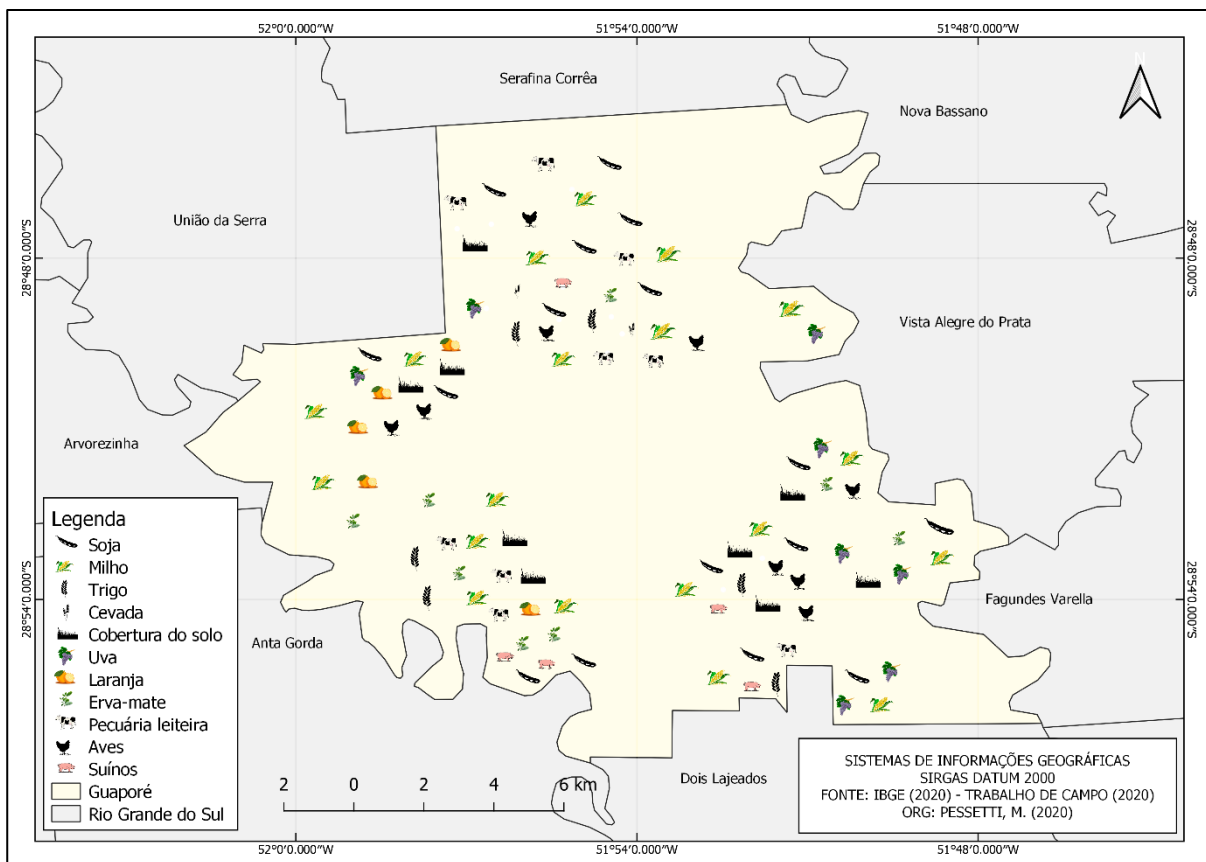
Entender a organização do espaço geográfico através da atuação das cadeias produtivas e das características inerentes aos estabelecimentos rurais, além de possibilitar o entendimento da dinâmica do espaço agrário, permite que o pesquisador estabeleça perspectivas, identificando potencialidades para o desenvolvimento local.

Ademais, antes de abordar as perspectivas observadas e as potencialidades destacadas ao longo do trabalho de campo, cabe frisar a característica que mais se tornou evidente até o presente momento. Não há dúvidas de que o espaço agrário de Guaporé desempenha papel fundamental para o seu desenvolvimento local, bem

como, para o desenvolvimento regional, haja visto que estabelece relações e se articula regionalmente por meio de sua matriz produtiva, da necessidade de força de trabalho e da assistência técnica, agrônômica, veterinária, entre outras.

Observando o Mapa 10 e considerando a natureza de cada uma das distintas atividades produtivas, é possível perceber que o município se estabelece em uma área de encontro entre dois sistemas de produção bem definidos. Por meio da sua organização do espaço, percebe-se que sua matriz produtiva apresenta características inerentes a um sistema agropecuário empresarial, com cadeias produtivas atuantes e presentes em grande parte dos estabelecimentos rurais, dinamizando constantemente e fazendo com que Guaporé contribua significativamente para o seu desenvolvimento local e regional. Neste caso, enfatiza-se o papel das cadeias produtivas da soja, bovinocultura leiteira, avicultura e laranja.

Mapa 10 – Organização do espaço agrário de Guaporé pelo viés das atividades produtivas



Org: PESSETTI, M. (2020).
 Fonte: Trabalho de Campo (2020).

No segundo sistema produtivo, embora, também, esteja relacionado à transformação e comercialização local e regional, é possível encontrar vínculos culturais que, por meio do desenvolvimento das lavouras de milho, uva, erva-mate e da criação de suínos, estabelecem-se como resquícios de um passado colonial, atrelado à imigração italiana e à cultura do gaúcho. Salienta-se que, por apresentarem esta relação sociocultural, não significa serem desenvolvidos nos moldes tradicionais, mas sim, que ao longo do tempo, com o advento da tecnologia, foram incorporadas a um sistema de produção mecanizado, encontrando fatores que favoreceram a sua permanência na matriz produtiva municipal.

Contraditoriamente, na medida em que ocorre a expansão da lavoura empresarial de soja, o município de Guaporé demonstra o fortalecimento de lavouras permanentes, como a uva, laranja e a erva-mate, indicando que o aumento nos números da sojicultura se deu, majoritariamente, sobre áreas voltadas ao milho e pastagens. Salienta-se que não devem ocorrer mudanças significativas na matriz produtiva, em vista de que os agricultores reforçaram, em suas falas, que não pretendem substituir produtos, somente em casos do setor demonstrar novas perspectivas de incremento, denotando assim, que o agricultor guaporense se mantém atento às novas tendências produtivas.

De modo particular, a retomada da participação do milho, ocorrida entre 2017 e 2019, permite afirmar uma tendência a um equilíbrio entre as duas principais cadeias produtivas nos próximos anos. Neste caso, considera-se a agregação de valor através da construção dos silos de armazenamento e secagem nos estabelecimentos, o principal fator de contribuição, nesse sentido.

A Emater, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura Municipal, estabeleceram as metas para o setor agrário, por meio da elaboração de um documento institucional, o qual pôde ser acessado durante as entrevistas. Neste, foram identificadas as seguintes metas: aumento da fruticultura (laranja e uva); consolidação da produção de erva-mate; incremento na construção de silos de armazenamento nas propriedades; possibilitar o crescimento de estabelecimentos com integração de suínos e aves; estimular a diversificação da matriz produtiva; manter políticas de incentivo e apoio a população jovem; e, atingir 35% na participação do Produto Interno Bruto do município. (EMATER, 2020).

Sobre as cadeias produtivas, as metas constatadas foram as seguintes: promover um crescimento superior a 15% na produção de uva, estabelecendo cerca de 300 ha; incrementar em 33% os pomares de laranja, totalizando um montante de 200 ha; acréscimo de 40% nos ervais, consolidando assim 350 ha; e, por fim, desenvolver o cultivo de frutas tropicais, como abacate e goiaba, em função das potencialidades climáticas. Todas as ações devem ser efetivadas considerando a preservação das características naturais, especialmente o solo e hidrografia. (EMATER, 2020).

Outra meta evidenciada refere-se à implementação do turismo rural, como uma alternativa para o desenvolvimento rural. (EMATER, 2020). Destaca-se que, devido a sua formação socioespacial, histórica e física, o município de Guaporé apresenta um grande potencial para o estabelecimento de rotas turísticas no meio rural, especialmente relacionadas às suas paisagens naturais, elementos históricos como capitéis, casarões, cemitérios, entre outros, que corroboram para a organização do espaço da municipalidade.

Averiguou-se que os investimentos futuros devem-se restringir às atividades agropecuárias, o que indica que a pluriatividade ainda é um caminho a ser percorrido no município. Quando questionados sobre os motivos para os investimentos, a maior parte eram sobre aquisição de maquinários para aumento da produtividade através do crescimento das áreas cultiváveis, bem como, da ampliação dos criatórios de aves, suínos e pecuária leiteira. Uma minoria salientou que nos últimos anos foram feitos investimentos na área urbana, por meio da abertura do comércio e compras de terrenos.

No que se refere ao aspecto produtivo, percebeu-se que 55% dos agricultores alegaram a pretensão em aumentar a produção, mediante a abertura de novas áreas suscetíveis ao cultivo, através do arrendamento e compra de novos estabelecimentos rurais. Tal constatação reforça o fato destacado no parágrafo anterior de que ainda não existe uma cultura atrelada ao desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Os demais, 45%, não pretendiam aumentar a sua produção, justificaram sua fala a partir dos problemas enfrentados nos últimos anos no desenvolvimento das atividades agropecuárias, especialmente com relação a falta de força de trabalho, o envelhecimento da família e os altos investimentos exigidos pelo mercado. Um ponto expressivo neste grupo refere-se ao fato de terem evidenciado o encarecimento dos arrendamentos, que se tornou um fator determinante, impedindo que pequenos

agricultores tornassem arrendatários. Destacou-se que o arrendamento se apresenta de maneira concentrada aos agricultores de grande poder aquisitivo, os quais passam a aumentar os preços e lucrar cada vez mais sobre as áreas agrícolas de Guaporé.

Sobre um possível abandono das atividades ligadas ao setor agropecuário, 80% dos entrevistados declararam que não pretendiam deixá-las. Os mesmos destacaram que, embora tenham passado por dificuldades, os rendimentos se mostraram suficientes para que pudessem se manter nos últimos anos. Deste modo, averiguou-se a vocação que o município de Guaporé possui nas atividades agrárias, embora ocupe lugar secundário em relação ao setor industrial e comercial.

Através das informações disponibilizadas pelas lideranças municipais, bem como, pelos agricultores entrevistados, foi possível estabelecer os municípios que estão diretamente ligados à dinâmica do espaço agrário de Guaporé, identificando suas funções e importância para a consolidação das cadeias produtivas desenvolvidas na municipalidade em estudo. (TABELA 14).

Salienta-se que, embora a diversificação de sua matriz produtiva acompanhe a tendência dos municípios inseridos na região serrana do Rio Grande do Sul, seu desenvolvimento acontece por meio da articulação com unidades municipais de outras regiões, como a região norte, oeste, central, entre outras, os quais fornecem força de trabalho, assistência e ampliam a participação das cadeias produtivas na sua dinâmica espacial.

A partir das perspectivas e das potencialidades evidenciadas, destaca-se a diversificação agrícola como uma das marcas da organização do espaço agrário de Guaporé, a qual vem se tornando uma das estratégias adotadas pelos agricultores para permanência no espaço agrário. A geração de renda por meio de diferentes cadeias produtivas, assegura que os sujeitos estejam constantemente inseridos no mercado local e regional, logo, possibilitando o retorno financeiro a curto prazo. A partir da análise das informações quantitativas e qualitativas, percebe-se que o município se tornou referência no contexto regional no aspecto da diversificação das atividades agrícolas.

Tabela 14 – Municípios articulados com Guaporé/RS e sua função

Municípios	Assistência	Cadeias Produtivas	Força de trabalho
Anta Gorda		x	x
Arvorezinha		x	
Bento Gonçalves	x	x	
Catuípe			x
Dois Lajeados	x		x
Encantado	x	x	
Fagundes Varella	x		
Ilópolis		x	x
Itacurubi			x
Itapuca		x	
Marau	x	x	
Montenegro		x	
Muçum			x
Nova Araçá	x	x	
Nova Petrópolis		x	
Palmeira das Missões			x
Passo Fundo	x	x	
São Borja			x
Serafina Corrêa		x	x

Org: PESSETTI, M. (2020).

Fonte: Trabalho de Campo (2020).

As relações e comunicações entre os sujeitos que atuam na dinâmica do espaço agrário para com as lideranças municipais é uma constante. Nos últimos anos, estreitaram-se relações através de grupos em redes sociais, onde os integrantes compartilham informações e saberes do setor agrário, bem como, estão em contínuo diálogo com os profissionais ligados à assistência.

Os indicativos constatados na análise das cadeias produtivas, apontam para o fortalecimento da diversificação agrícola para os próximos anos, mesmo que o município demonstre a expansão da lavoura empresarial da soja. Esta, por sua vez, não deve suprimir as demais lavouras, em vista das estratégias que estão sendo adotadas juntos as lideranças, bem como, pela tradição da municipalidade ligada às distintas cadeias produtivas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, objetivou-se compreender os processos responsáveis pela reorganização do espaço agrário do município de Guaporé entre 2006 e 2020. O desenvolvimento desta investigação, possibilitou entender a importância que o espaço agrário possui para o seu desenvolvimento local, bem como, estabelecer as principais mudanças na sua matriz produtiva, além de apontar perspectivas para o seu desenvolvimento.

No que tange em ***analisar o processo de modernização da agricultura no município***, a modernização das atividades agropecuárias, através da aquisição de maquinário e uso de agrotóxicos, teve como principal fator a expansão da produção de grãos. Quanto aos maquinários agrícolas, os tratores foram os que demonstraram maior presença nos estabelecimentos visitados, por conta de estarem relacionados à diferentes atividades agropecuárias. A aquisição dos mesmos aconteceu por intermédio de financiamentos para investimentos através do Programa de Fortalecimentos da Agricultura Familiar – PRONAF. Plantadeiras e colheitadeiras, em virtude de seus usos serem relativos ao plantio e colheita de grãos, intensificaram a modernização da agricultura em Guaporé. O aumento no uso de insumos impulsionou, também, o crescimento no número de adubadeiras nos estabelecimentos.

A respeito da utilização de insumos (químicos e biológicos), os agricultores entrevistados destacaram a necessidade constante do uso, para que possam, assim, desfrutar de índices de produtividades superiores, especialmente por estarem sujeitos à dinâmica climática, que se constituiu como um dos principais entraves. O acréscimo no uso de agrotóxicos nas lavouras foi favorecido pela produção de grãos, além dos mesmos serem recomendados pela assistência local.

Os investimentos e custeios realizados nos últimos anos aconteceram através da inserção no PRONAF, que se configura como principal meio de crédito rural no município. A contratação de crédito ocorreu no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Brasil e de maneira mais expressiva, na Cooperativa Sicredi, por demonstrar maior proximidade com os agricultores.

Percebeu-se que a disponibilização de assistência está presente em todos os estabelecimentos, podendo ser tipificada em três grupos: técnica, agrônômica e veterinária. A técnica vincula-se à prestação de serviços para o melhoramento de

equipamentos, espaços para os rebanhos e criatórios, serviços mecânicos, entre outros, sua contratação acontece por vezes integrada às agroindústrias, ou de maneira particular. Os profissionais da agronomia prestam serviço a respeito dos desenvolvimentos das lavouras, sendo na sua maior parte, disponibilizados pelos silos locais e/ou EMATER. A assistência veterinária está vinculada aos rebanhos da bovinocultura leiteira e acontece, principalmente, quando as vacas se encontram em período de parição.

As políticas públicas locais, foram pensadas para possibilitar a reprodução social dos agricultores, principalmente à população jovem. Destacou-se a lei de incentivo à população rural jovem, visto que isenta o pagamento de 15% dos financiamentos realizados junto ao PRONAF. Já a disponibilização das “horas máquinas”, refere-se a devolutiva de valores, a partir da comprovação do desenvolvimento das atividades produtivas. A devolução deve ser utilizada para a contratação de serviços necessários para o estabelecimento, como terraplanagem, serviços de maquinários, entre outros.

Assim sendo, constatou-se que os estabelecimentos agropecuários estão em pleno processo de modernização. Todavia, os maquinários que exigem maiores investimentos, como as colheitadeiras, encontram-se concentrados nos agricultores com recursos, os quais utilizam-se destas para o fornecimento do serviço de plantio e colheita, fator que favoreceu o incremento da lavoura empresarial da soja em Guaporé. Destaca-se, então, que a modernização da agricultura vem acontecendo, mas de maneira mais lenta nos pequenos estabelecimentos.

No que consiste em ***descrever as transformações na estrutura agrária e no uso da terra nos estabelecimentos agropecuários***, foram contempladas variáveis inerentes ao número e tamanho dos estabelecimentos, utilização das terras por grupo de atividade, relações e condição do produtor. Deste modo, como na maior parte dos municípios localizados na metade norte do Rio Grande do Sul, Guaporé apresenta uma estrutura agrária fundamentada por pequenos estabelecimentos rurais, particularmente constituídos no grupo de área de 20 a 50 ha. Todavia, identificou-se que os mesmos demonstraram redução em número e área, simultaneamente ao crescimento dos médios e grandes estabelecimentos. Neste aspecto, destacou-se que na escala temporal analisada, as transformações no perfil dos estabelecimentos guaporeneses se relacionam com as mudanças na matriz produtiva, especialmente

em função da expansão da lavoura empresarial da soja, que nas suas origens, se desenvolve em grandes áreas.

De modo geral, as terras utilizadas pelos estabelecimentos se referem às lavouras (permanentes e temporárias), pastagens, matas e florestas. A respeito das lavouras, observou-se um incremento das culturas temporárias (soja, em sua maioria), as quais passaram a estar presentes em grande parte do território guaporense. Nas produções permanentes, embora tenham demonstrado redução em área, percebeu-se o fortalecimento de algumas cadeias produtivas, como a uva, laranja e erva-mate.

As pastagens, que respondem pela criação do gado a pasto, demonstraram os maiores decréscimos, se comparados aos demais usos, devido a concentração das atividades vinculadas à produção do leite, bem como pela expansão da soja sobre as áreas. Por fim, o grupo que corresponde as matas e florestas apresentou um pequeno incremento nos números, em função do aumento das legislações ambientais, além da expansão da silvicultura.

A principal condição de produtor identificada foi a de proprietário, muito embora tenha demonstrado um decréscimo entre 2006 e 2017, devido ao incremento do mercado do arrendamento voltado à produção de grãos, sendo este um dos impactos e características das áreas que presenciam a expansão das lavouras empresariais. Destaca-se que a força de trabalho utilizada para o desenvolvimento das atividades agropecuárias é a familiar, mas complementada com a assalariada temporária nos períodos de colheita.

No que se refere ao objetivo ***caracterizar a dinâmica da produção agropecuária e das principais cadeias produtivas e o seu papel na organização espacial***, a diversificação das atividades agropecuárias é uma das principais características do município, a qual pôde ser constatada em campo, em decorrência da matriz produtiva que estrutura os estabelecimentos visitados. As principais transformações no espaço agrário de Guaporé, aconteceram através da dinâmica de suas cadeias produtivas, que apresentaram particularidades quanto a sua atuação e nível de importância.

A cadeia produtiva da soja foi a lavoura que demonstrou maior expansão, entre 2006 e 2020, demonstrando um crescimento contínuo entre os anos de 2006 a 2016. Neste período, o município vivenciou a perda de área de cadeias produtivas tradicionais, que foram afetadas diretamente pelo incremento da sojicultura, a

exemplo do milho e das áreas de pastagens, destinadas para o gado leiteiro. Além da valorização no mercado externo, que possibilitou superar os rendimentos da soja para com o milho, a falta de força de trabalho e a possibilidade de contratação de serviço terceirizado para plantio e colheita, corroboraram para o aumento da participação da soja na matriz produtiva municipal. Evidencia-se que sua logística e comercialização acontece com empresas locais, as quais fornecem insumos e assistência agrônômica.

A produção de milho também é importante na matriz produtiva de Guaporé, a qual sofreu expressivo impacto com a expansão da lavoura da soja. A milhocultura além de ser considerada uma produção agrícola tradicional, e que está vinculada à formação socioespacial guaporense, desempenha papel importante na estruturação de outras cadeias produtivas, como a bovinocultura leiteira, em decorrência de ser matéria prima para a elaboração da silagem, tal como a produção de farelo, que alimenta os criatórios de suínos e aves.

Diante da constatação da redução de área colhida, principalmente entre 2006 e 2016, as lideranças municipais passaram a direcionar suas estratégias para o fortalecimento da produção de milho, entendendo que esta, além de ter importância econômica, possui apelo cultural e identitário, visto que compõe a matriz produtiva de Guaporé desde o início de sua formação. Deste modo, passou-se a incentivar e investir na construção dos silos de armazenagem e secagem própria nos estabelecimentos rurais. Tal medida vem possibilitando aos agricultores uma agregação de valor no grão do milho, de aproximadamente 20%, fazendo com que os rendimentos por hectare se equilibrem, comparados com a produção de soja. Os resultados do incentivo foram imediatos, em função de que entre 2017 e 2019, os números de área colhida da milhocultura passaram a crescer e retomar sua participação mais efetiva. Destaca-se que sua comercialização acontece diretamente com as empresas locais e regionais.

As culturas agrícolas de inverno (trigo, aveio e cevada) desempenham papéis diferenciados na organização espacial de Guaporé. A triticultura, por exemplo, entre os anos de 2014 e 2016, apresentou crescimento em área colhida e quantidade produzida, num primeiro momento, devido ao fato das agroindústrias de integração vinculadas à pecuária leiteira solicitarem o desenvolvimento e elaboração da silagem do trigo, para que se tornasse um complemento na alimentação. Todavia, devido a sua baixa produtividade e por ser uma cultura agrícola que demonstra fragilidade em relação as intempéries climáticas, perdeu área novamente a partir de 2018.

A funcionalidade da aveia durante o inverno está relacionada com a proteção do solo e sua manutenção, haja visto que as culturas temporárias de verão (soja e milho), são exploradas intensivamente em Guaporé, sendo assim, seu uso é recomendado para que o solo se fortifique para os próximos anos. Por vezes, o gado leiteiro é solto nessas áreas para utilizar-se da aveia como complementação de alimento. Devido ao fato de não ter vínculo com a comercialização, não existem dados disponíveis em área colhida e quantidade produzida.

Das três lavouras de inverno, a cevada foi a que demonstrou maior perspectiva de incremento para os próximos anos, haja visto que sua entrada na organização espacial é recente, mas já muito significativa, com área superior a 100 hectares colhidos. Além de possibilitar a proteção do solo durante o inverno, a cevada apresenta possibilidade de comercialização com os silos locais, tornando-se, assim, um incremento na renda dos agricultores durante o inverno.

No que se refere as lavouras permanentes, destacou-se o cultivo da uva, erva-mate e laranja. A presença das videiras em Guaporé é significativa, com área colhida superior a 200 ha. Entretanto, devido ao fato de os primeiros colonizadores da área terem direcionado sua matriz produtiva para a produção de grãos, desempenha papel secundário na participação produtiva da municipalidade. Um dos grandes desafios enfrentados pelos vitivinicultores, tangencia a falta de força de trabalho para a colheita das uvas, que por vezes impõe a contratação de trabalho assalariado temporário.

Outra questão que chamou a atenção, trata-se do seu plantio ocorrer em áreas próximas ao desenvolvimento da soja, uma vez que nesta cultura temporária, utiliza-se o agrotóxico 2-4-D, que devido a suas propriedades, prejudica os parreirais, podendo comprometer a produtividade. Alguns produtores, destacaram a ocorrência de conflitos entre vizinhos, em função destas práticas. Infere-se que sua produção está vinculada ao eixo Bento Gonçalves - Caxias do Sul, municípios que possuem tradição no cultivo.

Os ervais ocupam a segunda posição frente as cadeias produtivas permanentes, estando concentrados na porção oeste de Guaporé, onde dividem espaço com a laranja, milho para silagem e a pecuária leiteira. Seu cultivo está vinculado com a produção da erva para o consumo do chimarrão e derivados, como chás e produtos medicinais. A colheita faz uso, na sua maioria, da força de trabalho familiar e assalariada, sendo comercializada para os centros regionais (Ilópolis,

Itapuca e Arvorezinha), que possuem as ervateiras e são destaque no mercado. Sua área colhida atual não ultrapassa os 160 hectares, porém os produtores demonstram otimismo e perspectiva de crescimento, em função da rentabilidade ser superior ao da produção de grãos.

A respeito do desenvolvimento das laranjas, sua ocorrência concentra-se na porção oeste, igualmente como a erva-mate. Apesar de ser a lavoura permanente com menor área, se comparada com a uva e erva-mate, é a que demonstrou um maior rendimento e incremento da renda dos produtores. Seu crescimento, entre 2006 e 2019, foi contínuo, apresentando, atualmente, números próximos aos 135 hectares colhidos. Como nas demais culturas permanentes, sua colheita acontece via contratação de força de trabalho temporária, vinda de distintos municípios. A comercialização ocorre com municípios detentores de empresas que processam e transformam em suco, destacando-se Montenegro, Bento Gonçalves e Anta Gorda.

De maneira geral, as lavouras permanentes apresentam tendência a fortalecimento na dinâmica espacial de Guaporé, bem como, são as culturas que estão vinculadas à contratação de força de trabalho temporário para a colheita, em função de que esta etapa é realizada manualmente. O incremento em área ocorreu por meio da contratação do crédito rural de natureza para investimento, fator que corroborou para o aumento. Salienta-se que a diversificação agrícola e o incentivo para produção de culturas permanentes, são dois princípios das lideranças municipais.

Os rebanhos guaporenses estão estruturados a partir de três criatórios: pecuária leiteira, avicultura e suínos. Todos se desenvolvem a partir do sistema de integração com agroindústrias regionais, destacando municípios como Serafina Corrêa, Encantado, Nova Araçá, Passo Fundo e Marau. Também, nestas, encontram-se disponíveis a assistência técnica e veterinária, em caso de necessidade dos agricultores integrados.

Particularmente, falando da pecuária leiteira, esta ocupa a primeira posição com relação aos demais criatórios. A criação do gado, na maior parte, acontece a pasto, com o incremento de rações fornecidas pelas empresas, bem como, com a elaboração da silagem a partir do milho. De modo geral, a produtividade do leite vem crescendo e se tornando cada vez mais concentrada em um número menor de estabelecimentos, uma tendência que acompanha as transformações da cadeia produtiva a nível nacional.

Foi possível observar que a produção de leite apresentou os maiores investimentos na utilização da tecnologia, principalmente com relação as ordenhadeiras. Uma minoria de produtores vem investindo no sistema de confinamento, com a aplicação de valores superiores a R\$ 1,000,000. A produtividade no confinamento alcança a marca de 50 litros por vaca ordenhada, em contrapartida à criação a pasto, que apresenta números médios entre 28 a 30 litros. Um dos motivos que ainda favorecem a continuidade expressiva das atividades leiteiras, refere-se ao fato de que sua renda é gerada mensalmente, e não apenas durante determinados períodos, como as lavouras.

A respeito da avicultura, a mesma vem sendo incrementada no efetivo de cabeças de galináceos, em função do aumento de estabelecimentos que investiram nesta atividade nos últimos anos. As empresas localizadas em diferentes municípios da região, seguidamente abrem editais para a instalação de novos empreendimentos de avicultura em Guaporé, possibilitando uma maior participação na matriz produtiva. Evidencia-se que ela se desenvolve através do fornecimento de rações pelas agroindústrias integradas, bem como, utilizando-se da força de trabalho familiar. A cadeia produtiva em questão apresenta tendência de aumento, uma vez que as lideranças municipais estão em constante articulação com as empresas e produtores, além de que sua renda se torna quase que mensal, fazendo com que os rendimentos dos estabelecimentos não dependam apenas das lavouras.

A suinocultura foi a que demonstrou maior decréscimo no efetivo de cabeças entre 2006 e 2020. Um dos fatores que contribuiu para a perda de participação, relaciona-se a falta de força de trabalho, uma vez que a criação de suínos exige maior acompanhamento. Foram identificados dois sistemas de criação, a creche e a terminação, que, embora sejam desenvolvidos em estabelecimentos diferentes, fazem parte de todas as etapas encadeadas na dinâmica da cadeia produtiva. Entre 2019 e 2020, ocorreu a abertura de novos editais para a suinocultura, o que indica uma pequena retomada nos números para os próximos anos.

Analisando as diferentes cadeias produtivas estruturantes de Guaporé, percebeu-se sua vocação para a diversificação agrícola, que se materializa através dos incentivos públicos, bem como pela necessidade de garantir diferentes formas de obtenção de renda. Neste aspecto, destaca-se que, embora no início da investigação teve-se como pressuposto os impactos decorrentes da expansão da soja, percebeu-

se que seu papel na dinâmica produtiva é de complementariedade. A maior participação da cultura agrícola em questão, não significou uma total reestruturação produtiva, pelo contrário, possibilitou que as lideranças municipais, apoiadas pelos agricultores, estabelecessem estratégias para fortalecer as demais culturas, de modo especial a produção de milho, num primeiro momento impactada pela soja e, posteriormente, com o fortalecimento das culturas permanentes.

Por fim, em ***identificar as perspectivas para o desenvolvimento do espaço agrário***, percebeu-se que os estabelecimentos reforçaram que nos próximos anos ocorrerá a expansão das atividades agropecuárias, haja visto que os agricultores, em sua maioria, não pretendem deixá-las. Os mesmos destacaram, também, futuros investimentos em disponibilidade de maquinário, bem como no aumento da área das lavouras, especialmente as culturas permanentes, uva, laranja e erva-mate. A partir das constatações feitas, é possível afirmar que a pluriatividade (atividades não-agrícolas), ainda não se encontra nas pautas de futuros investimentos, embora Guaporé demonstre potencial para tanto, especialmente, devido ao seu espaço agrário apresentar paisagens e marcas históricas na sua constituição.

Para chegar a consolidação das cadeias produtivas, foram traçadas metas junto as lideranças municipais, as quais evidenciaram a potencialidade para a consolidação e aumento da participação da fruticultura (laranja e uva), bem como dos ervais. Além de que, tem-se como perspectiva, o incremento nos números do Produto Interno Bruto (PIB), fazendo com que as atividades do setor respondam por 35% entre todas as demais atividades econômicas desenvolvidas.

Guaporé se apresenta como uma peculiaridade em seu contexto regional, haja visto que na medida em que ocorre a expansão da soja, simultaneamente observa-se o fortalecimento de outras cadeias produtivas, evidenciando assim, que as lideranças municipais juntamente com os agricultores, buscam fazer com que o espaço agrário municipal apresente distintas possibilidades de geração de renda para os agricultores. Através das medidas e das ações tomadas, os impactos decorrentes da expansão da soja presenciados em outros contextos regionais e locais, puderam ser amenizados e, também, serviram de motivação para o estabelecimento de estratégias para a continuidade das distintas atividades produtivas.

Finalizando, a partir dos desdobramentos evidenciados pela pesquisa, é possível estabelecer sugestões para investigações futuras, para que as questões agrárias sejam aprofundadas e compreendidas dentro do contexto local e regional.

Assim, sugere-se: a) aprofundar as questões a respeito da construção dos silos de armazenagem e secagem do milho como estratégia de permanência da agricultura familiar frente a expansão da soja; b) compreender o fortalecimento da fruticultura como um processo contraditório em um período de aumento da área colhida da soja; c) entender as continuidades e rupturas dos sistemas agrários vinculados às lavouras empresariais e de caráter colonial na região de Guaporé; e, d) analisar a organização do espaço agrário através das redes que corroboram para a dinâmica local/regional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Campinas: Hucitec, 1992.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UNB. 2007. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAXIAS DO SUL. **Mapa da Colônia de Guaporé – 1926**. Disponível em <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/museus/museu-municipal-de-caxias-do-sul>. Acesso em dezembro de 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

ARIEIRA, Jailson de Oliveira. **Fundamentos do agronegócio**. Santa Catarina: Editora Uniasselvi, 2017.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Mapa do município de Guaporé**. 1926. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>>. Acesso em janeiro 2020.

ASSOCIAÇÃO DE BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS DE MILHO. **Estatísticas**. 2020. Disponível em <<http://www.abimilho.com.br/estatisticas>>. Acesso em setembro de 2020.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Coordenação e Planejamento**. Porto Alegre: SCP, 4^o ed, 2019.

AUDIGIER, François. **La construction de l'espace géographique**: Propos d'étape sur une recherche en cours. REVUE DE GEOGRAPHIE DELYON VOL 67 2/92.

BALBINOT, Gionavi. **Desenvolvimento econômico do município de Guaporé: A agroindústria da banha e do couro**. 2014. 167 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. **A Colônia Guaporé: configuração territorial, política e econômica (1892 – 1940)**. Porto Alegre: EST Edições, 2020.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2011. 190 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BEZZI, Meri Lourdes. **São Borja - transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização**. 1985. 222 p. Dissertação (Mestrado em organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

_____. **Regionalização geoeconômica para o Estado do Rio Grande do Sul**. (Relatório de Pesquisa/PROADE 2- FAPERGS, Departamento de Geociências, NERA, 2006. (Inédito).

BEZZI, Meri Lourdes; MARAFON, Gláucio José. **Historiografia do pensamento geográfico**. Santa Maria: Departamento de Geociências, CCNC, Curso de Geografia, 2007.

BRUM NETO, Helena. **Região cultural: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. 2007. 319 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

_____. **Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul**. Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

_____. Os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. **Estudos de Geografia Cultural no Rio Grande do Sul**. 1. Ed. Santa Maria: Editora Oikos. 2017. p. 11-36.

BRUM, J. A. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1988.

CAMINHOS DE GUAPORÉ. Acervo fotográfico. Disponível em <<http://www.caminhosdeguapore.com.br/>>. Acesso em dezembro de 2019.

CANCELIER, Janete Webler. **A produção de porongos como uma estratégia para a reprodução social da agricultura familiar no distrito de Arroio do Só/Santa Maria/RS**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

CARGNIN, M. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

CARGNIN, Mônica; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A influência das relações do campo e cidade sob a ótica da modernização na agricultura. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.

CARVALHO, Diane Mendonça de; COSTA, Jozé Eloízio da. Cadeias produtiva e comercialização agrícola no Brasil. **GEONORDESTE**, Ano XXIV, n.2, 2013.

CASSOL, Kelly Perlin. **A territorialização da vitivinicultura no município de Dom Pedrito/RS**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2019.

CHALÉARD J. L. Les grandes mutations des territoires ruraux dans les pays du Sud: problèmes et enjeux. In: RAKOTO RAMIARANTSOA H; THIBAUD B. **Ruralité Nordsud: inégalités, conflits, innovations**. Paris, L'Harmattan, p. 19-30.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: reconfigurações territoriais e expressões de re-territorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2009

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, jan. 2011.

CRISTOFOLLETI, Antonio. Definição e objeto da Geografia. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 8, nº 15/16, out de 1983, p. 1-28.

CURTIS, Maria Luiza Lessa. Povoamento no Rio Grande do Sul. **Revista Fundação de Economia e Estatística**, 1963, p. 32-39.

CUNHA, Roberto César Costa. **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no sul do Maranhã**. 2015. 221p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DALLANÔRA, Ivani. **A organização do espaço rural de Pinhal Grande/RS: Potencialidades e desafios da agricultura familiar**. 2018. 163p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

DE BONI; Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, Editora Vozes Ltda, 1982

DE DAVID, Cesar. **Estratégias de reprodução social em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____. **O processo de modernização da agricultura e a constituição do Complexo Agroindustrial no município de Cruz Alta – RS**. Monografia de Especialização (Especialização em Geociências), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

DE DAVID, Cesar; CORRÊA, Walquiria Kruger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 até os dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 23-43, jan./jun. 2002

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001

EDELBRA. **Dicionário de língua portuguesa**. São Paulo, Emp. Ed. Irradiação, 1995.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007, p. 49-67

_____. A cidade e o campo. In: SPOSITO, Eliseu Savério; DA SILVA; Charlei Aparacido; SANT'ANNA NETO, João Lima; MELASSO, Everaldo Santos. **A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2016, p. 211-232.

EMATER. **Perspectivas e estratégias para o setor rural de Guaporé/RS**. Guaporé: Relatório de planejamento, 2020.

EMBRAPA. **Cadeias produtivas**: roteiro para estudos de sistemas agroalimentares. 1 ed. Londrina: Embrapa Soja, 2002.

_____. **Safra da Uva 2016**: O que está acontecendo? Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/9103859/artigo-safra-da-uva-2016----o-que-esta-acontecendo#:~:text=Imprimir%20Artigo%3A%20Safra%20da%20uva%202016%20%2D%20o%20que%20est%C3%A1%20acontecendo%3F&text=Est%C3%A1%20ocorrendo%20uma%20das%20safras,do%20Rio%20Grande%20do%20Sul.&text=Com%20as%20chuvas%20mais%20recentes,diminui%C3%A7%C3%A3o%20de%20a%C3%A7%C3%BAcar%20das%20uvas..> Acesso em outubro de 2020.

_____. **Milho safrinha**. Disponível em <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONT000fya0krse02wx5ok0pvo4k3mp7ztkf.html#:~:text=O%20milho%20safrinha%20%C3%A9%20definido,%2C%20mais%20recentemente%2C%20Minas%20Gerais..> Acesso em outubro de 2020.

_____. **Módulos fiscais**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em dezembro de 2019.

_____. **Milho**: caracterização e desafios tecnológicos. 2019. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/195075/1/Milho-caracterizacao.pdf>> . Acesso em setembro de 2020.

ERTHAL, Rui. REVISTA GEO-PAISAGEM, Os complexos agroindustriais no Brasil – seu papel na economia e na organização do espaço, 2006. **Revista geo-paisagem** (on line) Ano 5, nº 9, 2006. Janeiro/Junho de 2006

FALCADE, Ivanira. As indicações geográficas e a reorganização do espaço rural brasileiro. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

FEPAM. **Biblioteca digital**: base cartográfica digital. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp>. Acesso em agosto de 2019.

FERRARI, Eliandro. **Os potenciais da cadeia produtiva da erva-mate como fator de desenvolvimento regional sustentável do Médio Alto Uruguaí do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Transformaciones en el Brasil agrário em las fases neoliberales y posneoliberales: construyendo una política agrária para un desarrollo sustentable. In: RUBIO, Blanca (Coord) **América Latina en la mirada Las transformaciones rurales en la transición capitalista**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2018.

FERNANDES, Herlon. **Desafios da Suinocultura Catarinense: Protecionismo, restrições e União Europeia**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GABBI, Jossana Viviane. **A contribuição cultural dos imigrantes alemães na história de Panambi**: As principais festividades e formas de lazer. Monografia (Graduação em História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, 2014.

GASTARDELO, Tiane Alves Rocha; MELZ, Laércio Juarez. A SUINOCULTURA INDUSTRIAL NO MUNDO E NO BRASIL. **Revista UNEMAT de Contabilidade**. Volume 3, Número 6 Jul./Dez. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIRELLI, Giovani. **A transformação de Guaporé**: Evolução urbana e memórias. 1 ed. Guaporé: Editora Engenho e Comunicação, 2003.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

GOTTMANN Jean. De l'organisation de l'espace. Considérations de géographie et d'économie. In: **Revue économique**, volume 1, n°1, 1950. pp. 60-71;

GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República**, Poder executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 5 jun. 2019.

GRAZIANO. J.; DEL GROSSI, M. E. O que há de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. V. 19. n. 1. Pág 37-67. 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Instituto de economia, 1998.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. Londres: Edward Arnold e Baltimore; John Hopkins University Press. 1973.

_____. O espaço como palavra-chave. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152

IBRAMATE. **Diagnóstico da cadeia produtiva da erva-mate no estado do Rio Grande do Sul**. 2018. Disponível em: <http://ibramate.com.br/wp-content/uploads/2018/05/DIAGN%C3%93STICO-DA-EM-DO-RGS-doc-final-revista.pdf>. Acesso em novembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Censo Demográfico 1970**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Censo Demográfico 1980**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/guapore/panorama>>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Divisão Regional em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas**. IBGE, Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Malhas digitais**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

INCRA. **Módulos fiscais**. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>>. Acesso em dezembro de 2019.

KARAM, Eliane Maria Cinsoli. **Raízes da Colonização**: em destaque a colônia de Guaporé e o município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAGS, 1992.

INPE. **Topodata**: Altitude. Disponível em: <<http://www.webmapit.com.br/inpe/topodata/>>. Acesso em setembro de 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 3º ed. Brasília: Brasiliense, 1981.

KOZENIESK, Éverton de Moraes. **A produção do espaço rural**: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Porto Alegre, 2016.

_____. Considerações sobre a modernização da agricultura. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (Org). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios. 1 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2001

LIMA, Alex de Souza. Globalização: influências das técnicas e tecnologias na organização do espaço e meio ambiente. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO v. 1, n. 2 dez/2007 p.42-58

MANTELLI, Jussara. **Evolução e Tendências do Setor Agrário na Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. 2001. 200 p. Doutorado (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

MARAFON, Gláucio. Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial do Brasil. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p 7 – 21, jun 1998.

_____. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

_____. Principais transformações em curso no espaço rural. **Revista Geográfica da América Latina**. Costa Rica, Nº Especial. I Semestre pp. 99–84, 2011.

_____. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: De David, Cesar; WIZNIEWSKY, Carmen

Rejane Flores. **Agricultura e Transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo.** Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

MARIN, Mario Zasso. **Políticas de desenvolvimento rural e estratégias de reprodução da agricultura família na Quarta Colônia/RS.** Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MATOS, Patrícia Franciscana; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima & PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

_____. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2º semestre de 2011.

MATOS, Patrícia Franciscana; MARAFON, Gláucio José. A modernização da agricultura no Brasil e os tramas do agronegócio. In: MARAFON, Gláucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Temas em Geografia Rural.** 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MEGULHÃO, Amanda Duarte. Circuito de produção da laranja no Brasil: do cultivo aos produtos industriais destinados principalmente ao mercado externo. **Estudos Geográficos.** Rio Claro. jul./dez. 2018

MORAES, Marcos Antonio; FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geografia econômica: Brasil colônia a colônia.** 1 ed, Campinas: Átomo, 2005.

MORAES, Fernanda Dalosto. **A organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva do seu espaço produtivo.** 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MOREIRA, Igor; DA COSTA, Rogério Hasbeart. **Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul.** 1 ed. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** 2 ed. Paraíba: UFPB, 2009.

MORO, Dalton Aureo. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 1-19, abril de 1990.

NAVARRO, Zander. História concisa da agricultura brasileira: Do pós-guerra aos nossos dias. In: GRAZANO, Xico; NAVARRO, Zander. **Novo Mundo Rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 52-75.

NEVES, Karina Fernanda T.V. **O trabalho de campo no ensino de Geografia: Reflexões sobre a prática docente na educação básica.** 1 ed. Bahia: Editora UESC, 2010;

NUTRIÇÃO E SAÚDE ANIMAL. **Principal fases e desafios de creche de suínos.** Disponível em: < <https://nutricaoesaudeanimal.com.br/desafios-creche-de-suinos/>>. Acesso em novembro de 2020.

OLESKO, Gustavo Felipe. **Geografia Agrária.** Curitiba: Intersaberes, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2013. p 63 – 110.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Landé Editorial, 2016.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117-161, 1975.

PASAVENTO, Sandra Jatanhy. **RS: Agropecuária Colonial e Industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESSETTI, Mateus; BITENCOURT, Luciane Rodrigues. A dinâmica e reorganização do cenário produtivo agropecuário da microrregião geográfica de Guaporé/RS. Simpósio Latino-americano sobre desenvolvimento regional. **Anais.** UNIJUÍ – Ijuí/RS, 2018.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: De David, Cesar; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **Agricultura e Transformações Socioespaciais: Olhares geográficos e a pesquisa de campo.** 1 ed. Porto Alegre: EVANGRAF/JAEDITORIA, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ. **História do município.** Disponível em <<https://www.guapore.rs.gov.br/>>. Acesso em Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORÉ. **Lei 3.836.** Jovem Empreendedor. 2017. Disponível < <https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/guapore/lei-ordinaria/2017/383/3836/lei-ordinaria-n-3836-2017-institui-o-programa-de-incentivo-ao-jovem-empreendedor-rural-e-da-outras-providencias>>. Acesso em novembro de 2020.

RABAIOLLI, Joel Abino. **A erva-mate orgânica como estratégia de produção e reprodução social: o caso dos agricultores familiares em Ilópolis/RS.** 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, RS.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: técnicas e métodos.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 2012

RODRIGUES, Aline de Lima. A formação do latifúndio no Rio Grando do Sul: uma abordagem geográfica. In: BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. **Geografia Agrária e transformações socioespaciais: enfoques teóricos, regionais e locais.** 1. Ed. Santa Maria: Editora Oikos. 2016. p. 11-36.

SACCOL, Paloma Tavares. **Agricultura Familiar: o espaço rural de Dilermando de Aguiar/RS**. 2018. 154 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SAMPAIO, V. S. Modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho no campo brasileiro. In: VIII Encontro Baiano de Geografia, 2011, Vitória da Conquista. **Anais**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/8b.pdf>

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico-científico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. São Paulo: Record, 2001

SILVA, Luís César da. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Disponível em: <<http://www.agais.com>>. Acesso em jun 2020.

SIQUEIRA, Rutiana; SANTOS; Lucas Maurício Willecker; DAL OSTO, Janderlei Velasque. Uma análise do desenvolvimento regional a partir da produção de laranja no Estado do Rio Grande do Sul. VIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional. **Anais SIDR**, Santa Cruz do Sul, 2017.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Lei de Terras de 1850**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/lei-terras-1850.htm>. Acesso em Julho de março de 2019.

SOUTO, Thales Silveira. **Agroindústria leiteira no município de Ituiutaba – MG: Organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013**. 2016. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SOUZA, Ariovaldo Pereira de. **Síntese Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2017.

SUZUKI, J. C. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária** (São Paulo. Online), 2007, p. 83-95.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2004.

STRECK, E. V. et all. **Solos do Rio Grande do Sul**. EMATER/RS; UFRGS, Porto Alegre, 2002.

TAMBARA, E. **RS: modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TEXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. v. 2, n. 2, p. 21-42, setembro de 2005.

THÉRY, Herve. Les défis du monde rural au Brésil. In: GUIBERT, Martine; JEAN, Yves. **Dynamiques des espaces ruraux dans le monde**. Paris, 2011.

TROMBINI, Janaine; LAROQUE, Luís Fernando da Sil; ROSA, Cibele Caroline da. As práticas agrícolas dos descendentes de imigrantes açorianos e italianos na Região do Vale do Taquari/RS: aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico regional. **Anais do VIII Seminário sobre Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

VIAL, Luiz Antônio Machado; SETTE, Tânia Cristina Campanhol; SELLITTO, Miguel Afonso. Cadeias produtivas – foco na cadeia produtiva de produtos agrícolas. **Anais do III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí**. UNISINOS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2. p. 29-37. jul.dez. 2000. Editora da UFPR 29.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa aplicado as lideranças e órgãos gestores, Secretaria de Agricultura Municipal, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



**Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Geografia**



1 – Qual o tamanho médio das propriedades de Guaporé?

- () De 0 a menos de 10 ha
 () 10 a menos de 20 ha
 () 20 a menos de 50 ha
 () 50 a menos de 100 ha
 () 100 a menos de 500 ha
 () De 500 a mais

2 - Qual a área das propriedades ligadas a:

- a) Agricultura: _____
 b) Pecuária: _____
 c) Outros? _____ Quais? _____

3 – Em relação a produção agropecuária, quais as principais atividades?

Lavouras temporárias: () Milho () Soja () Trigo () Aveia () Outros _____

Lavouras permanentes: () Erva-mate () Uva () Laranja () Tangerina ()
 Outros _____

Pecuária: () Bovinos () Galináceos () Suínos () Outros _____

Se possível, fale sobre cada uma delas e sua importância para o município.

4 – Quais são os destinos da produção? Existem estabelecimentos que recebem as produções?

5 – Nos últimos anos, a pecuária vem perdendo espaço para a agricultura?

6 – Em relação a estrutura tecnológica dos estabelecimentos agropecuários, percebe mudanças? Se sim, as mudanças são positivas? Houve um aprimoramento nas técnicas de trabalho?

7 – Quais os maiores obstáculos enfrentados pelos agricultores?

8 – Há que você deve a constante diminuição da população rural apresentada nos últimos Censos no município?

9 – Quais são as estratégias desenvolvidas para o melhoramento? Quais são as políticas públicas municipais desenvolvidas? Se possível, fazer um relato de cada uma das políticas.

10 – Nos últimos anos, através dos dados disponibilizados pelo IBGE, visualizamos o aumento da área plantada da sojicultura, simultaneamente a diminuição da área voltada a milhocultura. Você acredita que a soja esteja pressionando sua expansão sob outras culturas agrícolas? Se sim, sua expansão se dá sobre quais culturas agrícolas?

11 – Não sua opinião, quais as principais mudanças que aconteceram nos últimos anos no espaço agrário de Guaporé?

12 - Quais as perspectivas da agricultura e da pecuária para o município?

APÊNDICE B - Instrumento de pesquisa aplicado aos agricultores do município de Guaporé/RS.



Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Geografia



1 – DADOS REFERENTES A PROPRIEDADE E ESTRUTURA AGRÁRIA

1.1 – Quanto a localização:

Distrito:

Coordenadas geográficas:

1.2 – Quem explora a propriedade: () Proprietário () Arrendatário

1.3 – O proprietário reside: () Área urbana de Guaporé () Em outro município
 () Na propriedade

1.4 – Utilização das Terras (ha):

Lavouras permanentes:

Lavouras temporárias:

Pastagens:

Matas e Florestas:

1.5 – Quanto a força de trabalho:

() Familiar Em quais atividades?

() Assalariado temporário Em qual período?

() Assalariado permanente

1.6 Se possui mão-de-obra assalariada, de onde vem? De outro município? Ou de Guaporé? Para qual atividade é destinada?

1.7 – Tamanho da propriedade

() De 0 a menos de 10 ha

() 10 a menos de 20 ha

() 20 a menos de 50 ha

() 50 a menos de 100 ha

() 100 a menos de 500 ha

() De 500 a mais

1.8 – Á área do estabelecimento, nos últimos anos:

() Aumentou () Diminuiu () Permaneceu inalterada

Se sim, qual foi o motivo?

2 – DADOS REFERENTES A AGRICULTURA

2.1 - Quais as lavouras cultivadas?

Produto	Área Plant	Quant. Prod.	Ano de início	Motivos Finalidade	Para onde vai? Cidade? Silo?

2.1 - Utiliza rotação de culturas agrícolas?

2.2 – Qual a principal lavoura e qual gera mais rentabilidade?

2.3 – Houve o abandono de alguma lavoura nos últimos anos? Se sim, foi substituída por qual?

2.4 – Você tem passado por dificuldades no desenvolvimento das lavouras nos últimos anos? Se sim, quais?

3 – DADOS REFERENTES AOS REBANHOS E CRIATÓRIOS

3.1 – Pastagens é: () Plantada () Natural

3.2 – Quais os rebanhos?

Produto	Área Ocupada	Ano de início	Motivos	Para onde vai? Finalidade? Comentários

3.3 – Utiliza alguma ração específica para alimentação dos criatórios? De onde vem?

3.4 - Qual é o rebanho mais significativo e que gera mais rentabilidade?

3.5 – Houve o abandono de algum rebanho nos últimos anos? Se sim, foi substituído por qual?

3.6 – Você tem passado por dificuldades na criação dos rebanhos nos últimos anos? Se sim, quais?

4 – DADOS REFERENTES A DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA

4.1 – Quanto aos equipamentos e maquinários, quais você possui?

Produto	Ano de início	Finalidade	Comentários
Colheitadeiras ()			
Plantadeiras ()			
Pulverizador ()			
Trator ()			
Adubadeira ()			

4.2 – Utiliza insumos? Para quais produtos?

4.3 – Utiliza sementes transgênicas ou com melhoramento genético? Para quais produtos?

4.4 – Quando começou a mecanizar mais a propriedade? Quais foram os motivos que levaram a compra dos equipamentos?

5 – DADOS REFERENTES A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA E TÉCNICA

5.1 – Faz financiamento?

5.2 - Em que aplica os recursos do financiamento?

5.3 - Em qual banco?

5.4 - Qual tipo de financiamento?

5.5 - Quanto a assistência técnica:

() Veterinária, () Agronômica () Técnica () Outros?

5.5.1 - Com que frequência?

5.6 - Recebe apoio do sindicato, Secretaria de Agricultura e/ou Emater?

5.9 - Você recebe auxílio de algum órgão municipal durante o ano?

6 – DADOS REFERENTES AS PERSPECTIVAS

6.1 Os rendimentos vindos das lavouras e da pecuária são investidos na propriedade ou você investe em outra atividade também?

6.2 – Pretende aumentar a produção? Se sim, como? Comprando mais hectares de terras? Arrendando?

6.3 Pretende substituir algum produto cultivado atualmente? Se sim, qual? Por qual?

6.4 Pretende deixar as atividades ligadas ao setor agropecuário?

6.5 – Quais as suas maiores dificuldades?